



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GLEYCE KELLY DE MIRANDA

Urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas - PE

RECIFE-PE

2012

GLEYCE KELLY DE MIRANDA

Urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas - PE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do professor Dr. Cláudio Jorge de Moura Castilho, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

RECIFE-PE

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

M672u Miranda, Gleyce Kelly de.
Urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas – PE / Gleyce Kelly de Miranda. - Recife: O autor, 2012.
168 f. : il. ; 30 cm.
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge de Moura Castilho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Urbanização. 4. Trabalho. 5. Porto de Galinhas(Ipojuca, PE). I. Castilho, Cláudio Jorge de Moura. (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (CFCH2013-22)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GLEYCE KELLY DE MIRANDA

Urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas - PE

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (UFPE - Recife)
Orientador

Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes (UFPE - Recife)
2º examinador

Profa. Dra. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (UFRPE – Garanhuns)
3º examinador

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva (UFPE – Recife)
1º suplente

Profa. Dra. Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa (UFPE – Recife)
2º suplente

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Maria de Fátima, por todos os ensinamentos ao longo da vida. E por ser meu exemplo maior de perseverança.

Ao meu pai, José Henrique, que além de tudo, me ensinou a ter disciplina e responsabilidade logo cedo, com sua frase repetida quase diariamente: “todos podem mudar a própria história”.

Exemplo maior de que sempre posso voar mais alto e ir mais longe sem perder minhas raízes.

A minha tia “Cida”, exemplo de paciência e fé, com quem aprendi o valor da espera, da tolerância e do silêncio.

E, especialmente, ao meu sobrinho João Lucas e a minha sobrinha Geovanna. Porque, através deles, renasce em mim a esperança por um mundo melhor. Que a vida lhes seja doce e terna como os dias alegres da infância.

AGRADECIMENTOS

Como em todas as etapas de minha vida, meu primeiro voto de gratidão é a Deus: pelo ontem, pelo hoje e pelo amanhã, Lhe agradeço.

A Deus, pela renovação das forças e da fé.

A Deus, por minha saúde e paz de espírito.

A Deus, por todos os momentos de alegrias e de adversidades, que me fizeram a pessoa que sou hoje.

A Deus, por cada dia de vida.

A Deus, por ter me amparado nos dias mais difíceis. E continuar fazendo-o.

A Deus, por cada pessoa que me permitiu conhecer. Pois nada que conquisei, conquisei sozinha. Meu caminho tem sido construído com muito esforço e apoio de pessoas que sem as quais minhas vitórias não teriam o mesmo significado, o mesmo sabor.

Agradeço aos meus pais, que me fizeram acreditar que educação é o caminho para a realização dos sonhos. E, principalmente, por todo esforço, trabalho e renúncias, aqui reconhecidos e admirados por mim, para que o investimento na educação dos filhos sempre fosse a prioridade familiar.

Agradeço a cada pessoa que cruzou meu caminho e que tenho presente em minha vida, ainda que distante fisicamente.

Agradeço em especial à Joanita Agostinho e à Rosicleide Batista, minhas amigas-irmãs que entraram em minha vida há 14 anos e desde então sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e dando força, e também muitas broncas quando eu não acreditava em mim.

A minha família Aguiar (Talitha Aguiar, Edite Aguiar e minha “mãe outra” Edna Aguiar) pela amizade, suporte, carinho e dedicação. Talitha, em especial, pelo laço forte de amizade sem tamanho construída ao longo destes quase 13 anos. Por tudo, minha infinita gratidão.

A minha família de sangue (irmão, irmã, tios, tias, primos, primas, avós, e agregados) por nossa história de muitas alegrias, risos fáceis, brigas, e acima de tudo, união e aprendizado.

À Janaina Barbosa, pela amizade sem fronteiras e sem barreiras.

Aos também especiais amigos de longas datas Josemar Bernadino, Paloma Santos, Milva Laureano, e outros; e aos novos e igualmente especiais, Eneida Roberta, Patrikia Sobral e Silvana Lúcia.

À Nathália Marques, pela presença alegre e afetuosa em meus dias. E por todas as vezes que duvidei e descrei de minha capacidade, ter, por gestos e palavras, me dito que “daria tudo certo”.

À Naiana Frota e à Gabi, por terem me estendido às mãos em áreas do conhecimento que não tenho domínio.

Agradeço em especial ao **meu orientador**, o professor Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, inicialmente por ter acreditado em minha proposta. E, principalmente, por ser não apenas um profissional exemplar, mas também por ser uma pessoa fantástica, em quem me espelharei todos os dias de minha vida profissional. Agradeço ainda pelo espaço dado para meu desenvolvimento, pautado em uma relação de confiança e liberdade.

Pela realização do curso, agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, na figura do Programa de Pós-graduação em Geografia. Bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço aos moradores e trabalhadores de Porto de Galinhas, pelas informações fornecidas sem as quais não teria sido possível desenvolver a pesquisa.

Quero estender minha gratidão aos amigos que reconheci durante o curso: Valtemira, Luiz, Eline, Carlos, Silvan e Lúcia. Fizeram toda diferença nesta minha caminhada.

E por fim, agradeço a todos os professores das disciplinas cursadas, por terem contribuído e enriquecido meu conhecimento com as discussões levantadas.

RESUMO

O turismo é um fenômeno socioespacial de grande relevância na contemporaneidade. Engloba aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, que provocam alterações significativas no ordenamento dos espaços apropriados, repercutindo no processo de urbanização. Esta dissertação traz reflexões acerca da urbanização turística e seu consequente papel na dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas, no litoral sul do estado de Pernambuco. Teve, como ponto inicial, indagações a respeito das transformações ocorridas com a inserção do turismo na economia local, destacando os aspectos que remetem a subordinação do trabalho nas Atividades Características do Turismo (ACT's) aos interesses da lógica capitalista. Desta maneira, numa perspectiva geográfica de análise crítica da produção do espaço pela urbanização turística, buscou-se compreender a sociedade contemporânea a partir do estudo sobre a valorização do espaço pelo turismo e os seus consequentes impactos nas relações de trabalho, como efeitos das transformações socioespaciais geradas pelo fenômeno em questão. Trata-se de um estudo de caso, cujas categorias principais de análise são urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho. Foram coletados dados sobre os postos de trabalho formais e informais que se relacionam direta e indiretamente com o turismo em Porto de Galinhas, através da observação in loco, da realização de entrevistas e da aplicação de questionários. O principal resultado apresentado é que a urbanização turística diversifica a economia do lugar, mas que o turismo não promove o desenvolvimento apregoado nos discursos que estimulam os investimentos no setor, reproduzindo a lógica de exploração e precarização do trabalho no capitalismo. Para finalizar, apresentam-se reflexões que possam subsidiar alternativas que contribuam para que se desenvolvam ações que efetivamente visem à valorização social do espaço e à promoção da qualidade de vida no local, no que tange àquelas ligadas à promoção do trabalho no setor.

Palavras-chave: turismo, urbanização, trabalho, Porto de Galinhas.

ABSTRACT

Tourism is a social and spatial phenomenon of great importance nowadays. It encompasses social, political, economic and cultural, which cause significant changes in the ordering of appropriate spaces, resulting in the urbanization process. This dissertation presents an analysis of the urbanization and the consequent role of tourist activity in the socio-spatial dynamic of the work in Porto de Galinhas, on the southern coast of Pernambuco State. It had as a starting point, from a critical and dialectical questions about the transformation that occurred with the inclusion of tourism in the local economy, and the aspects that refer to the subordination of labor in the Tourism Characteristic Activities (TCA's) to the interests of capitalist logic. Thus, a geographic perspective on the critical analysis of the production of space for touristic urbanization, the analysis also sought to understand contemporary society from the study on the valorization of space tourism and its consequent impact on labor relations, as the effects of socio-spatial transformations generated by this phenomenon. It is a case study, main categories of analysis are tourist urbanization and social-spatial dynamics of labor. It was collected data on formal and informal work positions that relate directly and indirectly to tourism in Porto de Galinhas, through the observation in loco, of the realization of interviews and questionnaires. The main result presented is that urbanization tourism contributes to the diversification of the local economy, but that tourism do not promotes the development informed on speeches that encourage investments in the sector, propagating the logical of exploitation and impoverishment of labor in the capitalism. Finally, it is presented alternative reflections that can support alternatives that contribute to develop actions that aimed at effectively the social value of space and the improvement of quality of life in the place, with respect to those related to the promotion of labor in the sector.

Keywords: tourism, urbanization, labor, Porto de Galinhas.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACTs

Atividades Características do Turismo

APLs

Arranjos Produtivos Locais

Caged

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

EMBRATUR

Empresa Brasileira de Turismo

EMPETUR

Empresa Pernambucana de Turismo

FAT

Fundo de Amparo ao Trabalhador

FUNGETUR

Fundo Geral do Turismo

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE

Ministério do Trabalho e Emprego

MTur

Ministério do Turismo

OIT

Organização Internacional do Trabalho

OMT

Organização Mundial do Turismo

PAS

Pesquisa Anual de Serviços

Pnad

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PIB

Produto Interno Bruto

PNMT

Programa de Municipalização do Turismo

PNT

Plano Nacional de Turismo

PRODETUR

Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROGER

Programa de Geração de Emprego e Renda

RAIS

Relação Anual de Informações Sociais

SNPDTur

Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

SICTA

Standard International Classification of Tourism Activities

SIMT

Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição do turismo mundial.....	71
Tabela 2: Médias anuais da ocupação turística no período 2003-2006 (em milhares).....	75
Tabela 3: Resultados do PRODETUR.....	84
Tabela 4: Desempenho do PROGER Turismo em 2006.....	89
Tabela 5: Vilas e cidades criadas no Brasil.....	96
Tabela 6: Crescimento populacional no período de 1940 a 2010.....	99
Tabela 7: Produto Interno Bruto e participação percentual dos 5 maiores municípios de Pernambuco – 2007-2009.....	100
Tabela 8: Dados socioeconômicos do município de Ipojuca.....	102
Tabela 9: Empregados por atividade no setor formal em Ipojuca e em Pernambuco.....	108
Tabela 10: Evolução do emprego turístico celetista (média anual).....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pilares do turismo sustentável	51
Figura 2: Configuração do turismo no mundo, em 2006	72
Figura 3: Áreas estratégicas do PRODETUR-NE.....	83
Figura 4: Mapa de Pernambuco	92
Figura 5: Mapa da Região Metropolitana de Recife, com destaque para Ipojuca.....	93
Figura 6: Caracterização do Município de Ipojuca	94
Figura 7: Mapa do litoral sul de Pernambuco, de Barleus, datado de 1630.....	97
Figura 8: Foto da praia de Porto de Galinhas em 1969.....	98
Figura 9: Foto de Ipojuca em 1980.....	98
Figura 10: Zoneamento de Ipojuca-PE	104
Figura 11: Implantação dos loteamentos.....	109
Figura 12: Fotos do trabalho dos jangadeiros em Porto de Galinhas	113
Figura 13: Fotos aéreas do comércio na orla de Ipojuca.....	118
Figura 14: Foto do comércio ambulante na praia de Porto de Galinhas	119
Figura 15: Imagem de satélite do Centro de Porto de Galinhas	121
Figura 16: Centro de lojas em Porto de Galinhas	125

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Subatividades da classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas que compõem os setes grupos de ACTs: Alojamento, Alimentação, Transporte, Auxiliar de Transporte, Agências de Turismo, Aluguel de Transporte e Cultura e Lazer.	148
Anexo 2 - Mapa turístico de Porto de Galinhas - equipamentos de apoio ao turismo.....	150
Anexo 3 - Distribuição dos equipamentos de apoio ao turismo do município de Ipojuca, segundo o tipo e o pólo	151
Anexo 4 - Proporção de empregados com carteira assinada no total de empregados, com 10 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação – 2009	152
Anexo 5 - Taxa de desocupação, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação – 2009.....	153
Anexo 6 - Estimativa do emprego turístico celetista – Município de Ipojuca (dez. 2002 – set. 2008)	154
Anexo 7 – Comparativo das principais fontes secundárias passíveis de utilização nas estimativas da dimensão e do perfil ocupacionais nas ACT's	156
Anexo 8 – Síntese dos procedimentos metodológicos e principais mecanismos de coleta de dados	157
Anexo 9 - Comparação entre o turismo e as demais atividades (médias por variáveis) – Brasil	159
Anexo 10 - Remunerações médias nominais (em reais) segundo regiões brasileiras e grupos de ACTs 2002-2007	160
Anexo 11 – Salários médios relativos ao emprego turístico no Brasil (2002 a 2007).....	161
Anexo 12 – Salários médios relativos ao emprego turístico no Nordeste (2002 a 2007).....	162
Anexo 13 – Salários médios relativos ao emprego turístico em Pernambuco (2002 a 2007)	163
Anexo 14 - Ranking de Competitividade no Setor de Viagens e Turismo	164
Anexo 15 – Participação da ocupação e das remunerações turísticas no conjunto das atividades econômicas formais privadas.....	165
Anexo 16 - Divisão do município de Ipojuca - por áreas	166
Anexo 17 – Caracterização das áreas do município de Ipojuca	167
Anexo 18 - Número de estabelecimentos e de empregados no setor formal em Ipojuca –	

2007.....	168
Anexo 18 - Associações de classe ligadas ao turismo em Porto de Galinhas	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO	22
1. TURISMO: UM ENFOQUE GEOGRÁFICO	23
1.1 O espaço geográfico	23
1.2 A produção do espaço turístico	26
1.3 Geografia do Turismo? Reflexões acerca do turismo enquanto objeto de estudo geográfico	29
2. TURISMO E URBANIZAÇÃO.....	30
2.1 Reflexões acerca do lazer como nova “fronteira do capitalismo”	30
2.2 Trilhando os caminhos da turistificação no contexto histórico contemporâneo.....	32
2.3 A lógica da construção de lugares-mercadoria: a (re)produção dos espaços e do trabalho como mercadoria.....	37
2.4 Debatendo o urbano e o processo de urbanização pelo turismo	42
2.5 Urbanização turística.....	45
2.6 Turismo e os discursos do desenvolvimento local.....	49
3. TURISMO E TRABALHO.....	56
3.1 O trabalho no mundo de hoje.....	56
3.2 Turismo e trabalho: continuidade da lógica capitalista de exploração do homem	58
3.3 Caracterização do mercado de trabalho ligado ao turismo na cidade: as Atividades Características do Turismo – ACT’s.....	63
3.4 Principais instrumentos para análise das ACT’s no Brasil.....	65
3.5 Turismo, trabalho e a questão social: as contradições entre os discursos e a realidade do trabalhador no setor de turismo	65
PARTE II – A ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL.....	69
4. TURISMO NO BRASIL: DO PANORAMA DO TURISMO MUNDIAL AO REGIONAL	70
4.1 Distribuição espacial das ocupações no setor de turismo no Brasil.....	74
5. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL.....	79

5.1 Políticas públicas para a geração de emprego e renda: considerações acerca do Programa de geração de emprego no turismo - PROGER Tur	85
PARTE III – ESTUDO DE CASO	91
6. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	92
6.1 Contextualização histórica da área.....	95
6.2 Ipojuca hoje: breve caracterização sociodemográfica e econômica do município de Ipojuca para compreensão da importância do polo turístico de Porto de Galinhas na economia	99
7. O TURISMO NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO TRABALHO EM PORTO DE GALINHAS-PE	106
7.1 O papel do turismo nas formas de organização do trabalho e na absorção da força de trabalho local.....	112
7.2 A percepção dos moradores quanto à melhoria das condições de vida a partir da ocupação no turismo	122
7.3 Ponderações iniciais acerca da necessidade de possíveis relações de articulação entre as atividades turísticas.....	126
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

Muito já foi dito sobre a tendência de valorização do turismo na economia dos países, uma vez que ela é justificada pelo discurso que coloca a atividade como um importante indutor de desenvolvimento econômico e do conseqüente progresso dos lugares, com base no seu papel de gerador de trabalho e renda.

Assim, enquanto prática socioespacial de grande significação para a sociedade contemporânea, o turismo é um complexo fenômeno social, político, cultural e econômico, que vem se firmando como uma das principais atividades econômicas por seu rápido crescimento e pela posição que vem assumindo, também na prática, nas economias dos países.

Este intenso crescimento, ainda que bastante diferenciado em todo o mundo, tem demonstrado perspectivas de que continuará ocorrendo de forma acentuada nos próximos anos, evidenciando a urgência e relevância do aprofundamento de estudos sobre o tema. Isto porque, apesar da propagação discursiva do turismo como fator de desenvolvimento local, o que se vê, em muitas localidades turísticas, é a ausência de ações que efetivamente promovam a valorização social do espaço.

Como o turismo provoca alterações significativas na produção dos espaços e, por sua vez, nas relações sociais que permeiam essa produção, estudar um fenômeno ligado à urbanização turística requer inicialmente a compreensão de que a urbanização vai além de um processo espacial e demográfico. Ela “[...] é a mudança social em grande escala. Ela significa transformações profundas e irreversíveis que afetam cada aspecto da vida social e todas as seções da sociedade” (CLARK, 1991, p. 125). Engloba, portanto, relações sociais, econômicas, ambientais e políticas.

Luchiari (2000, p.108) refere-se a este tipo de urbanização como um novo nexos entre o lugar e o mundo, e afirma que “as novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis”.

Sobre esta questão, Mullins (1991, apud SILVA, 1997) sugere que a urbanização turística é uma das características mais substanciais da sociedade contemporânea; e que as cidades turísticas evoluíram no final do século XX como “sítios de consumo”.

Desta forma, a urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais, de maneira que algumas localidades chegam a redefinir toda sua vida

econômica em função do desenvolvimento turístico (CORIOLANO, 1999). “E é justamente a diversidade de lugares, regiões, paisagens, territórios em sua dinâmica, impulsionada pelas demandas sociais, que proporciona uma realidade global fragmentada e articulada, pulverizada de particularismos e singularidades em conexão com o geral. O lugar recebe determinações externas e as combina às narrativas locais”.

Desta conexão dialética entre o lugar e o mundo, surge uma nova configuração socioespacial. Neste processo, merecem destaque, no nosso país, as cidades costeiras, cujo espaço é geralmente utilizado para o desenvolvimento de turismo de sol e mar, sendo possível a constatação de uma rápida transformação urbana resultante da influência da atividade no ambiente, nas relações sociais e na economia (CORIOLANO, 1999). Esta dissertação pretende focar a dimensão do trabalho, no âmbito dessa problemática.

Autores como Ouriques (2005), Luchiari (2000), Rolim (1999) destacam que as formas de trabalho relacionadas à urbanização turística apresentam características insatisfatórias, como grande contingente informal, periodicidade sazonal e baixas remunerações, além do que as oportunidades de avanço econômico teorizadas não constituem oportunidades equivalentes para a grande maioria dos moradores dos lugares em que essa urbanização turística acontece. De maneira que torna o turismo uma forma de apropriação do espaço e da vida pelo capital. Assim, em relação à dimensão econômica da atividade, Ouriques (2005, p.49) afirma que ela “fundamenta-se, como qualquer atividade econômica capitalista, na exploração da força de trabalho por parte do capital”.

Deste modo, a pesquisa buscou analisar a dimensão socioespacial da atividade para além do discurso que exalta o turismo e que não traduz a realidade dos lugares em que ocorre. Por isso, ela teve por principal objetivo averiguar as transformações ocorridas na dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas, pela intensificação da urbanização turística, apresentando evidências de precarização do trabalho nas atividades ligadas ao setor.

A escolha de Porto de Galinhas como área de estudo justifica-se inicialmente por ser um dos principais destinos turísticos de Pernambuco, caracterizado como um forte pólo turístico do nordeste, devido ao seu patrimônio natural e cultural. Nas últimas décadas, este polo tem passado por um processo intenso de urbanização, devido em parte, aos investimentos no setor turístico.

Da produção exclusiva de cana-de-açúcar e da indústria sucro-alcooleira, a economia local acompanhou o processo de diversificação das suas atividades, constituindo-se, também, locus do fenômeno de segunda residência pelas classes sociais abastadas e do turismo, o qual desponta como uma nova opção econômica no município. E isto tendo repercutido, como

“ajustes espaciais”, na urbanização e na dinâmica populacional da área, no âmbito das relações de trabalho, com o advento da diversificação das formas de ocupação e emprego, formais e informais.

A principal questão norteadora desta pesquisa foi: Quais os efeitos do processo de urbanização turística na dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas?. Questão que foi formulada movida pelo objetivo de compreender, através da análise espacial, o papel do processo de urbanização turística na dinâmica socioespacial do trabalho naquele lugar.

A este respeito, foi formulada a hipótese de que, apesar do papel do processo da urbanização turística na dinâmica socioespacial do trabalho, ter propiciado a diversificação da economia local, é provável que a atividade não esteja promovendo o avanço social e a integração almejada pelos habitantes do lugar, diferente do que se pensa e diz ao nível do discurso econômico e político.

Isto porque o discurso sobre as vantagens da atividade turística, sempre calcado nos possíveis benefícios gerados para a cidade e seus habitantes, inclusive ligados à criação de trabalho, leva, ademais, a uma reorganização das formas espaciais do turismo, objetivando, sobretudo a concretização de interesses externos ao lugar.

Como objetivos específicos desta pesquisa, consideramos o papel do turismo nas formas de organização do trabalho e na absorção da força de trabalho local; e a percepção dos moradores que trabalham no setor quanto à melhoria das condições de vida a partir da ocupação na atividade, bem como quanto às variáveis qualitativas do trabalho exercido.

O conhecimento é algo que está em constante processo de revisão e reconstrução. Como afirma Koche (1997, p. 15) “não há verdades inquestionáveis. Não há procedimentos de investigação indiscutíveis”. Da mesma maneira, a metodologia também é dinâmica.

Por metodologia, entende-se a instrumentalização dos métodos da pesquisa. Assim, no que tange aos métodos de procedimentos optamos por um estudo de caso, considerando a importância da interação prática do conhecimento adquirido, não só para a comunidade científica, mas principalmente para a sociedade. Esta é, assim, beneficiada pela reflexão profunda acerca da temática que conduz à abertura de possibilidades de novos direcionamentos e horizontes.

A respeito das etapas deste estudo, ressaltamos as pesquisas bibliográfica e documental, que proporcionaram o levantamento de dados e informações sobre o município e a atividade turística local.

Quanto às categorias de análise da pesquisa, destacamos espaço, turismo, urbanização turística e trabalho, as quais, como materialidades e imaterialidades, foram úteis à compreensão da dinâmica do trabalho no setor de turismo em Porto de Galinhas.

Em relação às ocupações escolhidas para a pesquisa fizemos a sua delimitação a partir dos segmentos de trabalho estabelecidos pela OMT, adotados, também, pelos órgãos públicos do país para estudo do setor, tais como, o IBGE, o MTur e o IPEA, que são: alojamento, agência de viagem, transportes, aluguel de transportes, auxiliar de transportes, alimentação e cultura e lazer. Para melhor compreensão dos grupos foi formulado, pelos órgãos supracitados, o código nacional de atividades econômicas que compõem os sete grupos, conforme o anexo 1.

As pesquisas de campo estiveram voltadas para a caracterização socioespacial da área e das formas de trabalho, através da coleta de dados e informações que possibilitassem a compreensão do fenômeno de urbanização turística, influenciando nas relações de trabalho. Foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários para levantamento de dados no município, no setor privado local e nos órgãos públicos, a exemplo dos roteiros expostos nos apêndices A e B.

No que concerne à fase de aplicação dos questionários aplicados, 150 foram realizados junto aos trabalhadores, em seus postos de trabalho¹, divididos da seguinte forma: 90 com os trabalhadores formais e 60 com os trabalhadores informais. Quanto às entrevistas semi-estruturadas, estas foram realizadas com os trabalhadores moradores do lugar, para o que 100 residências foram visitadas.

O uso de questionários e entrevistas possibilitou a obtenção de dados e levantamento de informações imprescindíveis para a pesquisa. A escolha pela modalidade de entrevistas semi-estruturadas se deu por permitir uma flexibilidade quanto à estrutura do processo de coleta, ao mesmo tempo em que limita o foco a ser seguido. Por sua vez, os questionários aplicados foram estruturados sob a forma de tipo misto, contendo perguntas de fato (questões tangíveis) e perguntas de opinião (mensuração subjetiva), perguntas abertas e perguntas fechadas, e ainda perguntas índices, que permitem a organização em faixas estatísticas.

À medida que os dados foram sendo coletados, realizávamos a sua análise, o seu processamento e a sua tabulação. A análise dos resultados foi feita gradativamente conforme

¹ Foram coletados dados básicos sobre a população e os equipamentos turísticos - hotéis, pousadas, restaurantes, bares - junto às secretarias municipais, EMPETUR, associações de trabalhadores (pescadores, jangadeiros,) e associação comunitária.

o desenvolvimento da pesquisa, e, no final, com todos os dados e informações disponíveis, foi feito o seu tratamento e a discussão dos resultados, bem como as considerações finais da pesquisa.

No que tange à estrutura de organização da presente dissertação, ela foi construída a partir, basicamente, de em três partes:

A parte I compõe a revisão da literatura sobre os principais temas que envolvem a questão ora abordada, tratando-se inicialmente dos fundamentos para compreensão das inter-relações do fenômeno turístico, da urbanização turística e do trabalho na atividade.

A parte II busca traçar um panorama a respeito da atividade turística no país, expondo uma breve contextualização acerca da atividade, em âmbito mundial, assim como abordando a questão do planejamento da atividade.

A parte III refere-se ao estudo de caso propriamente dito. Partindo da afirmação de que o turismo gera postos de trabalho, questiona-se sobre que tipos de trabalho são criados. E isto, para responder de que forma a atividade impacta na dinâmica socioespacial do trabalho no lugar e para avaliar os benefícios auferidos pela população residente. Realizou-se, em seguida, a caracterização do objeto de estudo, sua contextualização histórica e a discussão acerca da dinâmica do trabalho, conformando a realidade de Porto de Galinhas. Para finalizar, foram expostas as considerações finais da pesquisa.

Estas três partes possibilitaram estruturar a pesquisa de forma a contemplar, com maior profundidade e clareza, os objetivos e a questão central estabelecidos, na medida em que atendem e expõem a natureza do fenômeno social estudado.

PARTE I
REFERENCIAL TEÓRICO

Turismo: um enfoque geográfico

Turismo e Urbanização

Turismo e Trabalho

[O espaço turístico] teria de ser, antes de tudo, o espaço do cotidiano das pessoas que nele vivem. (YÁZIGI, 2003, p. 08)

1. TURISMO: UM ENFOQUE GEOGRÁFICO

1.1 O espaço geográfico

Não se pode realizar uma pesquisa no campo do conhecimento da geografia sem, antes, esclarecer o seu objeto de estudo: o espaço geográfico. O espaço é o principal objeto de análise da ciência geográfica (BEZERRA e BITOUN, 2006).

As discussões acerca do conceito de espaço assumiram diferentes abordagens no âmbito da evolução do pensamento geográfico. Na Geografia Tradicional, não se configurou como um conceito-chave. Período em que as principais categorias de análise foram região e paisagem (BEZERRA e BITOUN, 2006).

Tendo por base o positivismo lógico, posteriormente, a Geografia Teorético-quantitativa fez surgir o conceito de espaço como conceito-chave, apesar da dimensão limitada que lhe foi atribuída. Neste período, “privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. [...] as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário” (CORRÊA, 2009, p.22-23).

Esta corrente geográfica abandona o conceito de paisagem e reduz o de região “a um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas” (ibidem, p.23).

Tampouco os conceitos de lugar e território possuem relevância neste período. E o espaço é analisado sob duas formas: “de um lado através da noção de planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial” (CORRÊA, 2009, p.20).

Só a partir do advento da geografia crítica, o espaço assume outra dimensão no debate geográfico (BEZERRA e BITOUN, 2006). Fundamentada no materialismo histórico e na dialética, esta corrente define o espaço como

[...] *locus* de relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade [...] O mérito do conceito de formação socioespacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas (CORRÊA, 2009, p.26-27).

O espaço é *locus* de reprodução das relações sociais (LEFÈBVRE, 2004) e por isso não ocorre da mesma forma em todos os lugares. Ou seja, o espaço não é mero receptáculo das ações humanas, porquanto é um fator social, que traduz a relação dialética estabelecida entre o meio e a sociedade.

Esta relação dialética traduz-se na materialização das configurações estabelecidas pelos diferentes grupos sociais, as contradições e transformações, inseridas no espaço e no tempo. Por isso, sociedade sem espaço é abstração.

Para Santos (2004, p. 105) “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos”. Nesta perspectiva, os arranjos espaciais derivam da junção e interação de elementos sociais e naturais.

Segundo Castilho (2006, p. 70)

[...] o espaço não consiste apenas em uma dimensão material da sociedade – localização e distribuição dos edifícios e das vias de acesso, paisagens, centros comerciais, etc. - mas, simultaneamente, em um conjunto de imaterialidades – emoções, desejos, intenções, propósitos e técnicas – que se manifestam por meio de ações as quais, por sua vez, produzem e usam aquelas materialidades a fim de fazer com que a sociedade se realize.

Nesta perspectiva, no que tange ao fenômeno turístico, o conceito de ajustes espaciais pode ser operacionalizado na medida em que traduz as dimensões e relações intrínsecas entre fixos e fluxos, entre as materialidades e imaterialidades que configuram o espaço turístico, e que concretizam a existência da sociedade.

Assim, Porto de Galinhas expressa o fenômeno turístico, em sua clara dinâmica espacial, tanto horizontal, quanto vertical, de fixos e de fluxos. Os fixos, enquanto o centro emissor da demanda e ponto de partida dos fluxos, cujas formas impressas no lugar, pelos equipamentos turísticos, estradas e rodovias, e etc., conformam um novo sistema de objetos, que interage com um novo sistema de ações.

Portanto, os ajustes espaciais seriam fruto da ação dialética de causa e efeito entre os fixos e os fluxos, no que se refere principalmente “à espacialidade dos processos de acumulação do capital” (HARVEY, 2004 apud CASTILHO, 2006, p.68).

Os processos de ajuste espacial não ocorrem com a mesma intensidade em todos os lugares e ao mesmo tempo porque a espacialidade atende a diferentes fins. O que reflete a

heterogeneidade da produção e reprodução do espaço a partir da intencionalidade dos diversos grupos e agentes sociais, cujas variáveis político-ideológicas inseridas nas relações econômicas traduzem-se na manipulação dos processos por parte das classes dominantes.

Porto de Galinhas-PE, enquanto lugar turístico, é fruto do processo de mercadização do espaço, em que os agentes globais têm forte determinação na conformação do lugar, como ocorre geralmente em lugares turísticos ditos cartões postais em âmbito nacional e internacional. Em contrapartida, diversos segmentos da população local tentam se inserir no processo de turistificação² do lugar, buscando melhores condições de vida e maiores benefícios oriundos da atividade.

Nesta perspectiva, os lugares turísticos promovidos a nível internacional podem servir de exemplo de sistema urbano reticular, funcionando como um nó de uma rede mundial, em que elementos diversos locais e globais interagem. Mas que também não deixam de fazer parte da sua dinâmica espacial local, constituindo, às vezes, centros regionais importantes.

O lugar é, portanto, resultado de uma construção social. E o espaço, por sua vez, um campo de forças que interagem. Em parte complementam-se e mantém certa homogeneidade e afinidade, em parte distanciam-se e reconectam-se numa perspectiva escalar maior, como verticalidade e horizontalidade. Sobre as verticalidades e horizontalidades presentes no lugar, Santos (1997 apud CASTILHO, 2006, p. 71) define-as da seguinte forma:

[...] de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. Por outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente.

Os lugares turísticos também são tecnosfera e psicosfera. Não há como separar a tecnosfera da psicosfera porque constituem a totalidade espacial: a primeira dimensão pode ser compreendida como a materialidade do espaço pelo conjunto de objetos criados pela urbanização turística que influenciam o conjunto de ações; sobre o conceito de psicosfera, Santos (1998, p. 32) afirma que ela “é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo”.

² Consiste no processo de expansão da atividade turística em um determinado lugar repercutindo na produção do espaço.

Porto de Galinhas, nas últimas décadas, passou por grandes mudanças ligadas ao processo da urbanização turística do lugar. Enquanto recorte temporal, pode-se destacar a década de 1980 quando o lugar foi marcado pela implantação de segundas residências; a década de 1990, o turismo nos moldes capitalistas de crescimento dos equipamentos de apoio ao turismo é mais marcante; e a década de 2000 em diante, quando a este cenário soma-se os impactos no setor turístico do crescimento econômico da área de Suape.

Ao nível da tecnoesfera, a antiga vila de pescadores tornou-se uma grande área de comércio para fins turísticos. O centro, antes marcado pelas construções de casas simples, de casas humildes de taipa e de palha, no decorrer dos anos, foi sendo modelado por hotéis de diferentes portes, lojas e belas casas de veraneios.

Ao nível da psicoesfera, essas transformações repercutiram na dinâmica do trabalho, fomentando novas ações: o abandono ou adaptação de atividades como a pesca, para migração para atividades ligadas ao turismo (passeios de jangadas, comércio de artesanato e na praia) e prestação de serviços de caseiros em segundas residências.

Contudo, esses ajustes espaciais estão intimamente voltados para os interesses das horizontalidades. E, o lugar é palco de forte operacionalização dos agentes globais, que exercem influência e processam a realidade local a partir de interesses externos ao lugar.

1.2 A produção do espaço turístico

As definições atribuídas ao turismo são bastante diversificadas. Por ser um fenômeno de cunho social e espacial, com complexas repercussões socioeconômicas, culturais, ambientais e políticas, o turismo vem sendo debatido em diferentes áreas científicas, tais como a Sociologia, a Economia e a Geografia. Do que se deduz que, sem uma metodologia relacional, não se pode compreender a complexidade do fenômeno.

Uma vez que a partir de uma metodologia relacional (RAFFESTIN, 1993) as reflexões são tecidas com base na contribuição de diferentes áreas do conhecimento, que servem de base à compreensão dos fenômenos, neste caso das relações socioespaciais que permeiam o fenômeno turístico. Pois há uma simultaneidade e interação para possibilitar a apreensão dos fatos no âmbito de um mecanismo multidimensional e de forma mais complexa e completa.

Dumazedier (1994, p.38) discorre sobre o turismo, definindo-o como “um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna”.

Para Barreto (1995, p.13), turismo

É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que [...] saem do seu local de residência habitual para outro, onde não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural.

O espaço geográfico constitui seu principal objeto de consumo, promovendo deslocamentos territoriais fundamentados nas práticas sociais (CRUZ, 2001). De maneira que a atividade tem capacidade de dinamizar a economia e de transformar os locais onde acontece, gerando impactos positivos e negativos na região, tais como degradação ambiental e profundas alterações sociais.

A atividade turística fundamenta-se, com efeito, no consumo do espaço. Por isso Coriolano (2006) adverte que ela faz com que os lugares tornem-se mercadorias. O que acarreta, geralmente, no uso indiscriminado e em danos, muitas vezes, irreversíveis (MENDONÇA, apud LEMOS, 1999).

A complexidade do fenômeno turístico é expressa por sua materialização no território e pelas relações sociais que geram no processo de produção do espaço (RODRIGUES, 2001). Possui um caráter essencialmente econômico, quando analisado pelos recursos financeiros que movimenta; e sociocultural, por proporcionar o intenso encontro de pessoas (CORIOLANO, 1999).

Não obstante, para Lanquar (1985, apud AULICINO, 2001), o turismo deve ser analisado como um vetor de mudança social, por se configurar como um fenômeno coletivo que afeta as condições e os modos de vida de um lugar.

Castilho (2006, p. 69), nessa direção, define o turismo como

[...] uma prática socioespacial, simultaneamente, objetiva e subjetiva que se redefine, constantemente, segundo os interesses dominantes na sociedade. [...] concomitantemente, os interesses que ainda não se tornaram dominantes também vigentes na sociedade. Trata-se do conjunto de interesses ligados aos grupos sócio-territoriais dominados que necessitam de serem contemplados pelas ações de gestão – não articuladas a um planejamento consequente – do espaço.

A atividade sustenta-se na criação de *simulacros*, que são validados através da subjetividade do indivíduo e interesse dos grupos sociais (URRY, 2001; LUCHIARI, 2000). Para Urry (2001) o que cria o *olhar do turista* é a divisão entre o cotidiano e o não-cotidiano, o desejo por vivenciar um outro lugar.

Acerca dos agentes envolvidos no processo de produção do espaço para fins turísticos, para Castilho (2006, p. 70), estes

são aqueles que agem, no espaço, no sentido de turistificá-lo, tornando-o, assim, um lugar turístico. São exemplos desses agentes as instituições “públicas” e privadas, os diversos indivíduos e grupos sociais envolvidos, os empresários e outros. São estes que, mediante as suas ações, constroem o lugar turístico, ou seja, o espaço que será usado para atender os interesses, principalmente, das atividades ligadas ao turismo. Com isso, os planos, programas e projetos governamentais; as pressões de setores organizados da sociedade com vista à sua participação no processo de turistificação do espaço, dentre outros, constituem exemplos de ações as quais se acham interrelacionadas entre elas, tecendo um sistema – uma rede – de ações.

Em especial, nos países subdesenvolvidos os governos têm adotado medidas que servem de estímulo para diversificação da economia, principalmente, em lugares em via de estagnação. Tais medidas que visam à captação de investimentos para criação e fortalecimentos de pólos turísticos e que têm por objetivo imediato a geração de divisas, de emprego e renda, muitas vezes ampliam os impactos sociais e ambientais gerados.

Os processos de produção do turismo resultam em diferentes formas de alienação social, relacionadas à produção do espaço, ao trabalho e ao lazer. O resultado da atual forma de produção capitalista do espaço turístico é a sua espetacularização e alienação do mesmo, traduzida na falta de identidade da população residente com o local onde habitam, bem como o estado de fetichismo e fantasia vivenciados pelos visitantes.

E este processo se reflete também no mundo do trabalho ligado ao setor, uma vez que os moradores, em geral, são tratados como mercadorias de baixo valor e alta exploração dentro da cadeia turística. O enfoque dado a esta questão traduz-se na necessidade de revisão e análise aprofundada da realidade dos trabalhadores pertencentes às atividades turísticas.

Porto de Galinhas é, portanto, um lugar cuja atividade turística exprime forte influência nas transformações da paisagem local e na dinâmica socioespacial do trabalho. A respeito deste último fator, parte-se da premissa de que a força do trabalho, se de fato fosse algo que o trabalhador livremente dispusesse do controle, as relações de poder estabelecidas seriam mais simétricas. Entretanto, o que ocorre é a apropriação do trabalho, isto é, da força

do trabalho do homem, que se constitui na privação de sua capacidade de transformação (RAFFESTIN, 1993).

1.3 Geografia do Turismo? Reflexões acerca do turismo enquanto objeto de estudo geográfico

A discussão geográfica acerca da formação de lugares turísticos fundamenta-se através da análise da apropriação e do consumo de espaços para fins turísticos, que nada mais são que espaços geográficos. O que possibilita compreender os efeitos da função turística e sua difusão espaço-temporal.

Na Geografia Clássica, as viagens são praticadas com fins de descrição e estudo das formas espaciais e suas diferenças, existentes na superfície terrestre. A partir das expedições científicas para catalogação de dados a respeito dos continentes e países descobertos (PEREIRA, 2005).

Os primeiros relatos acerca de uma Geografia do Turismo datam de 1905, para definir o estudo do fenômeno do ócio sobre o espaço (RODRIGUES, 1997 apud PEREIRA, 2005). A ampliação dos estudos acerca da atividade ocorre após a expansão do setor de serviços, posto que houve um maior interesse da geografia em analisar o papel dos serviços na organização do espaço urbano (CASTILHO, 1999; COSTA et al, 2009).

Segundo Cazes (1992, p. 596), a abordagem geográfica a respeito da atividade divide-se em três linhas de pesquisa: uma referente às “análises e interpretações das distribuições em diferentes escalas espaciais; a segunda aos “exames de modalidades e efeitos de articulação entre turismo e meio de acolhimento; e, por fim, aos “estudos da produção de paisagens e de imagens específicas”.

A organização do turismo está imbricada de promessas de salvação e possibilidades de crescimento a curto prazo, e sem grandes investimentos ou necessidades, já que a premissa é que bastaria ter recursos naturais e o turismo surgiria espontaneamente.

E com maior destaque, tais discursos que apregoam as maravilhas do desenvolvimento do turismo se fundamentam na questão das possibilidades de empregos e renda que podem ser gerados a partir do desenvolvimento do setor.

Por isso, a ideologia da vocação assemelha-se a uma nova forma de determinismo geográfico, sistematizado no século XIX pela escola alemã, uma vez que basta a

disponibilidade dos atrativos naturais para que a crença no turismo como fonte de desenvolvimento local seja fortalecida.

Esse processo se dá a partir da criação da ideologia de que determinados espaços possuem vocação para a atividade, culminando em um processo de mercantilização dos espaços.

Os impactos espaciais e socioeconômicos advindos do crescimento do turismo somam-se aos processos de expansão urbana já existentes, que constituem a história de existência e evolução do lugar.

A partir da década de 1960, com a prosperidade econômica vivenciada nos países centrais do capitalismo no período pós-guerras incitando a expansão acelerada do fenômeno turístico, os estudos sobre o turismo dentro da Geografia ampliaram-se e aprofundaram-se consideravelmente.

Segundo Crocia (2002), a massificação do turismo e sua difusão espacial são os fatores que estruturam cientificamente a Geografia do turismo, nas últimas décadas do século XX. A questão primordial não é a criação de várias geografias, mas a divisão da ciência geográfica pelos diferentes ramos de pesquisa que possibilita o aprofundamento do conhecimento da relação natureza-sociedade, das dinâmicas socioespaciais, a partir de diferentes abordagens.

Nesta perspectiva, a geografia, ao estudar as transformações ocorridas no espaço ligadas ao turismo, busca compreender e interpretar o processo de criação dessas novas formas e funções espaciais. E, assim, possibilitar tecer importantes considerações voltadas ao planejamento e direcionamento da atividade a partir da compreensão das categorias envolvidas no fenômeno do turismo.

Assim, é de grande importância a compreensão de conceitos que auxiliam no entendimento da dinâmica espacial e do turismo, pois além de fornecerem as bases para compreensão das realidades distintas, servem de diretrizes na formulação de políticas para o desenvolvimento da atividade. Sobretudo, no que se refere a sua influência na dinâmica socioespacial do trabalho.

2. TURISMO E URBANIZAÇÃO

2.1 Reflexões acerca do lazer como nova “fronteira do capitalismo”

De acordo com Dumazedier (1994), lazer é tudo aquilo que o indivíduo, por vontade própria, desfruta no intervalo de tempo pós-obrigações profissionais e sociais. É, portanto, uma opção de restabelecimento do bem-estar físico e psicológico.

Sobre a compreensão do que vem a se constituir lazer³, Marcellino (2003) define-o como o tempo dispensado para a vivência de práticas transformadoras do indivíduo, ou seja, que contribuam para o enriquecimento cultural e para a mudança social. Seria, portanto, um vetor do desenvolvimento pessoal e social.

A conscientização da importância do lazer na sociedade, acha-se relacionada a necessidade de evasão a qual sempre foi uma constante na vida humana. Para Urry (2001), a possibilidade de liberdade apregoada aos lugares do turismo, diferenciando-os do cotidiano do mundo do trabalho, é o que consolida o desejo de evasão dos indivíduos.

As formas de lazer atendem a necessidade de evasão do indivíduo, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e social. “O lazer é uma droga aprovada pela sociedade, um analgésico que dá ilusão de uma melhoria passageira, mas não pode curar a doença em si” (KRIPPENDORF, 1989, p. 51). Contudo, na medida em que a acessibilidade às referidas formas é comprometida e/ou negada, tem-se a construção de espaços de exclusão, espaços que negam a civilidade.

Para Lefèbvre (2008), os lugares voltados para o lazer são dissociados dos processos produtivos, na medida em que parecem ser lugares livres, festivos, e por isso, independentes do trabalho. E define-os como espaços deslocados, que são comercializados em parcelas.

Segundo Lefebvre (2001, apud MELIANI, 2011, p.246), as necessidades sociais, de cunho antropológico, são

Opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e de aventura, a de organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções no mesmo ‘mundo’.

Com a ascensão da sociedade urbana industrial, os tempos do trabalho e do não-trabalho assumem outras dimensões. O trabalho assalariado e as conquistas trabalhistas não só

³ Para maior aprofundamento acerca da evolução do lazer na sociedade capitalista ver autores como Bauman (1999), Debord (1997), De Masi (1999), Dumazedier (1999), Krippendorf (1989), dentre outros.

fundamentaram o ócio e o lazer em detrimento do mundo do trabalho, como possibilitaram o surgimento do turismo contemporâneo, ampliando o acesso antes restrito às elites.

O crescimento do fenômeno turístico está, portanto, fundamentado na percepção do tempo livre e do lazer enquanto bens de consumo associados ao prazer. (CORIOLANO, 1998). Característica do capitalismo, o capital apropria-se também do tempo livre do trabalhador, e assim as formas turísticas de lazer seguem esta mesma lógica, principalmente por reproduzi-la mais fortemente que outras formas de lazer não-pagas.

É uma criação da sociedade do consumo que, entendendo a importância do lazer na sociedade contemporânea, passa a vender o turismo ou comercializar a viagem como um novo produto, nos moldes dessa sociedade do consumo, atrelado, portanto, as leis de mercado (DUMAZEDIER, 1999, p.38)

Sobre este fator, Ouriques (2005, p. 28), diz que “o turismo é uma criação e uma possibilidade do capitalismo. [...] o fato social do turismo é uma criação moderna. Também é produto do desenvolvimento da modernidade capitalista”.

Para Pearce (2003), existem dois conjuntos de forças motivacionais que incitam o indivíduo às práticas de lazer, e de realização do turismo: o primeiro deriva do desejo de fuga de seu ambiente pessoal; e o outro de busca de recompensas psicológicas ou intrínsecas em um ambiente novo.

Assim, as viagens e os deslocamentos sempre ocorreram, mas o turismo, na forma como se concebe atualmente, é na verdade uma estratégia de controle do capital sobre o tempo de não-trabalho da sociedade.

Este mecanismo estratégico de controle do capital se reflete conseqüentemente também na apropriação da força de trabalho da classe trabalhadora. E o que pode ser constatado é a desvalorização e depreciação do trabalho dentro do setor turístico, haja vista a realidade vivenciada pelos trabalhadores e suas condições de trabalho, de pouca possibilidade de ascensão e inclusão sociais, de fato. Apesar da mistificação que existe a respeito dos benefícios do turismo no que concerne às possibilidades de geração de emprego e renda.

2.2 Trilhando os caminhos da turistificação no contexto histórico contemporâneo

Nem todo deslocamento se constitui em prática turística. Desde os tempos mais remotos, a mobilidade espacial sempre foi uma necessidade dos grupos sociais por diferentes fatores. Para Barreto (2000), a cultura romana foi a primeira a de fato estabelecer viagens como prática de lazer e divertimento⁴.

A origem das viagens, precursoras do turismo, de acordo com Boyer (2003), está ligada aos deslocamentos de uma minoria da elite aristocrática, desde o século 18, a lugares novos para práticas de lazer. Esta fase inicial estende-se até o início do século 20, quando, a partir do período pós-guerras, esta prática de lazer é massificada.

A respeito dos deslocamentos realizados no século 18, devido à deterioração da qualidade de vida nas cidades⁵, o campo tornou-se lugar de descanso, divertimento e contemplação da natureza (THOMAS, 1988).

A ocupação territorial das áreas que se tornaram países colonizados, em geral, iniciou-se pela costa litorânea, visto que as embarcações eram o meio de transporte utilizado para as conquistas territoriais (URRY, 2001).

No continente europeu, muitos balneários surgiram com uma finalidade medicinal, no século XVIII. Difundindo a prática de banho de mar em um hábito comum entre a aristocracia, perpetuando a crença a respeito dos benefícios medicinais da prática também às classes profissionais e mercantis.

A partir do século XIX, os espaços litorâneos passam a ser mais valorizados, com destaque para a costa mediterrânea, aonde a aristocracia europeia se dirigia com frequência. Relacionada ao uso de estações termais, ocorreu a constituição das segundas residências nos balneários as quais se iniciaram, no Brasil, ainda no período imperial (CORIOLANO, 1998).

Então, como é possível constatar, apesar do turismo ter despontado com papel relevante após a Revolução Industrial, os balneários já tinham sido criados e frequentados em tempos muito anteriores. (URRY, 2001).

O turismo era então, privilégio quase que exclusivo das classes mais abastadas, na medida e que eram elas que elegiam como local de turismo ou residência secundária, lugares

⁴ diversos autores como Barreto (2000) discorrem sobre o desenvolvimento da atividade e das formas de viagens ao longo da história das sociedades. Para a presente pesquisa optamos em traçar um recorte temporal e aprofundar a discussão a partir do desenvolvimento da atividade na sociedade urbano-industrial, que é onde se inicia o turismo nos moldes atuais. No intuito de demonstrar a expansão do turismo a partir deste recorte temporal até os dias atuais.

⁵ A exemplo, principalmente, da degradação da condição de vida na Londres da indústria do carvão.

ainda conservados e atraentes. Posteriormente, com a massificação do turismo nessas áreas, os grupos com poder aquisitivo mais elevado começaram a fugir das áreas que também recebiam ocupações populares.

O desenvolvimento do transporte ferroviário e a popularização do automóvel deram início a uma nova configuração para as viagens. Com efeito, o automóvel facilitou o acesso aos lugares e, desta forma, possibilitou o aumento do número de viagens de lazer.

O automóvel é [...] um dos mais importantes signos de nosso tempo e seu papel na produção do imaginário tem profunda repercussão sobre o conjunto da vida do homem, incluindo a redefinição da sociedade e do espaço. As cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse (SANTOS, 2009, p.66).

A aquisição de conquistas trabalhistas, como férias remuneradas, diminuição da carga horária, e, portanto, o direito a um maior tempo livre, trouxeram grandes nuances às práticas de lazer e divertimento, a partir de então. Pois a efetivação das conquistas trabalhistas ampliaram as transformações na vida do trabalhador.

Nesta perspectiva, o turismo é produto do capitalismo industrial, que impulsionou novas formas de viagens voltadas para o prazer. E o avanço das comunicações, a estrada de ferro, o barco a vapor deram a base para o crescimento da atividade (HOBSBAWN, 2009).

A partir da década de 1960, o fenômeno passou por um acelerado processo de desenvolvimento nos países centrais do capitalismo, ligado ao crescimento econômico pelo qual passavam.

Antes da guerra não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central e Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970, esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões [...] A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros em fins da década de 1980 (HOBSBAWN, 1995, p.259) .

A sociedade do século XX diversifica o uso das áreas litorâneas, ao incorporar outros significados para além da atividade pesqueira, como o comércio, a agricultura a indústria e o turismo (RODRIGUES, 1997).

O valor de troca dos espaços costeiros foi valorizado com a difusão da crença de status vinculado à ideia de posse de residências secundárias nestas áreas, cujo objetivo era o afastamento dos grandes centros e o desfrute do mar e da natureza em áreas pouco frequentadas. Este tipo de residência, também conhecida como segundas residências, é

constituído de imóveis cujos proprietários, em geral, têm seu domicílio permanente em outro lugar, e sua finalidade pode ser para uso de lazer; para o que a residência pode ser própria, alugada ou emprestada.

Faz-se necessário destacar que para o presente estudo, não há distinção entre seu uso para fins de lazer e de turismo. Considerando que os usuários se utilizam dos equipamentos de apoio ao turismo no lugar, e portanto, influenciam a dinâmica do trabalho.

A economia de aglomeração se intensifica, bem como a padronização das construções, da oferta: ao lado de um hotel pode surgir outro igual, o que também ocorre com restaurantes, casas de artesanato, etc.

As forças produtivas do capitalismo, bem como a relação dialética entre trabalho e lazer, ao criarem o tempo de não-trabalho⁶, impulsionaram o desenvolvimento do turismo enquanto prática de lazer na contemporaneidade, atendendo necessidades de consumo do mercado.

Assim, o turismo tem-se constituído um importante setor na economia mundial. Sendo considerado como um dos mais relevantes fenômenos socioeconômicos dos tempos pós-modernos⁷, é visto como um complexo sistema de relações que se influenciam e se complementam.

A respeito das relações estabelecidas pelo turismo, Castilho (1999, p.26) afirma

Por ser uma prática socioespacial inerente à sociedade contemporânea, muito complexa e multifacetada, o turismo constitui também um fenômeno complexo e multifacetado definido constantemente e concomitantemente pelas suas dimensões: econômica, dimensão do aumento e da distribuição e rendas, promovidos pelo crescimento e pela diversificação do número de empregos; cultural, dimensão inerente ao sistema de valores e ao estilo de vida; social, mecanismo de integração social; ideológica, mecanismo de manutenção, com reformulação das práticas de

⁶ Tempo destinado à recuperação da saúde psíquica e física dos trabalhadores, que têm por fundamento a reprodução da força de trabalho.

⁷ A sociedade pós-moderna, ou “sociedade de indivíduos” (BAUMAN, 2001, p.39), apresenta como características principais o consumo e a individualidade. Estes elementos se complementam, sendo os parâmetros e formas de consumo atributos da individualidade de maneira altamente diversificada e escalas sem precedentes. Jameson (1988 apud SMITH 2002, p.133) define o pós-modernismo como “un concepto para priorizar cuya función es poner correlación de nuevos rasgos formales en la cultura con la emergencia de un nuevo tipo de vida social y nuevo orden económico – lo que a menudo es eufemísticamente llamado de modernización post-industrial o sociedad del consumidor, la sociedad de los medios de comunicación o del espectáculo, o capitalismo multinacional”; Para Harvey (1993) o período denominado pós-moderno tem como característica principal a compressão espaço-tempo traduzida nas rápidas transformações vividas pela sociedade. Para o autor (idem, 1993, p. 303-304), a diferença, portanto, entre a modernidade e a pós-modernidade é que enquanto a primeira está pautada “na materialidade e na racionalidade técnico-científica”, caracterizada pela fixidez e massificação, pela padronização da produção e do consumo; a outra fase é caracterizada pela “ficção, pela fantasia [...] pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo”.

poder, da ordem estabelecida pelo capitalismo; política, intervenções do Estado nos seus mais variados estilos de gestão nas suas mais variadas instâncias.

As forças que atuam sobre os lugares, local ou regionalmente, associam-se a outra dimensão de forças cujos fundamentos estão pautados nas premissas globais do capital. Por isso, o desenvolvimento das atividades econômicas parte de condições espaciais e temporais distintas, relacionadas a específicas conjunturas sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

O turismo, como os demais segmentos econômicos, responde às mudanças globais⁸. No que tange às transformações globais que influenciam a produção do turismo, o que se pode constatar é que, na maioria dos lugares, o que ocorre é uma importação do modelo de desenvolvimento da atividade aplicado em outra localidade, a exemplo do que ocorreu no México. Na década de 1960, o governo mexicano iniciou um estudo para implantação do primeiro centro turístico planejado do país. O objetivo era tornar viável a implementação do Planejamento de Desenvolvimento do Turismo (PDT) como um componente-chave da nova política de desenvolvimento econômico.

Assim, Cancun, uma ilha localizada no território de Quintana Roo, na costa nordeste da Península de Yucatán, foi selecionado para se tornar o primeiro Centro Integrado de Turismo Mexicano (CIT). A partir desta política voltada para o turismo internacional, durante a década de 1970, o lugar tornou-se caro, exótico e exclusiva oferta de 'sol e praia' para a comunidade internacional de classe alta. Contudo,

[...] uma planificação integrada do turismo consiste em enquadrar os projetos no contexto da planificação geral, definindo-os não somente em suas relações com os critérios de rentabilidade de mercado, mas também levando em consideração os aspectos naturais, sociais e culturais (RODRIGUES, 2001, p.101).

Para compreender a dinâmica da sociedade, é necessário fazer análises em diferentes escalas, uma vez que não se pode desconsiderar a simultaneidade dos processos local/global na configuração dos lugares.

Assim, estas questões sobre os tipos de políticas adotadas para o setor turístico, bem como as formas e escalas de análise da atividade dentro de um país ou uma região, refletem-se também no papel desempenhado pelos governos no processo de planejamento de políticas

⁸ Transformações significativas, em escala global, ocorreram ao longo das últimas décadas. A indústria do turismo, um componente integrante da ordem capitalista mundial, não está imune a essas mudanças. Assim, o turismo em massa surge como uma forma de produção e de consumo que tem experimentado um crescimento dramático desde a Segunda Guerra Mundial. Mas novas nuances do modelo se desenvolvem e coexistem dentro da complexidade da paisagem turística.

voltadas para o emprego no setor. No que concerne à efetiva promoção da qualidade de vida, podemos mensurá-la a partir das formas de trabalho que se relacionam à atividade; bem como o monitoramento, a mensuração e análise dos postos de trabalhos gerados; e as necessidades apontadas para a efetiva valorização do trabalho e do trabalhador.

2.3 A lógica da construção de lugares-mercadoria: a (re)produção dos espaços e do trabalho como mercadoria

O espaço é palco de produção de relações sociais ao mesmo tempo em que se reproduz enquanto mercadoria. A partir da lógica capitalista, novas funções do espaço são estabelecidas e outras são redefinidas, bem como as contradições de uso que surgem da apropriação e dominação por parte de uma classe dominante.

Na produção de uma mercadoria estão inclusos estados de ânimo, condições de vida e de trabalho, e que estes elementos estão ocultos no processo de aquisição do produto final (HARVEY, 1996). Nesta mesma perspectiva, Haug (1997, p.94), ao criticar a estetização da mercadoria, que desvincula o produto final do processo produtivo e das relações sociais existentes no mesmo, diz que

[...] a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens; [...] por ocultar, portanto, a relação social entre trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total.

Segundo Baudrillard (1970), para compreender a sociedade de consumo, é necessário entender que a essência do consumo reside na manipulação de signos. O que significa que o consumo vai além da aquisição de um produto ou serviço; é, na verdade, o consumo de significados e significações.

Este mecanismo de produção e consumo de símbolos, que cria novas “necessidades” nos indivíduos, fundamenta a produção dos espaços turísticos. Desta maneira, a valorização estética da imagem do lugar é a fonte de promoção das cidades turísticas, seja através de cartões-postais, sites de internet, folhetos promocionais, dentre as diversas formas de divulgação e venda da paisagem, seja natural e/ou construída. Em Porto de Galinhas, o mapa

turístico da região (anexo 2) é divulgado na maioria dos estabelecimentos de hospedagem, bem como no site da prefeitura municipal.

Neste contexto, o desenvolvimento do turismo em um lugar impõe uma dinâmica específica e mudanças nas relações de produção do espaço, que incorpora a sua realidade, um novo valor de uso pela sociedade. Assim, através do marketing turístico, os objetos espaciais e as particularidades de um determinado lugar, tais como elementos naturais e atributos culturais, são comercializados em consonância com finalidades diversas e segundo o perfil dos consumidores.

O marketing turístico busca materializar as representações sociais e construir novas representações e imagens positivas para o lugar; um verdadeiro mecanismo de ilusão e de legitimação da vontade de um grupo dominante, e, portanto, repleto de contradições. “Na verdade, o marketing turístico, ao destacar as características específicas e especiais dos lugares, escamoteia sua verdadeira base de sustentação: a exploração da força de trabalho” (OURIQUES, 1998).

Os espaços turísticos tornam-se espaços mitificados no imaginário coletivo, enquanto verdadeiros signos de felicidade e realização pessoal para visitantes e para visitados, para estes últimos, através das possibilidades de benefícios socioeconômicos. Ao que Urry (2001) chamou de construção e reconstrução dos lugares, lugares-objetos, a partir de e para o ‘olhar do turista’.

A respeito da “vocalização” turística, esta é construída pela retórica fundante do turismo na contemporaneidade, que cria verdadeiros paraísos, através de campanhas publicitárias, para incitar o desejo de deslocamento e, ao mesmo tempo, atender as mais distintas aspirações e desejos.

No turismo, o fetichismo da mercadoria é potencializado. Somente sob certas condições é que os lugares se tornam uma destinação turística. Somente quando as relações capitalistas se instalam é que os rios, montanhas, as praias e as dunas passam a ser apropriados economicamente pelo turismo (OURIQUES, 2005, p.60-61).

Esta transformação e padronização estética da paisagem para fins turísticos é fruto da sociedade de consumo, que tem como uma das características a criação de uma realidade encenada. Sobre este processo de transformação do espaço em mercadoria, Brandão e Castilho (2008, p.96) afirmam

[...] o espaço transformado em mercadoria pelo valor diferencial que a sociedade e os agentes econômicos – incluindo-se aí os turistas e todo o staff que lhe dá sustentação – atribuem a cada uma de suas parcelas, além das transformações decorrentes do uso do território turístico, com a incorporação de sistemas de objetos e ações altamente tecnizados que subordinam os estilos de vida e as demais atividades desenvolvidas em localidades receptoras aos ditames da atividade são reflexões fundamentais para a compreensão das dinâmicas da atividade são reflexões fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais introduzidas pelo turismo.

É, portanto, produto de uma sociedade que produz imagens de lugares para seduzir e fascinar, e na ilusão de desfrute do ‘paraíso’, o sujeito desfruta da própria alienação (HARVEY, 1996). Não apenas como visitante, mas também como força de trabalho, pois “os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos” (HAUG, 2010, p.94).

Para Ouriques (1998, p.10), a atividade turística “[...] está diretamente associada aos estímulos visuais, à ‘comercialização’ das paisagens”. Via de regra, a atividade turística vende a realização de sonhos e fantasias, que estão presentes no imaginário dos indivíduos e se tornam os vetores motivacionais para a prática da atividade. Bem como para a ilusão de ascensão social a partir do trabalho no setor.

O city marketing, que se constitui na venda da imagem da cidade, torna o componente estético o elemento determinante para o ‘consumo de lugares’. É neste sentido, que os projetos de revitalização⁹ são, na verdade, projetos de recuperação do espaço para valorização no mercado, para o consumo destes espaços.

Um lugar é formado por múltiplas interpretações que lhe são conferidas a partir de diferentes olhares, pelo morador, pelo visitante, pelo traseunte. Lugares produzidos mais em função de interesses externos, a cidade como lócus da mais-valia relativa.

As possibilidades lucrativas no turismo são ilimitadas, diante da transformação de tudo em espetáculo: a fé religiosa, a pobreza urbana, os sítios arqueológicos, as construções coloniais, a sexualidade, a natureza nata [...] a lógica da mercadoria faz com que a sociedade ofereça-se a si mesma como espetáculo (OURIQUES, 2005, p.67).

⁹O processo de gentrificação é a finalidade última disto, visto que se configura como uma forma de urbanização voltada para a reestruturação de espaços urbanos, para a mercadização e emburguesamento dos espaços.

Para Harvey (1996), através do turismo, áreas marcadas pelo desemprego podem ter uma sobrevida, já que a atividade gera renda e cria empregos, além de valorizar o ambiente. Assim, as mudanças por que passam os lugares, no que concerne às mudanças na estética da paisagem do lugar para atrair visitantes, também possibilitam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Inúmeros tipos de motivações, derivadas da combinação de necessidades e desejos reais e criados pelo mercado, influenciam a prática do turismo. “Os bens de que hoje nos orgulhamos e gostamos tornam-se logo obsoletos, bairros sofisticados tornam-se decadentes e vulgares” (BAUMAN, 1999, p. 105). Em uma época em que tudo se transforma em produto, a imagem criada a partir do que o destino tem de mais belo e vendável.

O turismo cria o lugar turístico [...] e faz do lugar estrangeiro seu objeto de publicidade e, portanto, de lucro; entretanto falsifica porque transforma a banalidade cotidiana do lugar em valor ou brilho comercial. Tudo está preparado para receber o turista transformado em objeto de lucro: preparam-se locais adequados à fotografia, os cartões postais, o souvenir e a miniatura (FERRARA, 2002, apud BARROS Jr, 2002, p. 104)

Desta forma, prepara-se o lugar a partir de uma exaltação dos objetos vendáveis existentes de acordo com interesses externos ao lugar, para a sedução de visitantes, assim como dos moradores do lugar, e operacionaliza-se a atividade através, também, da exploração da força de trabalho como mercadoria.

Por mais que o trabalho seja inserido nos discursos de políticos, empresários e “intelectuais” locais, como potencialidade incentivada pela turistificação dos lugares, os trabalhadores do lugar não são os maiores beneficiados.

O processo de apropriação dos espaços pelo desenvolvimento da atividade turística ocasiona impactos de diferentes formas e proporções no lugar. Pois, quando o desenvolvimento da atividade fundamenta-se em interesses externos ao lugar, produz novas territorialidades que repercutem desconexas dos interesses e das particularidades locais.

A esse respeito, Carvalho (2009, p 442), afirma que

[...] al apropiarse de los territorios, la actividad turística se convierte en uno de los principales agentes intervinientes de la dinamica de las

relaciones sociales previamente establecidas, engendrando un proceso dialéctico de producción de nuevas territorialidades¹⁰.

O lugar turístico é formado a partir de multiterritorialidades, como indica Rodrigues (2006, p. 306), ao afirmar que “sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiterritorialidade”.

No que concerne aos interesses que influenciam a ocorrência de determinados processos, de acordo com Santos (2000), é necessário estabelecer as diferenças entre “a escala de realização das ações e a escala do seu comando”. Aos resultados gerados por este distanciamento e desconexão entre as escalas de realização das ações e de comando das ações, o autor chamou de ‘alienação regional’ ou ‘alienação local’. Uma vez que as ações exercidas em um determinado lugar, muitas vezes, são motivadas por interesses alheios ao mesmo.

Assim, “muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (SANTOS, 2000, p.80).

No que concerne à análise desta afirmação dentro da atividade turística, é possível afirmar que,

A contigüidade espacial entre os sujeitos envolvidos com o turismo não garante, de fato, sua cooperação, a qual depende, antes de tudo, da capacidade de construir novas territorialidades através de um consenso local que permita a união de forças, tendo em vista um objetivo comum. (RODRIGUES, 2001, p. 312)

Pois, os lugares turísticos são construídos a partir de certas intencionalidades, e possuem uma dinâmica socioterritorial que influencia a construção social das territorialidades que se fazem presentes no lugar (SACK, 1986). Bem como se reflete na dinâmica socioespacial do trabalho, uma vez que atividade turística intensifica o processo de redefinição dos usos, no que tange à apropriação dos espaços e das formas de trabalho existentes. Transformando, portanto, os espaços em mercadorias e bens de consumo, e os trabalhadores em objetos desvalorizados dentro da cadeia do turismo.

¹⁰ Livre tradução: ao apropriar-se dos territórios [lugares, nesta pesquisa], a atividade turística se converte em um dos principais agentes interventores da dinâmica das relações sociais previamente estabelecidas, ocasionando um processo dialéctico de produção de novas territorialidades.

2.4 Debatendo o urbano e o processo de urbanização pelo turismo

O espaço urbano passa por um processo permanente de fragmentação relacionado a usos diferentes e diferentes formas e conteúdo social, associados ao dinamismo espacial e temporal. Santos (1988) refere-se a este processo de metamorfose do espaço afirmando que a interação entre fluxos e fixos é resultado da ação de vários agentes produtores do espaço e da organização espacial.

Os dois aspectos estabelecidos para compreensão do espaço são a relação homem-meio¹¹ e a dimensão da organização espacial da sociedade (MOREIRA, 2001). Então, da interação sociedade-natureza resultam relações que implicam na construção do espaço e suas diferenciadas formas e significados específicos de cada grupo, em tempos distintos.

Os espaços urbanos são constructos das intencionalidades dos grupos sociais dominantes. E, na condição de receptáculo e fomentador, vivenciam um processo contínuo de redefinição. Sobre a construção do urbano, para Lefèbvre (2001, p.47) “se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais que uma produção de objetos”. Isto a partir de e para o modo de produção e das relações capitalistas.

Para Lefèbvre (2004), o urbano constitui-se um ente sociológico, pois se materializa através das relações sociais. Estas interagem com as estruturas morfológicas, e configuram a relação dialética entre formas e conteúdos. A urbanização seria, portanto, o processo de difusão do urbano no espaço (LIMONAD, 1999).

A conceituação de urbanização apresenta vertentes variadas. Para Fonseca e Costa (2004, p.26), é “o processo de concentração da população, considerando-se tanto o aumento do número de cidades em uma região ou país, quanto o tamanho que cada centro urbano apresenta”.

Gottdiener (1993, p. 15) tece sua crítica a respeito da parca evolução conceitual da temática, afirmando que “a urbanização envolve a concentração de pessoas dentro de áreas limitadas e que existem diferenças entre o ‘modo urbano de vida’ e sua contrapartida ‘suburbana’ ou ‘rural’.

¹¹ É uma relação dialética na medida em que o homem faz parte da natureza e, na condição de ser natural e social, produz o meio e por ele é produzido. Segundo Marx (1968, p. 111), “a universalidade do homem aparece na prática justamente na universalidade que faz da natureza seu corpo inorgânico [...] pois o homem é uma parte da natureza”.

É bastante diversificada a conceituação de desenvolvimento urbano, tanto segundo o ramo da ciência que o estuda, como dentro de uma mesma ciência a variação é significativa. Os dois principais elementos do desenvolvimento urbano são o crescimento urbano e a urbanização.

O crescimento urbano configura-se como um processo espacial e demográfico, evidenciando a importância crescente das cidades como locais de concentração da população numa economia ou sociedade particular.

Enquanto isso, a urbanização é um processo social e não meramente espacial, que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Assim, a urbanização caracteriza-se pelas mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

A urbanização do Brasil foi, em sua fase inicial, social e territorialmente seletiva, e, então, vive-se a fase atual de urbanização da sociedade e do espaço. A atual fase do processo de urbanização caracterizado pela macrourbanização e metropolização, tendo como fatos evidentes o turbilhão demográfico e a terceirização (SANTOS, 2009).

No final da década de 1960, os planos urbanísticos no Brasil eram estimulados pelas idéias de reconstrução no período pós-guerra, em especial dos países europeus. Bem como pela efervescência no plano governamental da necessidade de planejamento urbano e intervenção estatal, devido ao processo de rápida urbanização pelo qual passava o país (DEAK, 1999).

O processo de urbanização do país, como em tantos outros no mundo, foi marcado pela pobreza, pois a modernização do campo expulsa a população pobre, que vive cada vez mais nos espaços urbanos. O setor industrial, por sua vez, desenvolve-se sem um aumento expressivo nos números de empregos gerados. E o setor terciário tem se caracterizado pela associação entre formas primitivas e modernas de trabalho com baixa remuneração e nenhuma garantia de permanência na ocupação (SANTOS, 2001).

O deslocamento, para as cidades, dos trabalhadores desprovidos de seus meios de subsistência marca o processo de crescimento das cidades e aglomerações urbanas. Implicaram em transformações além de quantitativas, qualitativas em profundidade da economia e da realidade do país. Assalariamento, urbanização e industrialização não estão apenas interligados, são partes do mesmo processo (DEAK, 1999).

A atual fase de urbanização brasileira é “marcada pela velocidade e pela técnica, em que as categorias espaço e tempo, agora fundidas, produzem novos nexos” (RODRIGUES, 2001, p.124).

E neste contexto, as cidades são palco de conflitos de interesses e necessidades tão diversificadas. As intervenções para valorização do espaço urbano refletem e acentuam as contradições da morfologia social, à medida que criam espaços elitizados contíguos a espaços extremamente segregados. Para Santos (1994 apud RODRIGUES, 2001, p. 124), “a cidade, sobretudo a grande cidade, é o fenômeno mais representativo desta união [tempo-espaço]”.

A diversificação das atividades produtivas influencia o processo de produção espacial das cidades. No caso das novas atividades relacionadas ao entretenimento, ao turismo e ao lazer, elas marcam de uma maneira bastante peculiar o processo de produção dos espaços, um outro processo de urbanização diferente daquele advindo da industrialização.

A atividade turística, enquanto fenômeno marcado por profundas relações sociais, é essencialmente urbanizadora, por isso, mesmo que não ocorra em ambientes citadinos, causa alterações nos padrões de organização espacial, urbanizando-os.

A respeito da distribuição dos equipamentos de apoio ao turismo no município de Ipojuca, o anexo 3 evidencia a grande concentração dos mesmos no pólo turístico do município, especialmente no trecho Porto-Maracaípe. Esta concentração marcou profundas alterações tanto na paisagem, quanto na dinâmica socioespacial do trabalho naquele lugar.

Na medida em que o solo urbano é apropriado pelo capital como mercadoria, para a sustentação de atividades ligadas ao lazer e à recreação, o turismo é rotulado como um vetor para o desenvolvimento urbano e avanços sociais, a partir de interesses econômicos e decisões políticas (CARLOS, 1996).

É nesta perspectiva de profundas transformações nas relações socioespaciais que ocorrem, como consequência, as significativas alterações na dinâmica do trabalho relacionadas a este novo contexto. O que se reflete, principalmente, na diversificação de formas e postos de trabalho, ainda que não possibilitem apenas a inserção do trabalhador no mercado, e não sua inclusão social, como apregoado nos discursos de desenvolvimento a partir da atividade.

2.5 Urbanização turística

De modo mais específico, sobre a relação entre turismo e urbanização, Rodrigues (2001, p. 125) afirma que

[...] a interrelação entre os dois fenômenos – urbanização e turismo – se situa na leitura da sociedade pós-moderna, subordinada à compreensão do processo de globalização-fragmentação. [...] As novas relações que se estabelecem em escala mundial e local podem desarticular o local do regional e o do nacional, ignorando as fronteiras do Estado-nação.

O fenômeno de turistificação, como verticalidade, engloba aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, que influenciam o processo de organização espacial. Através do surgimento de novos usos e funções, uma nova divisão espacial do trabalho é traçada, vinculada à produção desses espaços, e com base na reestruturação espacial global.

Em seu estudo sobre o sistema de objetos, Santos (2009) afirma que os objetos geram objetos semelhantes, a partir da difusão dos modelos originais, e este processo de reprodução e feição acaba por marcar a paisagem de forma característica. Ressalta ainda, que eles formam um todo, ou seja, elementos que formam um conjunto.

“Essa difusão de objetos, que, neste século, ocorre facilmente a uma escala global, [...] é muito mais rápida e generalizada, ao menos para aqueles objetos correspondentes aos novos modos de produzir contemporâneo” (SANTOS, 2009, p.68).

Esta definição é bastante interessante para a compreensão dos objetos turísticos que configuram um tipo de urbanização. Além do que a noção de objetos em sistema é fundamental, pela interdependência dos elementos da oferta turística.

Para Lopes Jr. (2000), a urbanização turística é uma nova forma de reorganização espacial das cidades, voltada para a produção de lugares de consumo e para o consumo de lugares. Mas,

[...] para que o turismo se concretize como uma prática sócio-espacial, faz-se necessário que o espaço lhe ofereça o conjunto de objetos espaciais sem os quais o turismo não poderia acontecer. [...] temos que pensar naqueles relativos às atrações as quais se guiam por princípios que se baseiam nos aportes da diferença, originalidade, apazibilidade e funcionalidade do lugar. Concomitantemente, tem-se a presença dos objetos diretamente utilizados pelos turistas quando chegam ao lugar turístico, ou seja, as construções que oferecem os serviços de interesse turístico mais frequentes: alojamento, restauração, informação turística, passeios, acessibilidade, atrações histórico-culturais etc. Construções que funcionam como sistemas – redes –

de objetos na medida em que só funcionam em inter-relação uns com os outros. É na sua inter-relação com as ações as quais, ao mesmo tempo, os re-produzem e os utilizam como meio à sua realização (CASTILHO, 2006, p.70)

O turismo tem influenciado de forma significativa as transformações socioespaciais em diversas cidades (LOUREIRO e SOUZA, 2003). Isto porque a atividade interfere na criação/recriação de arranjos espaciais diversificados: “considerando-a, hoje, um dos vetores mais importantes para associar o mundo ao lugar, o global ao local” (LUCHIARI, 2000, p.01).

Tornar-se um destino turístico nacional e internacionalmente conhecido é resultado de um feixe de ações e relações, fatores endógenos e exógenos cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos mais importantes pólos emissores do país e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e o país (CRUZ, 2006, p.87).

Então, através do estudo da apropriação e consolidação do espaço e sua relação com os tipos de práticas sociais turísticas, que estão inseridas no tecido regional e local, partir-se-ia para análise das conexões conjunturais e estruturais entre o desenvolvimento do turismo e as mudanças sociais, econômicas e ambientais (CAMMARATA, 2006).

A atividade turística apropria-se da paisagem tornando-a mercadoria, através da valorização estética do espaço, cujos agentes do processo de turistificação do lugar são os agentes do mercado, agentes públicos, população local e turistas.

O desenvolvimento da atividade turística, em qualquer localidade, ocasiona mutações relevantes na gama de setores que constituem os sistemas globais de regimento do estilo de vida da população, do âmbito da economia à cultura. Segundo Ruschmann (1997), nas últimas décadas, uma nova relação de interdependência entre os aspectos sociais e econômicos dos países tem sido determinada devido ao crescimento do turismo.

Ruschmann (1997), ao analisar estas mudanças, afirma, ainda, que o Estado deve buscar, através de uma política de turismo conveniente, conhecer e orientar os interesses da população autóctone, que vão além das possibilidades lucrativas, compreendendo também a preocupação quanto à proteção da qualidade de vida e do meio ambiente.

O entendimento da lógica de construção dos espaços turísticos possibilita entrever as contradições existentes nas relações sociais que configuram a produção e a reprodução do

referido espaço. Bem como a dinâmica da atividade em escalas distintas, que visa tornar o território atrativo para o capital privado.

Mullins (1991) formulou o conceito de urbanização turística na década de 1990, abrindo o debate para outros estudos sobre o tema. Iniciou seus estudos ao constatar o crescente número e expansão de cidades turísticas nas costas dos Estados Unidos e da Europa, configurando nova forma de urbanização, marcada pelo elevado crescimento populacional nas cidades costeiras, e pelo aumento, por sua vez, da força de trabalho nestas localidades.

Para o autor (idem, p. 326),

[...] tourist cities represent a new and extraordinary form of urbanization because they are cities built solely for consumption. Whereas western urbanization emerged in nineteenth century generally for reasons of production and commerce, tourist cities involved during the late twentieth century as sites for consumption”.¹²

Por conseguinte, o fenômeno de urbanização turística compreende a soma dos impactos benéficos e adversos ocasionados pela atividade nas localidades, as relações entre os setores da economia, a estruturação e a dinâmica socioespacial.

Mascarenhas (2004, p.03) discorre sobre o fenômeno de urbanização turística afirmando que “corresponde basicamente à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano, engendradas a partir da atividade turística”.

Assim, haja vista a relação urbanização e turismo, uma nova relação turismo-espaço se manifesta a partir da configuração territorial e das transformações socioespaciais e econômicas advindas da turistificação do lugar.

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas (SANTOS, 2009, p. 140).

¹² Livre tradução: “Cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização porque são cidades construídas para o consumo. Considerando que a urbanização ocidental emergiu no século XIX em geral ligadas à produção e comércio, as cidades turísticas se desenvolveram no final do século como lugares de consumo”.

Então, sendo o turismo um fenômeno social com fortes repercussões nas formas geográficas, cada lugar recebe novas atribuições. Parafraseando Santos (2007, p.41), o espaço constitui-se em um “instrumento da reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem”.

As cidades turísticas apresentam aspectos semelhantes em seu desenvolvimento. Apresentam certas características que as diferenciam, normalmente, das cidades que não tem no turismo um vetor econômico de grande relevância, tais como aspectos sócio-econômicos, concentração de atividades no setor de serviços, dinamismo demográfico, as formas de uso do solo, e a conformação da morfologia urbana (MULLINS, 1991; LUCHIARI, 2000).

Para Mullins (1991), a baixa remuneração dos empregos, o desemprego e ocupações precárias são características do trabalho, muito presentes também, em lugares turísticos, apesar do dinamismo econômico da atividade.

É, portanto, nesta perspectiva que o turismo desponta como um dos fatores responsáveis pela reestruturação do espaço urbano, sobretudo pela formação da oferta turística, a partir da oferta de equipamentos, serviços e espaços, transformados em produtos para o consumo.

Luchiari (2000) define alguns fatores que caracterizam a urbanização turística, em detrimento daqueles relacionados ao processo tradicional de produção das cidades industriais, ressaltando a singularidade dos lugares e, portanto, a assimilação dos fatores de maneira distinta.

Entre as principais características podem ser destacadas as seguintes: concentração de postos de trabalho ligados ao setor de serviços e à construção civil; consumo elevado; valorização estética da paisagem; valorização do solo urbano, intensificando a especulação imobiliária e o processo de segregação; aumento dos fluxos migratórios, ampliando o crescimento demográfico e a força de trabalho; sazonalidade dos postos de trabalho, principalmente nos lugares com “vocaç o natural” para a atividade; precariedade dos trabalhos; ascens o dos pequenos empres rios locais; organiza o da popula o residente em associa es para atender necessidades e expectativas em rela o   atividade; eleva o do custo de vida para a popula o, principalmente nas altas temporadas; produ o de “n o-lugares”¹³ (AUG , 1994).

¹³ Para o autor seriam aqueles lugares reconhecidos como ambientes que servem ao cotidiano da modernidade, como shoppings e aeroportos, por exemplo.

Todavia, nem sempre esse crescimento quantitativo traduz-se, efetivamente, em desenvolvimento das pessoas do lugar turístico. Não obstante, ele é apresentado à sociedade como fator de desenvolvimento.

2.6 Turismo e os discursos do desenvolvimento local

É comum, ao se falar de desenvolvimento, adotar-se como parâmetro apenas o fator renda. Não obstante este fator ser um importante, o conceito de desenvolvimento deve ser fundamentado por outros fatores em inter-relações, tais como qualidade de vida da população, diminuição da pobreza e das desigualdades. Assim, equivocadamente os termos desenvolvimento e crescimento econômico são utilizados para designar a mesma coisa.

Uma região, um país, pode apresentar um índice elevado de crescimento da economia sem, contudo, promover o desenvolvimento das pessoas. Pois, para tanto, é imprescindível que haja um efetivo beneficiamento da sociedade, traduzido em melhor distribuição da renda, bem como melhoria das condições de vida e acesso a direitos fundamentais – educação e saúde, por exemplo.

Desta maneira, o desenvolvimento é um conjunto de fatores que possibilitam a melhoria da qualidade de vida, a partir de avanços sociais efetivos, repercutindo na erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades regionais. Duas metas fundamentais no Brasil.

A Revolução Industrial constitui-se no marco principal de mudanças dos processos econômicos e da intensificação do uso exacerbado dos recursos naturais. Contudo, o intenso desgaste dos recursos, a degradação ambiental para o “avanço” das economias (fronteiras agrícolas e da pecuária), o crescimento acelerado e “desordenado” das cidades e o processo de urbanização são características deste falso desenvolvimento da humanidade.

A década de 1970 é marcada como o auge do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, como a fase de questionamento sobre a validade do modelo para esse crescimento. De forma que diversos segmentos da sociedade atentaram para a necessidade de se buscar um novo tipo de desenvolvimento, mais justo, equilibrado e harmônico, social e ambientalmente.

Assim, a reflexão mais profunda acerca do modelo de desenvolvimento até então adotado, baseado no uso irrestrito dos recursos naturais, levou à construção de diversos

questionamentos e conceitos de qualidade ambiental, desenvolvimento sustentável, dentre outros, cujo foco era a necessidade de mudança.

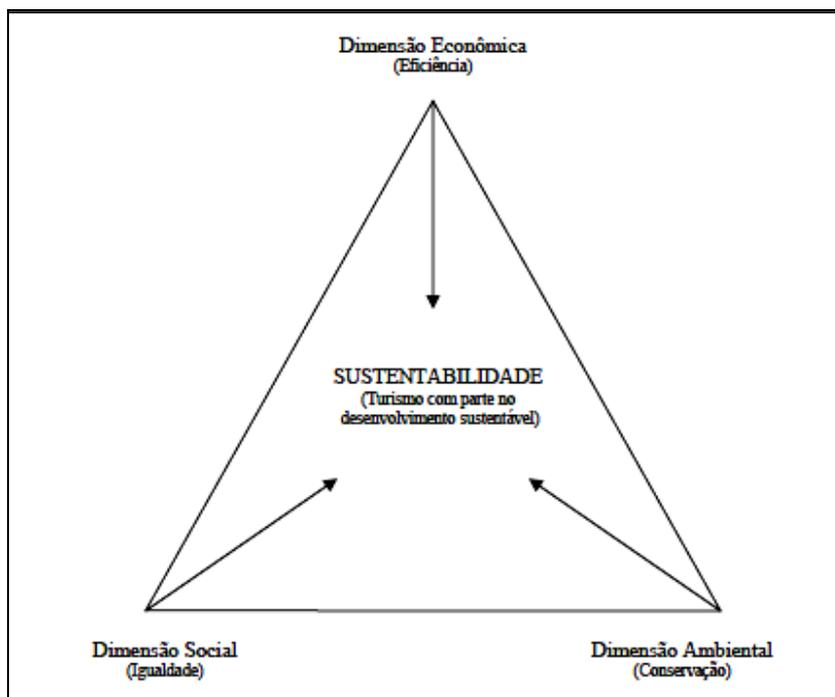
A lógica de crescimento econômico adotada em todo o mundo na fase pós-segunda guerra mundial, em que desenvolvimento e crescimento econômico tinham o mesmo significado, derivado do conceito de progresso então defendido, culminou nas crises ambiental e econômica globalizadas.

De forma que diversos segmentos da sociedade – poder público, grupos sociais, comunidade científica – atentaram para a necessidade de se buscar um novo tipo de desenvolvimento, mais justo, equilibrado e harmônico, social e ambientalmente. E, assim, surgiram os princípios para o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento: eficiência econômica, prudência ecológica e equidade social.

O principal marco mundial neste processo reflexivo e pró-ativo de busca por um desenvolvimento sustentável é a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, que defendeu os princípios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Atrelando o conceito de Desenvolvimento Sustentável à atividade turística, Swarbooke (2000, p 19) define Turismo Sustentável como: “Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”, conforme a figura 1.

Figura 1: Pilares do turismo sustentável



Fonte: Swarbrooke, 2000

O objetivo primordial do planejamento consequente da atividade turística é compatibilizar o desenvolvimento do turismo local e a preservação dos recursos naturais, com a viabilidade econômica e o desenvolvimento social local, tornando-os metas essenciais para o fomento da atividade.

O planejamento urbano permite o crescimento ordenado das cidades e o desenvolvimento de várias atividades visando garantir equilíbrio econômico, social e ambiental. Assim, o processo de planejamento lida com a qualidade do meio ambiente urbano traduzindo-o em melhorias das condições de vida nestes espaços (SOUZA, 2003).

O princípio do turismo sustentável surge nesta nova perspectiva de desenvolvimento, devendo estar embasado na busca contínua e dinâmica de um turismo consequente, por parte de todos os envolvidos, setor público, enquanto regulador, e o setor privado e comunidade local.

A OMT (1994, apud CAMPOS e CAMPOS, 2003, p. 166) afirma que

[...] o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia. É, antes de tudo, um processo de mudança em que as alterações na exploração dos recursos, gestão das intervenções, orientação do

desenvolvimento a nível institucional são gerenciadas de modo coerente com as necessidades futuras e presentes.

O desenvolvimento da atividade turística, em qualquer lugar, ocasiona mutações relevantes na gama de setores que constituem os sistemas globais de regimento do estilo de vida da população, do âmbito da economia à cultura. Segundo Ruschmann (1997, p.29), nas últimas décadas, uma nova relação de interdependência entre os aspectos sociais e econômicos dos países tem sido determinada devido ao crescimento do turismo.

Os reflexos da atividade turística no lugar em que se desenvolve tem evidenciado inúmeros impactos: uso e ocupação desordenados do solo, exclusão social, comércio supervalorizado, concentração da geração de resíduos sólidos, entre outros.

A expansão da atividade, à medida que se torna uma importante fonte de geração de emprego, divisas e renda, torna-se também, em muitas destinações, predatória ao meio ambiente, provocando sérios danos aos recursos naturais e às populações residentes. O que pode ser evidenciado, neste último caso, pela exploração dos trabalhadores.

Todos os agentes do desenvolvimento turístico devem ter atuação conjunta na formulação de uma nova gestão da atividade que se caracterize pela valorização do local, através da conservação do patrimônio natural e cultural, do respeito pela identidade e pelos valores socioculturais, do equilíbrio entre as esferas social, econômica e ambiental, e da participação imprescindível da população local (CAMPOS e CAMPOS, 2003).

Independente do termo adotado (turismo comunitário, turismo de base local, turismo endógeno, turismo solidário), a filosofia comum a estas formas de organização da atividade surgiu para contrapor à forma de desenvolvimento do turismo, geradora de altos impactos negativos e custos sociais para a população residente.

Como forma de diversificação da economia, principalmente em regiões cujos índices de desemprego e pobreza e outros indicadores não satisfatórios, implementar uma nova infraestrutura e estimular o setor turístico são caminhos adotados para a diversificação da economia em algumas porções do espaço, e assim poder fomentar o desenvolvimento local.

Nesta perspectiva, no Brasil, as três instâncias de governo buscam desenvolver planos e projetos que tornem a atividade uma das vias de salvação da economia de algumas áreas do país, como é caso dos estados do Nordeste brasileiro. Haja vista, por exemplo, a política nacional adotada na década de 1980, de desenvolvimento para o Nordeste, chamada de “Brasil em ação” que criou os eixos de desenvolvimento e, dentre eles, o eixo do turismo voltado para o litoral.

Pautada nos princípios estabelecidos de sustentabilidade, a ideia de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, e outros termos que apregoem este conceito, acaba, na maioria dos casos, por garantir a continuidade, só que em outros moldes, da exploração econômica e de recursos. De maneira que se torna inexequível falar a respeito de possibilidades de desenvolvimento equânime, quando se fala de uma atividade fruto do capitalismo nos moldes atuais, bem como quando a forma como é pensada apenas realimenta a lógica do sistema.

Assim, com o crescimento do turismo, novos sistemas de ações e de objetos se constituem. Este novo sistema de objetos possibilita a criação de novas atividades e a expansão de novos mercados e, conseqüentemente, da mão de obra formal e informal.

Como toda e qualquer atividade econômica, a base do turismo é a exploração da força de trabalho. Logo, é do trabalho que se constituem os lucros oriundos da atividade turística, uma vez que é do trabalhador – formal e informal - que se extrai a mais valia. Estes espaços são idealizados sob a ótica excludente de produção do sistema capitalista.

Diversos estudos têm se debruçado em um novo campo da economia, chamado socioeconomia, buscando mostrar que é possível um outro direcionamento das atividades econômicas, menos dependente do economicismo como valor hegemônico das sociedades (CÁRCAMO et al, 2005).

Entretanto, muitas vezes, a elaboração de planos para o desenvolvimento mais justo social e economicamente fica mais restrita ao campo teórico, cujo desenvolvimento tem sido considerado estratégico nos discursos a respeito do desenvolvimento sustentável, em escalas regional e local.

No Brasil, os Arranjos Produtivos Locais, APLs, têm sido vistos como estratégias de desenvolvimento e inclusão social, a partir do dinamismo e diversificação da economia, e potencial multiplicador que oferecem os países em desenvolvimento (COSTA et al, 2009).

Pesquisas recentes apontam para o surgimento de arranjos socioprodutivos de base comunitária em empreendimentos de turismo. Em geral, “se privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação” (CÁRCAMO et al, 2005, p.289).

A partir da constatação de que setor turístico é majoritariamente composto por pequenos negócios aglomerados territorialmente em um lugar, a ideia é de que seja possível, por meio de relações de cooperação ao redor de uma cadeia produtiva, construir vantagens competitivas para os negócios, para o local, a região.

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTur, nesta perspectiva, definiu áreas prioritárias para estruturação da atividade, no intuito de

promover o desenvolvimento local através de ações focadas no território e em seus potenciais endógenos, ligados à cadeia produtiva do turismo.

Assim, projetos que valorizam a identidade cultural e o capital social são desenvolvidos, e voltam-se para áreas com potencial turístico e baixo dinamismo econômico, bem como áreas com vultosos investimentos privados relacionados à infraestrutura turística.

Na década de 1990 desponta o Programa de Municipalização do Turismo – PNMT, com o objetivo de promover a descentralização do planejamento da atividade, tendo por base a gestão participativa a partir de políticas locais. Para tanto, o governo federal, através da Embratur, buscou capacitar os municípios.

Algumas iniciativas, em âmbito mundial, vêm sendo praticadas visando a difusão de um novo pensar e produzir a atividade turística, que contrarie a tendência do modelo atual que culmina na segregação socioespacial, na concentração de renda, entre outros impactos .

Desde 1995, o Instituto de Turismo e Desenvolvimento da Alemanha, entrega o prêmio To Do! como mérito a propostas de turismo com responsabilidade social. Até 2008, aproximadamente 250 projetos¹⁴ participaram do programa, oriundos de 63 países. Do total, cerca de 60% dos projetos pertenceram a países em desenvolvimento, evidenciando o crescimento do debate nestes países por um novo modelo da atividade.

Indistintamente, os países devem ser pensados a partir da sua diversidade inter e intra regional, para que as políticas voltadas para a atividade atendam as especificidades de cada lugar. Portanto, turismo comunitário é aquele onde todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo atuam em ação conjunta para a implantação de uma gestão caracterizada pela valorização do local, por meio da conservação dos patrimônios natural e cultural, inserção da população na cadeia produtiva, e participação da mesma na gestão da atividade (CAMPOS e CAMPOS, 2003).

Estas novas possibilidades de se pensar o desenvolvimento da atividade turística pautados no fortalecimento das relações sociais e valorização da população local na gestão da atividade, refletir-se-iam na dinâmica do trabalho de maneira a fortalecer as relações sociais, e as principais características do trabalho no setor: a precariedade das condições de trabalho, e de desemprego alto, maior parceria entre os segmentos da cadeia turística, bem como fortalecimento dos pequenos negócios e das ocupações informais.

¹⁴ O Brasil conquistou apenas uma vez o prêmio, em 1999, com o projeto sobre o modelo de turismo praticado na Prainha do Canto Verde, em Beberibe, Ceará. Nesta localidade, a própria comunidade gerencia a atividade, e mantém a base de atividades como a pesca artesanal de lagosta. A praia é uma reserva extrativista (RESEX), onde moram cerca de 200 famílias (PRAINHA DO CANTO VERDE, 2011)

Em geral, para alguns, estes discursos são falácias que tentam esconder o fato de que o turismo, enquanto uma atividade capitalista, sobrevive da exploração da força de trabalho, no âmbito da dialética riqueza/pobreza. Portanto, para se ter sustentabilidade dever-se-ia mudar esta realidade.

Porém, enquanto esta utopia não se concretiza, cabe à Academia continuar dando visibilidade à problemática social que permanece, atingindo grande contingente das populações dos lugares vividos. O que deve ser feito visando subsidiar debates acerca das soluções reais a combate do caráter desigual e injusto da urbanização turística.

3. TURISMO E TRABALHO

3.1 O trabalho no mundo de hoje

A era moderna foi palco do despertar da exaltação do trabalho e da transformação da sociedade em uma sociedade de operários (ARENDR, 2008). Neste sentido a análise geográfica da relação dialética entre sociedade e natureza, a partir da relação trabalho-capital, possibilita a compreensão da diversidade e significados do trabalho no mundo contemporâneo.

[...] o trabalho, sob a espada encantada do capital, é alienação. É alienação porque o homem foi separado dos seus meios de produção (incluindo a terra), pelo processo histórico da acumulação primitiva, submetendo-se à relação de 'liberdade, igualdade e fraternidade' moderna: a relação de proprietários (o capitalista, dos meios de produção; o trabalhador, da força de trabalho) (OURIQUES, 1998, p.41).

O mundo do trabalho tem inerente a si a combinação de contradições da sociedade do capital. As características espaciais e territoriais advindas da relação capital-trabalho retratam as complexas relações estabelecidas, no espaço e no tempo, do metabolismo societário do trabalho (THOMAZ Jr, 2002).

Para Harvey (2005, p.40), as possibilidades de expansão geográfica e de reorganização espacial, bem como o desenvolvimento geográfico desigual, validaram o capitalismo como sistema econômico-político. E por estes fatores, "a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica".

A atual fase do capitalismo traz em si características marcantes como mundialização, neoliberalismo e reestruturação produtiva (ARAÚJO, 2000; BEHRING, 2009). A consolidação do neoliberalismo marcou a transição do paradigma econômico no que diz respeito à abertura das fronteiras da economia, característica da nova ordem econômica internacional (RAMOS, 2007).

A reestruturação produtiva é a estratégia do capitalismo de rearranjo para que continue a manter sua lógica, e este processo provoca um vasto conjunto de transformações nas formas de trabalho, e profundas alterações no espaço e no território (THOMAZ Jr, 2002).

Acerca das alienações contemporâneas oriundas do liberalismo do livre mercado, Marx e Engels (1952 apud HARVEY, 2011, p. 38) afirmam que

[a burguesia] transformou o valor pessoal em valor de troca, e em lugar das liberdades inalienáveis reconhecidas legalmente, que não se pode mensurar, instalou uma única liberdade inescrupulosa – o Livre Comércio [...] privou de seu halo toda ocupação até então honrada e contemplada com temor reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem de ciência em seus trabalhadores assalariados pagos.

Na perspectiva de análise da relação sociedade-natureza, o trabalho assume a posição de intermediário das transformações do homem na natureza. E, por outro lado, o trabalho serve como modelador da organização socioespacial da sociedade.

De modo que a divisão do trabalho é o fator de manutenção da vida social e que impulsiona a diferenciação espacial. “Esta, movida pela produção, atribui a cada momento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (SANTOS, 2009, p. 131).

A divisão social do trabalho é frequentemente considerada como a repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. [...] além da divisão do trabalho vivo, há uma divisão territorial do trabalho morto (SANTOS, 2009, p. 139).

A partir de 1950 a divisão da força de trabalho nas ditas economias industriais passou por uma transformação significativa relacionada ao aumento de ocupações ligadas ao diversificado setor de serviços (GEORGE, 1979). O crescimento do setor de serviços incitou, dentro da Ciência Geográfica, a busca por analisar o papel dessas atividades no processo de desenvolvimento e organização do espaço urbano (CASTILHO, 1998).

Pois o espaço urbano configura-se como lócus de reprodução das relações sociais, das dimensões do capital e da força de trabalho. E neste sentido, o setor de serviços incitou profundas transformações no espaço e na formação socioespacial.

Para Santos (2009), a formação socioespacial é a base para compreensão dos lugares, pois é a qualificação geográfica que dá significação a um recurso. Uma vez que,

Fora dos lugares, recursos, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concreto que pareçam, são abstrações [...] Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 2009, p. 132).

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Pois os lugares assim construídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis (SANTOS, 2009, p. 133).

No que concerne à atividade turística, assim como nas atividades fruto do sistema capitalista, a ordem global influencia as dinâmicas locais. E nesta perspectiva, as atividades econômicas globalizadas ao serem introduzidas nos lugares produzem novas espacialidades, a partir da relação dialética existente entre as ordens global e local (SANTOS, 2009).

3.2 Turismo e trabalho: continuidade da lógica capitalista de exploração do homem

No modo de produção capitalista, o trabalhador produz mercadoria, mas não possui identidade com a mesma, e ela tampouco lhe pertence. Ele se desumaniza, e torna-se apenas produtor/consumidor.

O capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofunda as desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível as mediações que viabilizam esse processo e, consequentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam (IAMAMOTO, 2009, p.20).

O trabalho deveria constituir-se em um meio de desenvolvimento material e social dos seres humanos, possibilitando não apenas a sustentação da vida, mas o desenvolvimento do trabalhador tanto no âmbito da materialidade quanto no da subjetividade, porquanto são cidadãos dotados de direitos básicos e fundamentais.

Harvey (1996, p. 101) afirma que “[o trabalhador] costuma estar alienado do produto, do comando do processo de produção, bem como da capacidade de realizar o valor do fruto dos seus esforços – esse valor é apropriado pelo capitalista como lucro”.

Este fato pode ser facilmente constatado no setor de turismo, visto que a compra e exploração da força de trabalho, ou seja, a exploração da mais valia, caracteriza-se também pela flexibilização das relações de trabalho e a informalidade, deixando os trabalhadores a mercê da própria sorte.

A verdade é que o turismo é uma atividade capitalista e por isso segue a lógica de exploração. A atividade é reforçada pela esperança de melhorias socioeconômicas, mas o que ocorre na prática é um processo de exclusão da população. Como afirma Ouriques (1998, p.14) “os empregos turísticos não têm nada de novo e apenas reproduzem a realidade de outros setores, inclusive com condições de trabalho adversas”.

Junto com o movimento de expansão do capitalismo, ocorre o processo de exclusão de parcelas significativas de indivíduos do mercado de trabalho. E nesta perspectiva, o desemprego e os subempregos, o aumento da pobreza e das diferenças entre classes, são elementos marcantes.

[...] as mudanças no mundo do trabalho não dizem respeito apenas à exacerbação das taxas de desemprego. [...] O que está em curso atualmente é um processo global de flexibilização no mercado de trabalho, com a falência progressiva das garantias sociais dos trabalhadores (OURIQUES, 1998, p.93).

Neste contexto, a realidade brasileira no que concerne à proporção de empregados com carteira assinada no total de empregados e à taxa de desocupação da população, segundo as unidades da federação, é exposta nos anexos 4 e 5, respectivamente. Assim, é possível constatar que as regiões Sul e Sudeste apresentam as maiores proporções de pessoas empregadas com carteira assinada no total de empregados.

O estado de Pernambuco é o que se diferencia da realidade regional no qual está inserido, apresentando proporções próximas às regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Em contrapartida, a taxa de desocupação no estado é bastante significativa, quando comparada ao contexto brasileiro, apresentando os maiores índices da região Nordeste, juntamente com o estado de Sergipe.

As consequências do aumento da competitividade e da concorrência acirrada, frutos da lógica capitalista, são cruéis para os trabalhadores. A precarização das relações de trabalho, a desvalorização da força de trabalho, a valorização do capital e extração da mais-valia demonstram a realidade do mundo do trabalho.

De maneira que a dicotomia entre trabalho e sociedade é exacerbada. Pois o trabalho, enquanto meio de satisfação das necessidades materiais e subjetivas do indivíduo, é

precarizado no contexto de uma sociedade alienada, que tem como característica a exclusão social de uma grande massa de trabalhadores, condenados ao trabalho árduo e que não permite a ascensão do trabalhador.

Num contexto de re-ordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o status profissional se esvai [...] faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo autoemprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes (PAIVA, 2001, p.03).

Este processo é bastante característico no setor turístico, pois conforme constatado em Porto de Galinhas, em consonância com os resultados da pesquisa, a maioria dos indivíduos insere-se timidamente no mercado de trabalho local, geralmente em atividades informais. Somente alguns poucos conseguem uma inserção real, já que as possibilidades, em geral, são bastante limitadas. Então, o que pode ser constatado é um processo de submissão da população residente a formas de trabalho que não possibilitam a real ascensão de vida, pois a maioria exerce funções pouco valorizadas.

O mercado de trabalho pode ser dividido em três grandes grupos, conforme as formas básicas de segmentação: setorial, espacial e formal/informal (ULYSSEA, 2007). Caracteriza-se da seguinte forma: os diferenciais entre setores de atividade (segmentação setorial); os diferenciais entre trabalhadores formais e informais (segmentação formal/informal), assim, configuram diferentes formas: assalariado, autônomo, terceirizado, etc.; e os diferenciais regionais, entre áreas rurais e urbanas e entre municípios de diferentes tamanhos (segmentação espacial).

Neste sentido, com o desenvolvimento da atividade turística em Porto de Galinhas a expressão geográfica do trabalho se manifesta nas diferentes formas apontadas acima, e no processo de diversificação de formas, e de migração de atividades para novas ocupações ligadas ao setor.

Por meio das características do mercado de trabalho é possível identificar as necessidades de cunho social das demandas, pois fornecem um conjunto de informações importantes. Assim, as necessidades sociais estimulam o surgimento de demandas profissionais (MOTA e AMARAL, 1998). Além do que, entender o comportamento do mercado de trabalho é um importante fator para compreensão da evolução ou retrocesso da desigualdade dentro de uma região.

Em geral, cada forma de trabalho influencia e conforma específicas maneiras de arrumações espaciais. E por isso, a análise geográfica permite a compreensão de formas, arranjos espaciais e o sentido das diversas maneiras de desdobramentos.

Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. [...] a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. [...] O tempo vivido das sociedades (mundial, nacional, local) é dado pelas respectivas divisões do trabalho (SANTOS, 2009, p.136 - 137).

O sistema capitalista, ao ser analisado historicamente, não deixa dúvidas que sempre impôs de forma esmagadora sua lógica própria de funcionamento pautada na exploração do trabalho pelo capital.

O caráter seletivo do capital faz com que a própria centralidade do trabalho através de uma relação dialética produza sua dispersão, uma vez que ao dessocializar e excluir um grande número de pessoas, transfere a responsabilidade e faz com que esta massa desempregada seja responsabilizada por sua condição, e busque a ressocialização por seus próprios meios (ANTUNES e RÊGO, 1996).

Nesta perspectiva de atividade fruto do sistema capitalista, para a OMT (2003), o turismo é uma importante atividade econômica da contemporaneidade, não apenas pela soma de divisas que movimenta, mas também por promover a ocupação de milhões de pessoas em todo o mundo.

Ouriques (2005) associa a forma de desenvolvimento do turismo, pautado na ilusão de desenvolvimento e dependência, na lógica colonialista, apesar de ressaltar que é uma associação que, em princípio, pareceria equivocada, já que se fala de colonialismo numa atividade característica do século XX.

A dependência parece responder a uma das particularidades do turismo, que é produzir as mesmas relações servis, inclusive e principalmente de trabalho, que marcaram a história das ex-colônias e atuais periferias do sistema capitalista (OURIQUES, 2005, p.92).

A respeito do assunto, Krippendorf (1989, p.104) afirma que é “uma forma nova e manhosa de colonialismo, porque, sob um ar de inocência, cria novas relações de dependência e domínio e explora seres humanos e o ambiente”, alienando os lugares em que chega.

A OMT (2004), através do código de ética do turismo, tece algumas considerações acerca dos direitos dos trabalhadores do setor, ao reforçar o dever do Estado em garantir os direitos fundamentais dos mesmos e assegurar-lhes uma proteção social adequada. E que devem ser ponderados os entraves referentes às características da atividade, como sazonalidade. Archer (2001, apud OURIQUES, 2005, p. 99) diz que:

[...] nos casos mais extremos o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento de tipo neocolonial. Esse neocolonialismo retira poder dos níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais.

Isto fica evidenciado em Porto de Galinhas, com a inserção de grandes redes hoteleiras, nas mediações do centro da vila, e a inserção de poucos moradores do lugar, em geral em postos de trabalho pouco qualificados, e em vagas temporárias. Na década de 1980 havia apenas dois hotéis, atualmente existem quatro resorts, vinte hotéis e 180 pousadas, constituindo-se na maior oferta de hospedagem de Pernambuco.

No que concerne o emprego com vínculo celetista ligado ao turismo no município de Ipojuca, o anexo 6 faz referência às estimativas da mão de obra formal, por atividades no período de dezembro/2002 a setembro/2008, evidenciando o fator da sazonalidade e a forte concentração nos segmentos de alojamento e alimentação. Estes setores são os que apresentam a maior variação mensal.

A atividade turística engloba formas de relações sociais marcadas pela exploração, pela dependência, pela precariedade no trabalho, bem como pela mão de obra barata e trabalhos 'ilegais' ligados ao prazer sexual. Segundo Krippendorf (1989, p.113)

[...] no hotel ou na praia, só se toma conhecimento dos nativos através de suas funções serviçais: o servente, a arrumadeira, o vigia, os vendedores de souvenirs [...] Esta situação reforça o sentimento da própria superioridade.

Para Ouriques (2005), o setor de turismo mundial tem grande expansão por estar pautado na exploração da força de trabalho, pelos baixos salários pagos, e extensa jornada, constituindo a extração da mais-valia absoluta. No país, a realidade é semelhante, já que, no que tange à economia formal, as ocupações ligadas ao setor estão entre as que apresentam menor remuneração.

As atividades inseridas no setor informal são vistas, então, como alternativas de subsistência para a parcela de trabalhadores alheias à participação do setor formal, e por isso desprotegidos dos direitos trabalhistas.

No que concerne à economia do turismo, é preciso ressaltar que, em geral, o consumo prevalece sobre outras atividades produtivas, e que as cidades não devem ser caracterizadas como turísticas pela ideia de que vivem exclusivamente da atividade turística. Pois o turismo é apenas uma entre outras atividades, apesar de que em algumas a atividade contribui majoritariamente para a vida econômica. O ideal é que os lugares consumidos pelo turismo sirvam de pontos de diversificação da economia, e não de dependência.

3.3 Caracterização do mercado de trabalho ligado ao turismo na cidade: Atividades Características do Turismo – ACTs

A organização da vida social tem no trabalho um elemento central (OFFE, 1989). O que faz com que o trabalho possua um valor social, além do seu aspecto puramente econômico. Porquanto o ambiente de trabalho deveria ser um espaço de socialização do indivíduo (RAMOS, 2007).

Bauman (1999, p. 105-106), por outro lado, ao tecer suas considerações acerca do transitório tempo pós-moderno, afirma que

[...] a maioria dos empregos é temporária, as ações podem tanto cair como subir, as habilidades continuam a ser desvalorizadas e superadas por novas e mais aperfeiçoadas habilidades [...] os valores que merecem ser seguidos e as finalidades em que vale a pena investir estão sempre mudando.

A função do setor terciário é bastante relevante no processo geral de desenvolvimento de um país “e, em particular, no desenvolvimento urbano em países subdesenvolvidos” (SANTOS, 1981, p. 98). Contudo, o setor de serviços, até antes de meados do século 20 não tinha forte significância, na teoria, comparado a outros setores econômicos, tendo sido visto por Marx, em seu estudo sobre o capitalismo, como um setor improdutivo (CASTILHO, 1998).

Segundo Kotler (1993), serviço é uma mercadoria negociável, cujo produto gerado apresenta características específicas, pois é intangível, visto a impossibilidade de experimentar antes da compra; inseparável e simultâneo, uma vez que são vendidos antes do consumo, e são consumidos ao mesmo tempo que são gerados; perecível, visto a impossibilidade de estoque; e variável, já que os critérios de avaliação da qualidade partem da subjetividade de quem consome.

Os bens e serviços são produzidos através de um processo no qual elementos e ações são combinados, com destino a terceiros (IBGE, 2008). Buscando atender às demandas de consumidores cada vez mais específicas, as atividades que se relacionam à oferta de serviços ampliaram-se significativamente.

Dentre elas o turismo toma posição de destaque, pela capacidade de adaptar-se à nova estética pós-moderna de uma sociedade que valoriza “a efemeridade, o espetáculo, [...] a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 1996, p. 148)

O turismo é uma atividade de lazer que pressupõe seu oposto, ou seja, o trabalho. Mas para que se concretize fundamenta-se na exploração do trabalho por parte daqueles que dependem total ou parcialmente da atividade (URRY, 2001). Ou seja, aqueles que trabalham para que outros desfrutem do espaço e opções de lazer oferecidos pela prática turística.

Em geral, os dados referentes às ocupações geradas pelo setor turístico fazem referência ao emprego direto e ao emprego formal, pois os empregos indiretos, bem como os informais, não são facilmente mensuráveis.

O fenômeno do turismo agrupa uma variedade grande de postos de trabalho, e no intuito de dar uma certa base de monitoramento e estudo, a OMT elaborou um sistema de classificação internacional de atividades turísticas, denominado *Standard International Classification of Tourism Activities – SICTA*.

Com base neste sistema classificatório, os países elaboram sua base de dados. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), elaboraram o sistema de classificação de Atividades Características do Turismo – ACTs. No intuito de detalhar o mercado de trabalho no turismo, as atividades são divididas em: alimentação, transporte, auxiliar de transporte, alojamento, agências de viagens, aluguel de transporte, cultura e lazer.

3.4 Principais instrumentos para análise das ACT's no Brasil

As principais variáveis para compreensão do mercado de trabalho e ocupação no turismo, segundo Arbache (2001), são: rendimento, ocupação, experiência, escolaridade, tempo no emprego, raça, gênero, natureza do contrato, distribuição da ocupação, distribuição geográfica e sindicalização.

Para a composição do quadro a respeito da atividade no país, os dados foram coletados a partir das seguintes fontes oficiais, as duas primeiras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e as últimas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad)
- Pesquisa Anual de Serviços (PAS)

Estes instrumentos de levantamento de dados, conforme descrição no anexo 8, possibilitam um maior conhecimento acerca do mundo do trabalho no setor de turismo no Brasil, das características das ocupações e dos trabalhadores e das variações do país, por região. E, portanto, possibilita um melhor direcionamento na construção de políticas e projetos voltados para o trabalho no setor,

O anexo 7 constitui um comparativo das principais fontes secundárias passíveis de utilização nas estimativas da dimensão e do perfil ocupacionais nas ACTs.

3.5 Turismo, trabalho e questão social: as contradições entre os discursos e a realidade do trabalhador no turismo

A dinâmica da sociedade reflete as interfaces do mundo do trabalho, permitindo a compreensão histórica do trabalho a partir da configuração espacial.

Isto é, em sua expressão geográfica o trabalho pode ser entendido tanto em nível da relação metabólica homem-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espaco, nas suas diferentes manifestações: assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado, etc. (THOMAZ Jr, 2002, p.01).

O turismo, na economia brasileira, é um importante produto de exportação, com altos índices de crescimento e potencialidade de crescimento contínuo. É nesta perspectiva que a atividade torna-se uma promissora fonte de geração de empregos e criação de novos postos de trabalho (ARBACHE, 2001). Para o autor, “o aumento da participação do turismo na ocupação total, sugere que o setor turismo pode ter posição de destaque em qualquer política governamental de geração de emprego e renda” (idem, 2001, p.34).

As políticas públicas têm como uma de suas principais funções possibilitar a consolidação de direitos da sociedade. Sobre a relação trabalho-capital, que se constitui na exploração da força de trabalho pelo capital, a importância do papel do Estado para a regulamentação da relação através de políticas sociais e direitos assegurados.

É preciso compreender a exclusão social como um processo que vai além dos aspectos puramente econômicos, apesar da insuficiência de renda e da não-distribuição equânime da mesma serem fatores importantes para sua existência e perpetuação, e por isso, trazem a tona a necessidade de implantação de políticas redistributivas. Diversos fatores socioeconômicos e políticos são propulsores da pobreza e da desigualdade social.

No que tange à relação entre a ocupação no setor turístico e o desempenho macroeconômico, Arbache (2001, p.26) diz

Na medida em que o turismo é um bem de luxo e que a elasticidade do consumo de turismo em relação à renda é elevada, o que faz com que seu consumo seja abandonado ou reduzido em períodos recessivos, espera-se que variações no panorama macroeconômico tenham significativos reflexos no nível de ocupação da indústria, notadamente na contratação de novos empregados. Mudanças econômicas de curto prazo, seja de recessão ou de recuperação, devem ter, pois, grandes efeitos no nível de emprego. Por outro lado, períodos mais longos de estabilidade e de aumento da demanda devem encorajar a entrada de novos empreendedores no setor, elevando, assim, a quantidade de empregadores e trabalhadores por conta própria ocupados na indústria do turismo.

Árias et al (2003) concluíram, a partir do estudo sobre a evolução do mercado de trabalho no turismo, que diferentemente do que é apregoado, o setor apresenta um parco desempenho em relação à geração de emprego formal e renda. O anexo 8 apresenta uma comparação entre o turismo e as demais atividades no Brasil, apontando características sociodemográficas, o tipo e o perfil da ocupação.

No que tange à geração de postos de trabalho, autores como Ouriques (2005), Luchiari (2000), Rolim (1999), destacam que as formas de trabalho relacionadas à urbanização turística apresentam características insatisfatórias, como grande contingente informal,

periodicidade sazonal e baixas remunerações. Além do que as oportunidades de avanço econômico teorizadas não constituem oportunidades equivalentes para a grande maioria dos moradores.

Os estudos acerca do funcionamento e das características do mercado de trabalho na atividade turística ainda são incipientes, e isso impossibilita um conhecimento aprofundado tanto sobre sua dinâmica quanto sobre as similaridades e diferenças com o restante da economia (ARBACHE, 2001). A precariedade do trabalho no setor turístico é um traço marcante, contudo fica implícito e camuflado pelas campanhas enaltecidas da atividade. O anexo 9 retrata o comportamento das remunerações médias, em reais, por segmento de ACTs nas regiões brasileiras, em dezembro, mês de alta temporada, no período de 2002 a 2007. A região Nordeste, apesar da importância no contexto do turismo brasileiro, apresentou baixos valores de remunerações.

Como a percepção a respeito de uma viagem realizada é algo construído pela experiência no lugar, a partir das expectativas criadas, não há como dissociar a importância do trabalhador, ao exercer sua função e contribuir de forma positiva ou não para a imagem, que não seja através da qualidade do serviço prestado e da cordialidade exigida pelos patrões e pelos visitantes. O que, na verdade, configura uma forma de submissão ao externo, a verticalidades.

Ao representar a empresa, o trabalhador é uma ferramenta estratégica para seu sucesso. Entretanto, na prática, o que pode ser constatada é a desvalorização do trabalho, a precariedade das condições, acarretando elevados custos sociais, tais como a alienação do espaço e do trabalho. Seria, pois, uma inclusão precária. Fato que culmina no processo de estranhamento com o lugar de moradia, já que o trabalhador só vivencia o espaço turístico, espaço de lazer, como lugar de trabalho.

Em geral, é recorrente a afirmativa de que o turismo é a atividade que mais cresce e, conseqüentemente, a mais apresentada como a que gera empregos diretos e indiretos. Contudo, a atividade não pode ser, por si só, considerada como solução para problemas econômicos de um lugar.

Analisando-a criticamente, Ouriques (2005, p.127) diz que

[...] pensando em outra direção, chamamos atenção para o fato de se tratar de um setor econômico no qual os trabalhadores frequentemente recebem as piores remunerações em seus respectivos países, configurando, além disso, uma estrutura ocupacional precária, à margem das legislações trabalhistas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) [...] a remuneração do setor turísticos nos países da União Europeia é 20% inferior ao salário médio daquelas economias.

Castells (1999 apud OURIQUES, 2005, p.127) afirma que o setor também é altamente marcado pelo trabalho infantil “por ser um setor que exige mão-de-obra intensiva, de períodos de atividade sazonal e irregular, apresenta grande tendência para empregar mão de obra barata e flexível e, portanto, o trabalho de crianças”.

A desvalorização do trabalho e do trabalhador que afeta a população residente, cujo espaço de moradia e trabalho é o mesmo e condicionado à ilusão do desenvolvimento pelo turismo. A forma como o fenômeno do turismo atua sobre o espaço e interfere nas relações sociais dos lugares em que acontece.

No contexto de desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas e suas implicações na dinâmica socioespacial do trabalho, à medida que tem permitido a inserção da população residente nas ocupações ligadas ao setor, a atividade não proporciona oportunidades de transformação social e a consequente melhoria das condições de vida desta população. Pois, em sua maioria, as ocupações geradas, mesmo aquelas que não se inserem no mercado informal, são marcadas pela baixa qualificação, por vagas temporárias e com baixa remuneração, e por condições precárias de trabalho.

Os anexos 10 a 12 retratam o comportamento e a evolução dos salários médios relativos ao emprego no setor turístico, no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, respectivamente, no período compreendido entre 2002 e 2007. Por falta de dados, não foi possível traçar a comparação até a escala municipal, no caso Ipojuca, mais precisamente Porto de Galinhas.

Nos meses de alta temporada, o Nordeste, apesar de ser forte pólo do turismo do país, os trabalhadores no setor percebem baixos salários, quando comparada às demais regiões. Já quando a avaliação é feita mensalmente, a realidade se altera, pois o Nordeste apresenta uma variação menor. Em geral, os salários nas ACTs, no país, estão próximos a um salário mínimo; as médias da região Nordeste ficam abaixo das médias do país. Pernambuco, por sua vez, destaca-se no contexto regional, apresentando índices maiores que o dos outros estados. A variação anual, no conjunto das regiões, é pouco significativa.

PARTE II

A ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL

**Turismo no Brasil:
do panorama do turismo mundial a uma análise regional da atividade no país**

Planejamento e políticas de turismo no Brasil

“Não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável” (CAZES 1999, apud OURIQUES, 2005, p.100).

4. TURISMO NO BRASIL: DO PANORAMA DO TURISMO MUNDIAL AO REGIONAL

Alguns fatores exprimem a consolidação do turismo em âmbito mundial, entre os quais estão os avanços tecnológicos e os transportes, a abertura de mercados, a disponibilidade de maior tempo livre. O que, como verticalidade, impõe o modelo de urbanização turística que atende, sobretudo, os interesses capitalistas.

No que tange à economia mundial, a atividade responde por uma parte significativa de geração de postos de trabalho e do PIB global. Segundo a OMT (2005), ela foi responsável pela geração de 6% a 8% do emprego mundial. É com base nesse potencial que o turismo vem sendo aceito por todos.

A respeito dos deslocamentos internacionais nas últimas décadas, de acordo ainda com a OMT (2005): 159 milhões de pessoas movimentaram o turismo internacional, em 1970, quase o dobro do registrado em 1962, que foi de 81 milhões; em 1980, foram 285 milhões. Já em 1990, o número foi de 454 milhões; em 2000, foram 698 milhões de deslocamentos; e em 2008, 922 milhões (OMT, 2009). Dados que demonstram que, em um período de tempo inferior a 40 anos, houve um aumento de 579,8% no número de turistas em deslocamentos internacionais.

De acordo com a OMT (2010), em 2009, 880 milhões de turistas internacionais compuseram as estatísticas do turismo mundial, cuja maioria teve, por motivo principal viagens, lazer e recreação. Independente do motivo, o fato é que pessoas em viagens necessitam de serviços em comum, tais como hospedagem, alimentação e transporte.

A tabela 1 sistematiza a evolução e a distribuição do número de turistas em viagens pelo mundo. O que fica evidente que os países europeus respondem por mais da metade do total, apesar de, nos últimos 20 anos, ter havido uma significativa desconcentração.

Tabela 1: distribuição do turismo mundial

	1990	1995	2000	2005	2008
Mundo (total de turistas)	436.000.000	536.000.000	684.000.000	803.000.000	922.000.000
Europa	60,16%	57,98%	57,39%	54,64%	52,94%
Ásia e Pacífico	12,87%	15,39%	16,19%	19,34%	19,97%
América Central e Caribe	3,07%	3,16%	3,11%	3,07%	3,10%
América do Norte	16,44%	15,00%	13,38%	11,21%	10,61%
América do Sul	1,77%	2,18%	2,25%	2,28%	2,26%
África	3,49%	3,75%	4,09%	4,67%	5,09%
Oriente Médio	2,20%	2,54%	3,59%	4,79%	6,03%

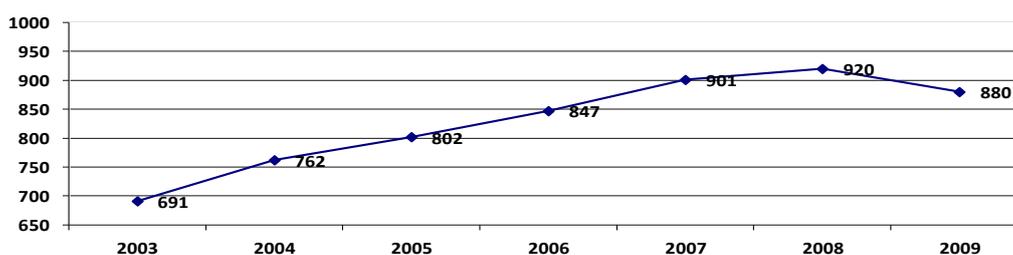
Fonte: OMT, 2010

Observa-se que, na América do Sul, onde se localiza Porto de Galinhas, os números ainda são inexpressivos, tendo havido uma pequena redução entre 2005 e 2008. Entretanto, continua-se supervalorizando o turismo como panaceia.

Segundo ainda a OMT (2009), a crescente importância da atividade em todo o mundo ocorre em virtude de seu potencial para fomentar o crescimento econômico e social, gerando emprego e renda. Por ser uma atividade associada ao consumo, uma atividade de demanda, seu desempenho sofre forte influência das oscilações econômicas e do nível de renda dos consumidores.

Na mesma perspectiva da tabela apresentada anteriormente, o gráfico 1 busca demonstrar a variação do turismo internacional no mundo, marcando os períodos de crescimento e de declínio.

Gráfico 1: chegada de turistas internacionais – Mundo (em milhões)



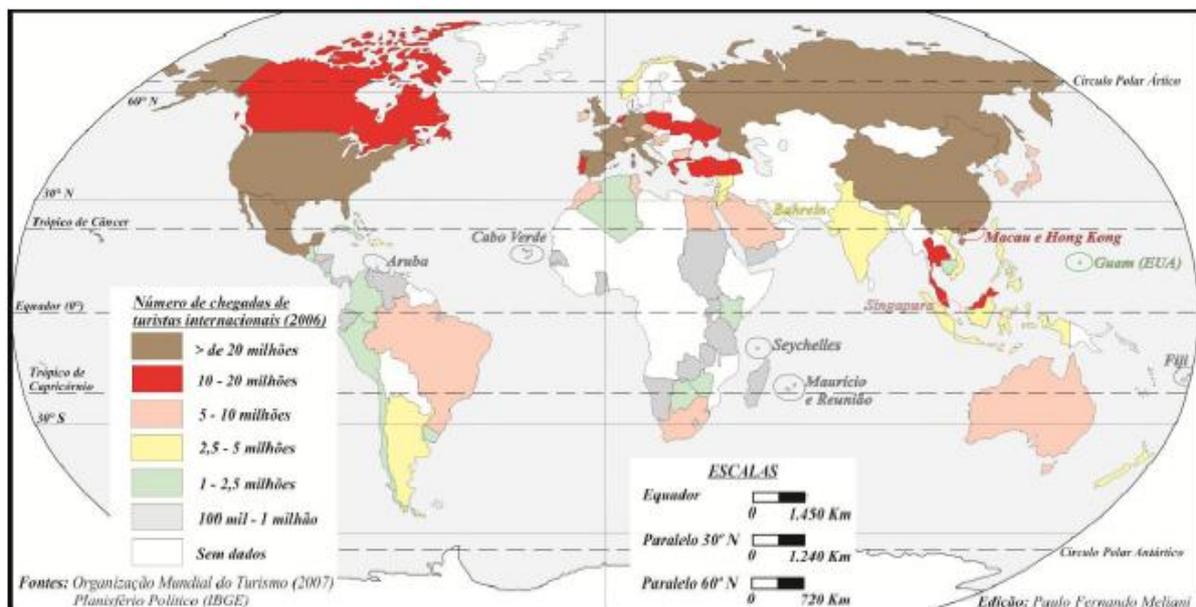
Fonte: OMT, 2009

O ano de 2008 parece ter sido crítico, também, para o mundo. O que se deveu a crise econômica que ocorreu naquele ano em escala mundial.

Ao longo dos anos, o quadro global da atividade tem demonstrado uma sensível desconcentração. A Europa e a América do Norte continuam sendo os principais pólos receptores de turistas, apesar do declínio que tem se configurado: na década de 1950, as duas regiões respondiam por 95% na recepção de turistas internacionais; em 2000, a soma foi de 76%, e em 2008, responderam por 68% do total de viagens de turismo internacional (BRASIL, 2010).

A figura 2 representa este processo de concentração da atividade turística em determinadas regiões do globo terrestre, retratando claramente que os países desenvolvidos representam os grandes concentradores do turismo mundial. O que não é de surpreender visto que, sendo uma atividade de mercado, é lógico que ela se concentra onde o mercado é mais denso.

Figura 2: Configuração do turismo no mundo, em 2006.



Fonte: MELIANI, 2011

Afirmar que a desconcentração do turismo mundial pode vir a solucionar as desigualdades e promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado entre os países, é

uma panacéia sem precedentes, haja vista a forma como a atividade vem se desenvolvendo no mundo.

É inegável que a introdução do turismo na periferia acabou por gerar várias “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. Mas essa prosperidade restringiu-se a poucos. Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram [...] de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete (OURIQUES, 2005, p. 96).

Acompanhando a tendência sul-americana, o Brasil, apesar de toda diversidade do seu patrimônio natural e cultural, não ocupa uma posição de destaque no turismo mundial, condizente com seu potencial. Em 2007 ocupava o 59º lugar no ranking de competitividade mundial, e em 2009 passou, no entanto, a ocupar o 45º, conforme exposto no anexo 13 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011).

Tendência em escala planetária, no Brasil, o turismo também tem contribuído para a requalificação de espaços “degradados”. O processo de consolidação da atividade turística no país tem despertado o interesse de diferentes grupos sociais, o que aconteceu, em parte, pelo recorrente dado fundamentado na seguinte premissa

[...] o turismo é, hoje, o produto brasileiro de exportação que registra os maiores índices de crescimento, constituindo-se em uma alternativa prioritária para a criação de empregos; geração de renda e divisas; preservação e valorização do patrimônio natural e cultural, assim como para a elevação dos níveis de bem-estar social [...] é um dos mais importantes instrumentos de alavancagem da economia de um país (ARBACHE, 2001, p.13-14).

Nas últimas décadas, considerado uma das atividades mais importantes na contemporaneidade, o turismo tornou-se uma alternativa relevante para o incremento da economia de diversos países, regiões e municípios.

Isto porque seu crescimento tem sido bastante significativo, bem como os números a ele relacionados. Da grandeza de 435 bilhões em 1996 referentes à movimentação do turismo internacional, constituindo 1,5% do PIB mundial (ARBACHE, 2001).

Assim, a respeito do papel desempenhado pela atividade turística no Brasil, o anexo 14 faz um comparativo entre as chamadas Atividades Características do Turismo, ACT's e o conjunto dos demais setores da economia do país. E retrata a participação da ocupação e das

remunerações turísticas no conjunto das atividades econômicas formais privadas. Apesar de ter havido um incremento dos vínculos empregatícios e dos índices salariais entre os anos apresentados, em uma análise geral do turismo no país com a evolução dos conjuntos de setores da economia, houve uma diminuição constante da participação do turismo na economia do país.

4.1 Distribuição espacial das ocupações no setor de turismo no país

No Brasil, o turismo movimentava a economia em diversos estados, servindo, em certa medida, de meio de sustentação para milhares de famílias, e por isso tem sido apontado como alternativa importante em termos de criação de oportunidades de trabalho.

No que concerne à movimentação de divisas, em 1995, o PIB do setor, em âmbito mundial, foi de US\$ 3,5 trilhões. No mesmo ano, foram gerados, em registro, 212 milhões de empregos diretos, correspondendo a 10,7% da força de trabalho mundial (ROLIM, 1999). Em 2008, o registro foi de 234 milhões de empregos e o PIB, no setor, foi de 5 trilhões (OMT, 2009).

Saal (1987 apud OURIQUES, 1998, p. 14) aponta três realidades em diferentes lugares do mundo para demonstrar a desvalorização do trabalho no setor turístico:

[...] no Quênia, os trabalhadores do setor turístico recebem aproximadamente quatro quintos do que recebem seus colegas da indústria local. [...] em Acapulco, 40% dos empregados de hotéis e restaurantes são despedidos ao término do principal período turístico. [...] em Zâmbia, apenas 24% dos empregados tem seus empregos mantidos durante todo o ano.

Em dezembro de 2006, cerca de 1,8 milhão de pessoas estavam ocupadas em ACT's no país. Dos quais 768 mil representavam o setor formal, e 1,1 milhão, ocupações informais. Entre os anos de 2002 e 2006, houve um acréscimo de 235 mil ocupações, que representou um aumento de 14,4%. Esta elevação foi sensivelmente superior ao desempenho da economia do país, cujo PIB teve crescimento de 14%.

Contudo, o segmento informal foi o que mais contribuiu, com crescimento de 16% no intervalo dos quatro anos, em detrimento dos 12% do setor formal. O que representou, dos 235 mil novos postos gerados, uma diferença significativa de 64% ligados ao setor informal, e

36% ao setor formal. Assim, fica constatado que as ocupações informais predominaram no conjunto das regiões do país, cujo ritmo de crescimento foi superior ao do emprego formal.

A tabela 2 demonstra a evolução do número de ocupações formais e informais no setor de turismo no país, no que tange às principais atividades características do setor.

Tabela 2: médias anuais da ocupação turística no período 2003-2006 (em milhares)

Medias anuais da Ocupação Turística no período 2003-2006 (em milhares)						
Brasil						
Total						
	Alojamento	Alimentação	Transporte	Ag. Turismo	Outros Grupos	Total
2003	205,5	427,6	711,2	64,0	126,0	1.534,3
2004	214,6	440,8	691,5	85,4	132,9	1.565,2
2005	228,9	471,4	715,3	83,7	139,1	1.638,5
2006	238,3	492,2	714,8	90,5	148,0	1.683,7
Formal						
2003	144,0	98,4	330,0	30,1	47,0	649,6
2004	148,4	105,5	326,5	33,3	49,4	663,2
2005	156,7	116,1	34,7	36,2	50,9	694,6
2006	167,4	126,6	339,8	37,8	56,4	728,0
Informal						
2003	61,5	329,2	381,1	33,9	79,0	884,7
2004	66,1	335,4	365,0	52,1	83,4	902,0
2005	72,2	355,3	380,6	47,5	88,3	943,9
2006	70,9	365,6	375,0	52,7	91,6	955,7

Fonte: IPEA, 2008c

Nota: No total, ao longo do período avaliado houve o crescimento do número de ocupações formais e informais, cujo setor de transporte despontou com maior destaque. Fato que se deve às formas de atividades dentro deste segmento serem utilizadas também por experiências não-turísticas, e tal monitoramento é de difícil execução.

A região Nordeste, apesar de ter perdido para a região Sudeste em relação à oferta de trabalho no setor, foi a que apresentou um maior crescimento de postos de trabalho no período, cerca de 76 mil novos postos; enquanto que na região Sudeste foram aproximadamente 56 mil novas ocupações. De forma que, embora o Nordeste tenha aportado 28% dos postos de trabalho nas ACT's, do total de 235 mil ocupações geradas no país no período, 33% pertence à região.

No Brasil, em dezembro de 2006, aproximadamente 1,86 milhão de pessoas trabalhava no setor, dos quais a maior parte estava inserida no segmento informal: 59% do total e 41% em empregos formais (ÁRIAS e ZAMBONI, 2009).

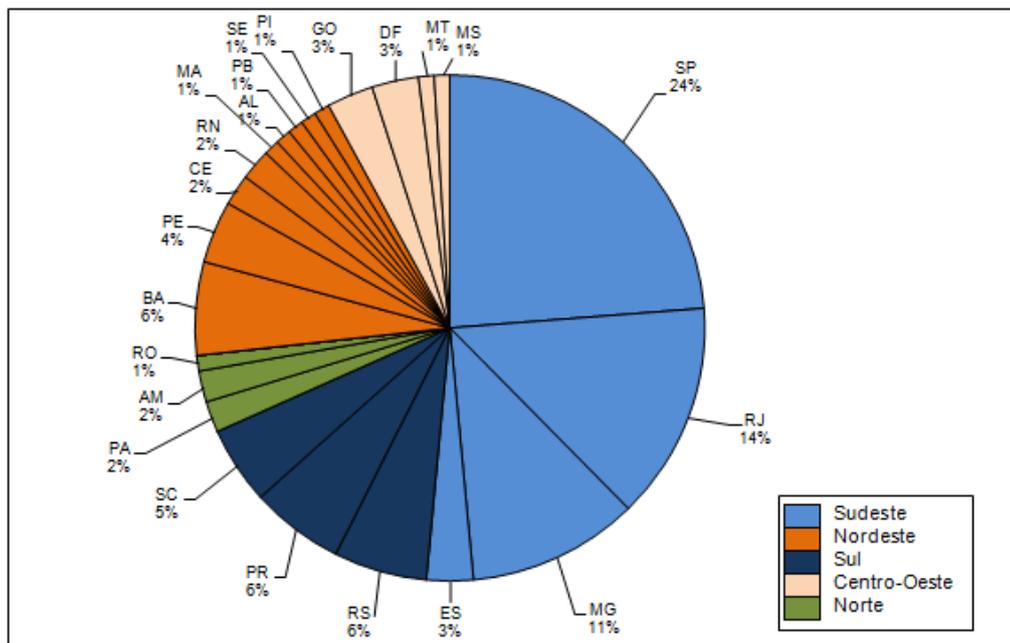
Neste período, o Nordeste respondia por 28% das ocupações no setor, correspondentes a 517,4 mil ocupados, sendo 72% no segmento informal e 28% no formal. Assim como nas demais regiões, os postos de trabalho na atividade no Nordeste, com exceção do sudeste, caracteriza-se pela elevada informalidade. Na região, situação que não ocorre apenas nas atividades de alojamento e aluguel de transportes, pois nestas mais da metade dos empregos são formais, respectivamente, 69% e 51%.

Em 2008, o quadro apresentado mostrava que houve um sensível aumento no número de pessoas ocupadas no setor, 2,03 milhões de postos de trabalho, representando, para o referido ano, 2,5% dos empregos domésticos levantados pela PNAD (COELHO, 2008). Houve também uma leve diminuição em relação à pesquisa anterior, no que se refere à situação formal-informal, em que 879 mil, ou seja, 43% correspondiam a empregos formais e 1,158 milhão, 57% do total, a ocupações informais.

Do total de empregos formais, a configuração da distribuição regional é impressionante. Em dezembro de 2008, a região Sudeste, sozinha, abrangia mais da metade do total, com 52%. A região Sul tem 17%, o Nordeste, 19%, o Norte, 5% e a região Centro-Oeste, 8%. Ou seja, o eixo Sul-Sudeste correspondeu a 69% do total.

O gráfico 2 busca mostrar a distribuição dos empregos formais nas ACT's, destacando a participação das regiões brasileiras e de cada estado. Tão como ocorre na escala mundial, na nacional, também se observa mais dinamismo do turismo nas regiões e nos estados mais avançados economicamente.

Gráfico 2: Distribuição dos empregos formais nas ACTs, no país, por regiões e UF's (dezembro/2008)



Fonte: adaptado de COELHO, 2008

Nota: os estados da região Norte – Acre, Roraima e Amapá – não aparecem no gráfico por representarem menos de 1% do total de empregos formais do país nas ACTs.

Segundo Coelho (2008), entre os anos de 2002 e 2008, as ocupações no setor turístico cresceram a uma taxa média anual de 3,6%, mais que as ocupações no conjunto da economia do país, que havia crescido 2,6% a.a. Contudo, o segmento formal do turismo cresceu menos nesse período que os empregos formais da economia como um todo: 4,3% e 5,0% a.a., respectivamente.

No segmento informal a diferença é mais significativa. Nas ACTs a taxa média foi de 3,1% a.a. e na economia em geral foi de 1,4% a.a. As regiões Norte e Nordeste foram as regiões que mais influenciaram na caracterização do predomínio da ocupação informal.

Em relação ao Nordeste, a região foi responsável, em dezembro de 2008, por 19% do emprego formal do turismo no país. Os estados da Bahia e de Pernambuco responderam por mais da metade (52%) dos empregos formais. E, junto com os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, foram responsáveis por 73% do total existente na região, ficando o restante distribuído entre os outros cinco estados, evidenciando a desigualdade no setor, também, do ponto de vista intra-regional.

No que tange à realidade de Pernambuco, o litoral sul do estado é o polo de turismo de maior destaque em âmbito nacional e internacional; e, por isso, a dinâmica do trabalho relacionada ao setor turístico nesta região é a que concentra os maiores índices de ocupação, tanto formal quanto informal.

Porto de Galinhas, neste contexto, é o principal destino turístico de Pernambuco. E no que concerne à dinâmica socioespacial do trabalho, tem-se a limitação de monitoramento do trabalho informal, pela falta de mecanismos de averiguação. Sobre o trabalho formal, os dados a respeito são referenciados pelos sistemas de monitoramento sobre trabalho e emprego nacionais.

Não há nenhuma articulação consistente entre a Secretaria de Turismo do município e a Secretaria de Trabalho e Ação Social para estudo sobre o trabalho no turismo, que possibilitem o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para modificar a realidade precária do trabalho no setor.

Para compreender a dinâmica da sociedade, neste caso a dinâmica do trabalho no setor turístico no Brasil, é necessário fazer análises em diferentes escalas de observação. E isso para que sejam formuladas políticas públicas ligadas ao contexto territorial e ao contexto nacional e global, e que tais políticas sejam imbricadas de fato de investimentos de interesse social, não apenas econômicos.

É preciso que medidas como esforços conjuntos, cooperação entre os estados e atuação efetiva dos municípios para uma gestão consequente do setor sejam adotadas para o fortalecimento do turismo regional.

5. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Ao se pensar a concepção do planejamento e a formulação de estratégias voltadas para dirimir as desigualdades socioespaciais entre as regiões brasileiras, deve-se considerar, em princípio, a grande heterogeneidade existente entre as regiões e dentro de cada uma delas:

[...] o que se deve ressaltar, quando se pensa nas bases para uma nova política regional, é a herança extremamente heterogênea que caracteriza a realidade espacial do país, com regiões e sub-regiões desenvolvidas e industrializadas, com renda por habitante superior à de países industrializados, ao lado de regiões e sub-regiões atrasadas, convivendo com proporções de pobreza e miséria próximas às dos países de maior grau de subdesenvolvimento e atraso econômico e social (ARAÚJO, 2000, p.132).

Até 1930, a economia brasileira era essencialmente agrícola. Em 50 anos, o país se transformou: modificou-se o perfil da sociedade de rural para urbana, e o país tornou-se a oitava economia industrial do mundo (ARAÚJO, 2000). Entrou em crise, mas agora está se recuperando novamente, e hoje o país é a sexta economia mundial.

A crise do padrão de acumulação, que se instaurou na economia mundial desde o pós-guerra até o início dos anos 70, atingiu nações e regiões de maneira desigual (EGLER, 2006).

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro era seu caráter desenvolvimentista e conservador. Não era um Estado de bem-estar social [...] o essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico (ARAÚJO, 2000, p.261 - 262).

E este caráter não se alterou significativamente no decorrer dos anos. Com a ideia neoliberal, a questão é: quais os verdadeiros beneficiários de políticas construídas nos parâmetros neoliberais, em que o Estado perde autonomia e promove liberdade para ampliação da acumulação capitalista a partir da maior flexibilização e desregulamentação?

A partir de 1990, o Brasil vivenciou um processo de desregulamentação dos mercados e liberalização comercial, com a consequente redução do papel do Estado, que culminou no redirecionamento das políticas de desenvolvimento.

As características do setor de turismo neste novo ambiente de mundialização da economia e economia aberta, quando até então se tinha uma economia voltada para o mercado

interno, também sofreram forte influência e transformações. Araújo (2000) questiona o modelo de desenvolvimento do turismo brasileiro, concentrador de renda e desintegrado da dinâmica dos locais.

Turismo é outra atividade para a qual temos um grande potencial. Mas qual a política? Fazer grandes hotéis e trancar os turistas na beira da praia? No máximo, associando isso com a prostituição? É um modelo que vai trazer muitos turistas! Mas a renda que isso vai gerar vai ser apropriada de forma muito concentrada. Dá para adotar um modelo diferente, que integre o hotel a produção artesanal e a produção cultural. (ARAÚJO, 2000, p. 231)

Nesta perspectiva de concentração de renda e desintegração da dinâmica dos lugares, a realidade dos trabalhadores ligados ao turismo apenas se deteriora, e as possibilidades de mudança social e inclusão social ficam no plano dos discursos.

Um outro turismo precisa ser construído, considerando as horizontalidades. Pois as heranças herdadas pelo “modelo” adotado não disseminam os possíveis benefícios sociais, além do que contribuem para o aumento da exclusão social.

Como bem nos adverte Furtado (1999, p.89), “sem o Estado, o que fica? O mercado. E qual a lei do mercado? É a lei do mais forte, a dos mais poderosos, a do grande capital”.

[...] os desafios e oportunidades para o Brasil implicam considerar a heterogeneidade do país. A trajetória das políticas é equivocada quanto a isso, por conta da visão centralizadora. De baixo para cima se consegue trabalhar a heterogeneidade. Mas como as políticas generalizadoras vem de cima para baixo, a tendência delas é operar como se o Brasil fosse um país uniformemente semelhante, e não o é. (ARAÚJO, 2000 p. 273-274)

Ou seja, a dimensão escalar é um fator de extrema relevância para a qualidade das políticas públicas, tanto para as de interesse econômico quanto para as de interesse social. Pois, a natureza dos fenômenos se altera de acordo com as escalas de observações. Tendo como consequência a tendência ao crescimento da homogeneidade na razão inversa da escala.

No que diz respeito aos efeitos no turismo, Rodrigues (2001, p 102) coloca que a

[...] ideologia subjacente que determina as diretrizes políticas, quase sempre elitistas, com tendência a favorecer a classe empresarial, em particular os megaprojetos sustentados por capitais transnacionais, por intermédio dos agentes financeiros mundiais, tipo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de outros. Restringem-se à otimização do capital sem levar em consideração as consequências ambientais, sociais e culturais. Tampouco se vinculam à economia

local e regional, na medida em que os lucros são carregados para o exterior, de onde vieram os investimentos.

O turismo assume, de fato, uma posição de destaque na administração pública federal do país a partir do governo Lula, com a criação do Ministério do Turismo, em 2003: cujo principal documento, tendo em vista o planejamento do turismo brasileiro, é o Plano Nacional de Turismo.

Entretanto, a partir de uma contextualização histórica das políticas públicas de turismo, é possível afirmar que estas sempre se encontraram às margens do planejamento das políticas públicas do país.

Centralização da gestão, fraca articulação setorial na construção das políticas são características brasileiras tradicionais. É necessário um planejamento nacional integrado, pois a atividade não deve ser um setor isolado dentro dos planos governamentais. Pois, decisões colocadas de cima para baixo refletem o caráter centralizador do Estado. E a questão da escala no processo de planejamento das políticas demonstra que estas são pensadas de forma homogênea apesar da grande heterogeneidade do território nacional.

O Plano Nacional de Turismo tem como título sua tão anunciada meta principal: a inclusão, “Uma Viagem de Inclusão”. O plano, principal instrumento de planejamento e gestão de política pública de turismo no país, visa transformar a atividade em um importante vetor de desenvolvimento econômico.

Para tanto considera que a gestão participativa e as diversidades regionais devem ser respeitadas para que o turismo possa contribuir como fator de inclusão social, através da geração de emprego e renda.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades [...] o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da pobreza e da fome (BRASIL, 2006, p.15).

A primeira intervenção, de fato, do governo federal no setor foi em 1966 com a criação da EMBRATUR, responsável pelo fomento e normatização da atividade no país. Até então, pode-se afirmar que os planos econômicos nacionais não abordavam qualquer projeto para o setor (ROLIM, 1999). O controle e centralização das atividades, pela Empresa, refletiu bem o perfil centralizador do Estado, e no período dos governos militares.

Contudo, a principal prática da EMBRATUR foi a concessão de incentivos fiscais para o setor hoteleiro, favorecendo apenas os grandes investidores do setor. E, neste contexto, houve um grande investimento no litoral nordestino, com grandes cadeias hoteleiras sendo implantadas.

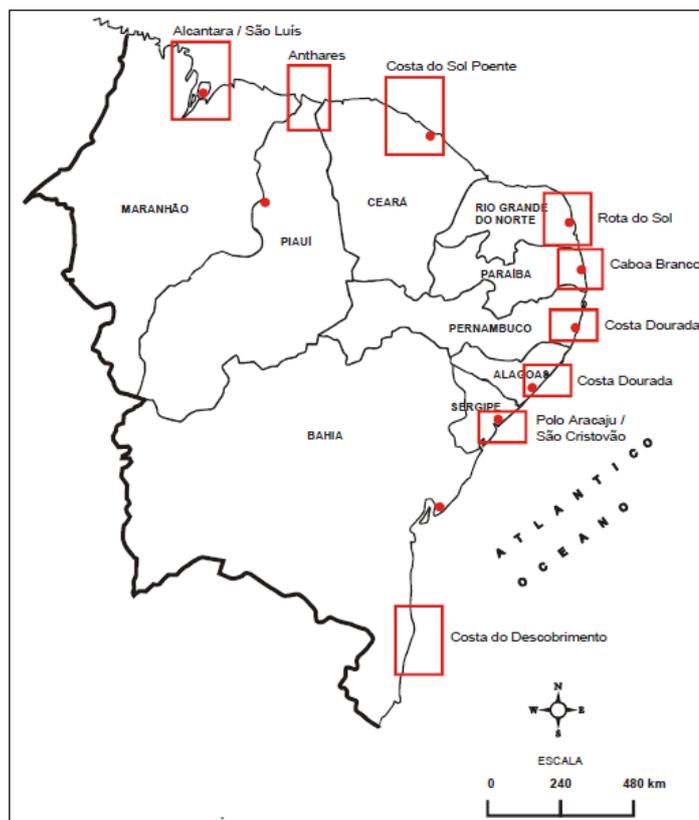
Em 1971, no intuito de democratizar o acesso aos incentivos governamentais para atender aos pequenos e médios investidores, foi criado o FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo.

Em 1980, o Governo Sarney legitimou uma certa liberalização do mercado. Nos anos 90 a Embratur passa a ser executora da atividade, deixando de ser a legisladora. O resultado foi o surgimento do Plantur – Plano Nacional de Turismo, objetivando a diversificação e a desconcentração da infraestrutura turística para outras regiões, devido à alta concentração nas regiões Sul e Sudeste (BECKER, 2006).

Nesta mesma década foi lançado o projeto Costa Dourada, voltado para os estados de Pernambuco (litoral sul) e Alagoas (litoral norte), seguindo os moldes dos projetos desenvolvidos pelo governo do México, haja vista a grande captação de turistas internacionais na região de Cacún e arredores.

O projeto foi reformulado e deu origem ao PRODETUR-NE, “com o objetivo de fortalecer o turismo no Nordeste e consolidar a região como importante destinação turística” (ROLIM, 1991, p.224). Esta política ainda vigora, e o litoral sul de Pernambuco tem sido palco de grandes transformações na paisagem pela implantação de resorts, grandes hotéis, e outros equipamentos de turismo. As áreas prioritárias para investimentos definidas neste projeto são apontadas na figura 3.

Figura 3: Áreas estratégicas do PRODETUR-NE



Fonte: BARROS Jr.,2002

Nota: o programa ao priorizar apenas as regiões costeiras, fortalece o modelo de desenvolvimento do turismo de 'sol e mar', e não estimula a diversificação da atividade e estruturação de novos lugares para o desenvolvimento do setor.

O programa foi criado pela SUDENE em parceria com a EMBRATUR. A segunda versão do programa, chamado de Prodetur Nacional, que ampliou a área de abrangência para todos os demais estados, comprometendo a proposta inicial de combater as desigualdades e contribuir para o desenvolvimento regional ao despriorizar os investimentos na região.

O que fica evidenciado é que existem políticas de turismo, mas elas não são integradas a um Plano Nacional de Desenvolvimento (YÁZIGI, 2003). E a geopolítica interna que se observa é voltada para o aguçamento da competitividade interestadual; cujas ações dos estados é, então, competir pelos recursos do governo federal, do BID, e de outras fontes financiadoras, objetivando atrair a iniciativa privada (BECKER, 2006).

A tabela 3 aponta alguns resultados do programa PRODETUR-NE, onde destacamos as metas globais de empregos que foram estabelecidas considerando o número de equipamentos existentes e a estimativa dos postos de trabalho que seriam gerados com o crescimento turístico na região.

Tabela 3: Resultados do PRODETUR

Descrição	Unid. Medida	Globais	Realizadas	% Exc.
Empregos diretos	Unid.	1,687.000	1.119.215	66,3
Empregos indiretos	Unid.	2,183.000	1.448,277	66,3
Serviços de esgotamento sanitário abastecimento d'água	Mil hab.	809,1	647,0	80,0
Implantação de melhoria de vias	Km	647,4	642,1	99,2
Recuperação de Patrimônio Histórico	m ²	287.792,7	287.492,7	99,9
Preservação do Meio Ambiente	Há	47.679	44.024,4	92,3
Ampliação/Modernização de 08 Aeroportos	Unid.	08	07	87,5
Estruturação/Capacitação de Órgão do Governo (Desenvolvimento Institucional)	Unid. Projeto	172,0	74,0	43,0

Fonte: BARROS Jr, 2002

Neste estudo consideraram-se os empregos diretos e indiretos, através da pesquisa in loco, e dos dados levantados junto aos órgãos públicos (EMPETUR, Prefeitura municipal de Ipojuca).

No que tange às políticas voltadas para o trabalho no setor, em âmbito federal, as ações são pontuais e, atualmente, têm sido estimuladas pensando nos futuros grandes eventos que acontecerão no país – a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas em 2016. Dentro do macroprograma do governo “Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos”.

Assim, foi lançado dentro do Programa de Qualificação Profissional, dois subprogramas voltados para a grande massa de trabalhadores no setor, capacitação dos funcionários: o “Olá turista” que visa à capacitação nos idiomas inglês e espanhol; e o “Bem receber” objetivando a preparação dos trabalhadores no atendimento, voltado para os funcionários que ficam em permanente contato com os visitantes, como recepcionistas, garçons, e outros.

O Plano Nacional de Turismo, 2007-2010, afirma que

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, [...] a criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas [...] (BRASIL, 2006).

Mas sem atrelamento entre as políticas em diferentes esferas – municipal, estadual, regional, nacional – e entre estas e o interesse das pessoas, sérias dificuldades são geradas quanto às metas e objetivos a serem atingidos.

As políticas de desenvolvimento regional têm como objetivos principais: reduzir desigualdades e valorizar potencialidades regionais. E neste processo é papel do Estado regular as condições de desenvolvimento, a partir do recorte espacial do país, para leitura das regiões e de suas necessidades no que concerne ao desenvolvimento de potencialidades.

5.1 Políticas públicas para a geração de emprego e renda: considerações acerca do PROGER Tur

Política pública é o veículo através do qual o Estado busca solucionar e minorar problemas encontrados no setor a que se preze a política desenvolvida. Para tanto, e para que seja possível resultados significativos, a escala de análise para a elaboração da política, e a escala de ação, possuem papel fundamental. Por isso estudá-las com afinco é imprescindível, na medida em que as políticas não devem ser pensadas de forma homogênea, haja vista a grande heterogeneidade do território nacional.

Sobre a necessidade e importância de uma ação pública ativa,

[...] em antigas áreas dinâmicas podem surgir bolsões de pobreza, áreas antes pouco exploradas podem ser ‘descobertas e dinamizadas’, e áreas predominantemente pobres podem abrigar ‘focos dinâmicos’ restritos [...] para evitar a *fragmentação do país* ou a consolidação de uma realidade de “ilhas de dinamismo” convivam com numerosas sub-regiões marcadas pela estagnação, pobreza, retrocesso e até isolamento. (ARAÚJO, 2006, p.128)

Para Pochmann (2002) as políticas para fomento à geração de emprego e renda são formuladas, muitas vezes, desconsiderando a diversidade, pois as especificidades variam de acordo com a escala de observação, ou seja, em âmbito nacional, regional, setorial ou local.

Acerca do tema emprego no setor de turismo, a própria OMT atesta as dificuldades de avanços significativos. Afirmando que a sazonalidade, a diversidade de condições e formas de trabalho e a informalidade, são obstáculos significativos para mensurar dados e ter resultados consistentes (ÁRIAS et al, 2003).

Segundo as informações da Rais e do Caged, e a metodologia empregada pelo Mtur para calcular as ocupações nas Atividades Características do Turismo, cerca de 1,5 milhão de postos foram gerados entre 2004 e 2008. Vale ressaltar, como dito anteriormente, que as ACT's estabelecidas pela OMT, no que diz respeito ao mercado de trabalho no setor, são: alojamento, alimentação, transportes, aluguel de transportes, auxiliar de transportes, agências de viagens, cultura e lazer.

O turismo, como solução para a geração de emprego e renda em um lugar, é uma afirmativa amplamente divulgada. No país, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu uma linha de pesquisa sobre o setor turístico resultando na proposta do Programa de Geração de Emprego e Renda, no subprograma relacionado ao Turismo, PROGER Turismo (PROGERTur).

O programa foi instituído pela resolução nº 319 de 2003, do Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador, no âmbito do PROGER¹⁵ Urbano. No que concerne à classificação das linhas de créditos do PROGER, pelo MTE, os subprogramas estabelecidos para setores específicos são:

PROGER Rural

PROGER Urbano

PROGER Exportação

PROGER Habitação

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

FAT – Empreendedor

FAT – Exportar

FAT – Habitação Material de Construção

FAT – Fomentar

PROEMPREGO

PRÓ-Inovação

Em Porto de Galinhas, diversos empreendimentos, a sua maioria ligados ao setor de hospedagem, tiveram auxílios da linha de financiamento a partir do PROGER Turismo. Este programa foi instituído juntamente com a publicação do PNT/2003-2007 e criação do Ministério do Turismo (Mtur), evidenciando a tentativa do governo de, ao criar uma pasta

¹⁵ Conjunto de linhas de crédito destinado ao financiamento de micro e pequenos negócios, cujo objetivo é a geração de emprego e renda em setores de atividades econômicas, tais como: construção civil, inovação e difusão tecnológica, pequenos empreendimentos, exportação, indústria e atividades rurais.

ministerial para o setor, tecer diretrizes e soluções para o setor turístico, bem como para a questão do desemprego e informalidade de ocupações ligadas à atividade.

Todavia, pode ser constatado que não há uma articulação consistente entre os planos e ações voltados para o turismo com os demais setores. Neste caso, há ausência de interação entre os Mtur e MTE desde a criação do programa, visto que sequer o nome do programa foi publicado no documento oficial para o desenvolvimento do turismo no país, o PNT (2003-2007).

No Brasil é alta a proporção de empregadores e trabalhadores por conta própria no setor, evidenciando o elevado número de pequenos negócios em bases familiares e locais (ARBACHE, 2001).

O programa está relacionado ao setor 'Pequenos Empreendimentos', voltado para atividades dos setores industrial, comercial e de serviços, que possuem as seguintes linhas de crédito (BRASIL, 2007):

- Médias e pequenas empresas – Investimento
- Médias e pequenas empresas – Capital de giro
- Médias e pequenas empresas – Turismo – investimento
- Médias e pequenas empresas – Turismo – capital de giro
- Cooperativa e Associações
- Profissional Liberal e Recém formado

Ao analisar o Programa, o que ficou evidenciado é que ele está muito mais limitado à concessão de linhas de crédito, do que a tornar-se um instrumento de planejamento do Estado. Isto porque os objetivos não possuem uma integração consistente com outros programas voltados para a formação/qualificação da força de trabalho, especialmente quando se trata de subprogramas voltados para os próprios trabalhadores, como é o caso dos profissionais liberais. O quadro 1 aponta as linhas de crédito ofertadas pelo referido programa.

Quadro 1: Principais bases operacionais do PROGERTur

Linha de Crédito	Beneficiário	Teto Financiável	Encargos Financeiros	Prazo	Banco
PROGER Turismo Investimento	Medias e Pequenas Empresas da cadeia produtiva do setor de turismo com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões.	a) empresas com faturamento bruto de até: R\$ 300 mil; b) empresas com faturamento bruto anual acima de R\$ 3 milhões e até R\$ 5 milhões: r4 400 mil.	TJLP + 5,33% AA.	Até 120 meses	BB BASA CEF
PROGER Turismo Capital de giro	Medias e Pequenas Empresas da cadeia produtiva do setor de turismo com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões.	Até10% do faturamento bruto anual para empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 3 milhões, e até 8% do faturamento bruto anual para empresas com faturamento bruto anual entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões.	TLJP + 14% aa.	BB: até 180 dias CEF: 12 meses	BB CEF

Fonte: MATIAS, 2008

O que, em parte, demonstra a postura neoliberal do governo ao tratar a questão do desemprego pautada na responsabilização dos próprios trabalhadores para solucionarem seus problemas de inserção no mercado de trabalho, sobretudo sob o discurso de políticas voltadas para o empreendedorismo e auto-emprego.

A tabela 4 aponta o desempenho do Programa no que concerne aos investimentos aplicados nas operações, dentre as linhas do PROGER Urbano, a linha PROGER Turismo – Capital de Giro liderou a evolução com crescimento de 52,69%, demonstrando a iniciativa de empreender em novos negócios turísticos, seguida de perto pela PROGER Exportação (48,96%) e PROGER Turismo Investimento (45,78%).

Tabela 4: Desempenho do PROGER Turismo em 2006

	Total 2005		Total 2006		Crescimento (%) (R\$ mil)
	Qtd. Op.	Valor total das operações (R\$mil)	Qtd, Op.	Valor total das operações (R\$mil)	Valor total das operações
PROGER Turismo Investimento	892	49.759	1.574	76,46%	45,78%
PROGER Turismo Capital de Giro	107	1.145	443	314,02%	52,69%

Fonte: adaptado de BRASIL, 2007.

É papel do governo, em suas diferentes esferas de poder, assegurar os direitos e defender os interesses gerais. O planejamento para o turismo não deve atender a interesses específicos de uma minoria, ou ainda interesses setoriais de curto prazo, sem articulação com outras políticas de desenvolvimento. Assim, deve-se atentar para a forma como se organizam os arranjos institucionais do governo e os instrumentos voltados para atingir as metas de planejamento da atividade (HALL, 2001).

Da relação capital-trabalho, o governo tem papel de atenuar conflitos, saindo da dimensão de Estado conservador, pela qual a estrutura social permanece a mesma. É papel do Estado garantir a proteção e o gozo dos direitos dos trabalhadores, em especial porque as características do turismo são muito peculiares, tais como a sazonalidade e a flexibilidade do trabalho no setor.

Touraine (1997 apud WERTHEIN e NOLETO, 2004, p.25) diz que “ao invés de compensar todos os efeitos da lógica econômica, a política social deve conceber-se como condição indispensável do desenvolvimento econômico”. Não meramente criar políticas compensatórias como tem acontecido, ou seja, deve dar efetiva prioridade às metas sociais no desenvolvimento de políticas públicas.

O que também pôde ser constatado em Porto de Galinhas é que, no que concerne às políticas públicas ligadas ao setor de turismo, não há articulação entre as secretarias municipais para a elaboração delas, e as atividades ligadas ao setor, ficam bastante limitadas a mecanismos de mercadização e promoção turísticas.

A Secretaria de Turismo de Ipojuca é o órgão público municipal de gestão da atividade turística e precisa ampliar sua atuação para além destes mecanismos, uma vez que as atividades tem se concentrado apenas em uma vertente do papel da administração pública do

turismo: a promoção do setor, através de estratégias de marketing e desenvolvimento e estruturação dos produtos. E assim as políticas de turismo têm se limitado a estudos para promoção e divulgação da cidade, especificamente de Porto de Galinhas e arredores.

Ora, se o discurso de desenvolvimento do turismo aduz o direito à melhoria das condições de vida dos grupos sociais, e está pautado na premissa de que o poder público deve criar meios para regular e possibilitar o desenvolvimento social e econômico, a administração municipal do turismo (local) em parceria com as secretarias responsáveis pelo planejamento urbano e de ação social e do trabalho, devem desenvolver ações e medidas mais abrangentes, no que concerne aos interesses sociais, especialmente aquelas que se referem ao trabalho no setor.

PARTE III
ESTUDO DE CASO

Caracterização da Área de Estudo

O turismo na dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas-PE

O trabalho espanta nossos três grandes males: o tédio, o vício e a pobreza.

(Voltaire)

6. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

As praias são importantes opções de lazer, recreação e turismo em todo o mundo. Neste sentido, são espaços fortemente marcados pelas transformações ambientais e urbanas, muitas vezes diretamente relacionadas à expansão do turismo. No Brasil, o turismo de sol e mar é o mais expressivo no que tange ao número de adeptos.

O Nordeste brasileiro é caracterizado como a região mais propícia para o fomento desta modalidade turística, visto que possui a maior parte da costa atlântica do país, fato associado às elevadas temperaturas do clima durante todo o ano. Assim, além dos visitantes e turistas que se deslocam dos mais variados lugares, a própria população tem na ida à praia, aos finais de semana e em dias de férias, uma importante forma de lazer e descanso.

O Brasil possui 8500 km de faixa litorânea, dos quais 187 km estão situados no estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 1999). A consolidação do estado como pólo turístico teve maior significância a partir de 1967, com a criação da EMPETUR¹⁶.

O litoral sul de Pernambuco é um dos mais importantes pólos turísticos do Nordeste, e, nas últimas décadas, tem passado por um processo intenso de urbanização, devido, em parte, aos investimentos no setor turístico. Nesse contexto, o município de Ipojuca, em destaque na figura 4, recebeu a maior quantidade de investimentos. Foi por esse motivo que o escolhemos para a realização do presente estudo. E ele é, ademais, o município com maior extensão litorânea do estado.

Figura 4: mapa de Pernambuco



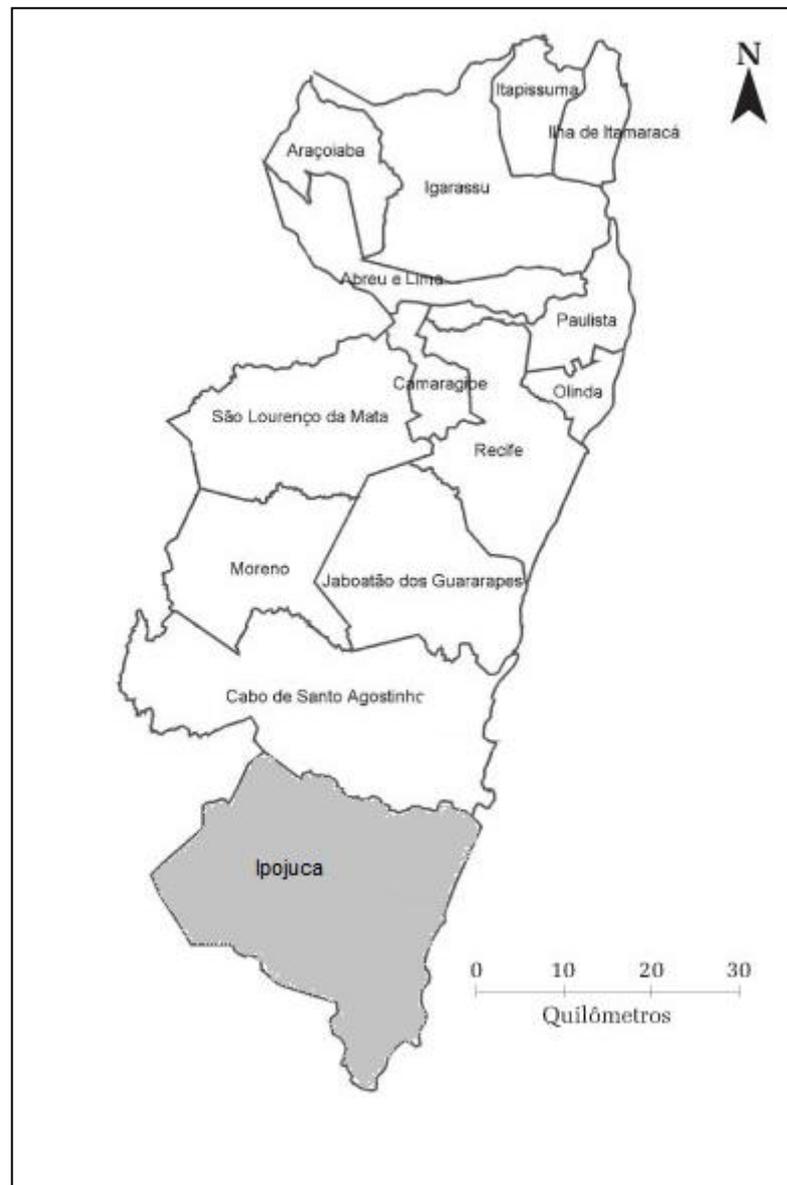
Fonte: IPOJUCA, 2011

¹⁶ No governo Nilo Coelho

A respeito do panorama dos destinos turísticos litorâneos do Nordeste brasileiro, alguns têm assumido posição de destaque no cenário do turismo nacional e internacional, dentre os quais está Porto de Galinhas, em Ipojuca.

Localizado na extremidade meridional da Região Metropolitana do Recife (RMR), conforme a figura 5 e, mais precisamente na microrregião de Suape, o município de Ipojuca, com 512,6 km² de extensão, é composto por três distritos – Ipojuca (distrito-sede), Camela e Nossa Senhora do Ó.

Figura 5: Mapa da Região Metropolitana de Recife, com destaque para Ipojuca



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

O fato de fazer parte da microrregião acima mencionada, também aponta para outro fato digno de nota, isto é, essa área acha-se sob influência de uma das áreas que vêm recebendo maior quantidade de investimentos públicos e provados do estado: a do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE. O que está acelerando a dinâmica de valorização econômico-financeira de toda a área.

Limita-se a norte com o município de Cabo de Santo Agostinho, a sul com Sirinhaém, a leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com Escada, como demonstra a figura 6. Representa 0,52% do território pernambucano, estando a uma distância de 50,2 km da capital, cujo acesso é feito pelas rodovias BR-101 e PE-060.

Figura 6: Caracterização do Município de Ipojuca



Fonte: IPOJUCA, 2011

A extensão litorânea, com cerca de 32km, é dividida segundo a classificação de uso, em sentido norte/sul, da seguinte forma: SUAPE (zona portuária): 5,0km; Praia de Camboa: 1,54km; Praia de Muro Alto: 2,45km; Praia do Cupe: 4,5km; Praia de Porto de Galinhas: 3,96km; Praia de Maracaípe: 0,57km; Pontal de Maracaípe: 7,2km; Praia de Serrambi: 7,2km; Praia de Toquinho: 3,7km.

Praias que estão sendo muito cobiçadas, atualmente, sobretudo pelos funcionários e técnicos especializados do já mencionado Complexo Industrial e Portuários de SUAPE; além, é claro, de segmentos sociais provenientes de toda RMR, principalmente aqueles de alta renda.

No que concerne à caracterização geo-ambiental, o município está situado nas bacias hidrográficas dos rios Sirinhaém e Ipojuca. O clima predominante é o tropical quente e úmido, e a vegetação da região é composta por remanescentes da mata atlântica, que corresponde às florestas sub-perenifólia (porções central e oeste) e perenifólia de várzea (mata ciliar), manguezais, palmáceas, além das áreas de restinga e de cultivo de cana-de-açúcar.

A formação das praias, tal como na maior parte do litoral pernambucano, resulta principalmente da plataforma continental interna, pois é bastante reduzido o aporte de sedimentos fluviais.

Imaginemos o que pode acontecer com todo esse patrimônio ambiental, se os efeitos do crescimento econômico de SUAPE, somados aos problemas de gerenciamento dos serviços de limpeza e manutenção urbana, não tiverem seus devidos controles. O que poderá acelerar o processo de saturação da área como pólo turístico, repercutindo, inclusive na redução da capacidade de geração de emprego e renda ligados ao setor.

Realizada a devida caracterização física da área, segue-se a contextualização histórica e as considerações acerca do desenvolvimento do turismo para compreensão dos efeitos da atividade na dinâmica socioespacial do trabalho ocorridos a partir da inserção da atividade na economia do lugar.

6.1 Contextualização histórica da área

A formação urbana brasileira se deu historicamente ao longo da costa litorânea, pela forma de colonização. Dos primeiros assentamentos no Nordeste desencadeou-se o sistema econômico do país pautado, sobretudo, na economia açucareira (CÁRCERES, 1993).

Segundo Santos (2001), do final do período colonial até o final do século XIX, o índice de urbanização do país manteve-se praticamente o mesmo. Villela e Syuzigan (1993 apud SANTOS 2001, p.25) afirmam que a população citadina passou de 4,5 milhões de habitantes em 1920 para 6,2 milhões em 1940. E o mesmo crescimento expressivo foi

constatado no setor de serviços, cujo crescimento foi de 130% no mesmo período de 20 anos, passando de 1,5 milhões para 3,4 milhões.

A formação histórica do território brasileiro é fruto do processo de expansão do capitalismo comercial pelas potências européias, durante os séculos XV e XVI, culminando no processo de exploração e colonização do país. É deste processo que resultam os núcleos de povoamento que se estabeleceram ao longo do litoral.

O Nordeste foi a primeira região economicamente ativa do período colonial, ao ser o pólo de plantio de cana-de-açúcar. Olinda e Recife foram inicialmente os centros de apoio às atividades de exportação e ao comércio (DÉAK, 1999).

A tabela 5 demonstra o desenvolvimento das vilas e cidades no país no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII.

Tabela 5: Vilas e cidades criadas no Brasil

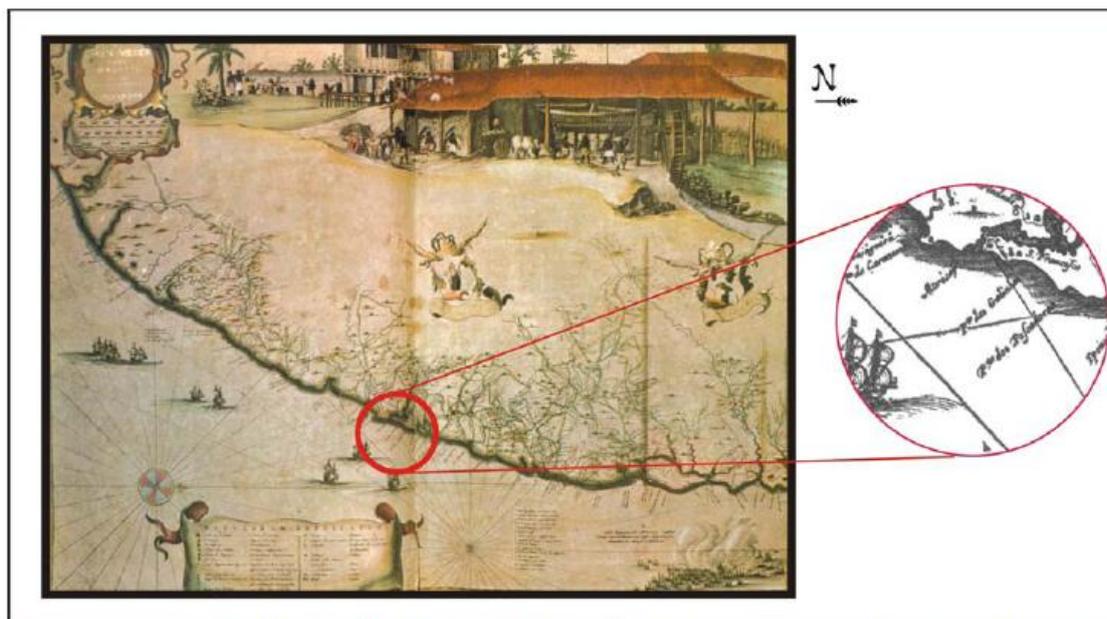
	Século XVI	Século XVII	Século XVIII (até 1720)
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
São Paulo	6	10	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro	1	6	

Fonte: Adaptado de Santos, 2001.

Foi no século XVI que surgiu o povoado que dera origem à cidade de Ipojuca. A região de Ipojuca, até a chegada dos portugueses, era habitada pela tribo indígena Caetés, que habitava o litoral do estado de Pernambuco. O início da povoação da região remete-nos aos anos de 1560, a partir do período colonial com a chegada dos portugueses, e a migração dos colonos devido às terras férteis e ricas em massapê, propícias ao cultivo de cana-de-açúcar, e a consequente implantação de engenhos.

Ipojuca tornou-se, portanto, uma área economicamente dinâmica por ser também área de rota de entrada e comércio clandestino de escravos, de implantação de engenhos e de plantio de cana-de-açúcar, bem como de exploração do pau-brasil. A figura 7 expressa a descrição da área no período colonial.

Figura 7: Mapa do litoral sul de Pernambuco, de Barleus, datado de 1630



FONTE: LIMA, 2005

A povoação, estabelecida no baixo curso do rio Ipojuca, era chamada de São Miguel, em homenagem ao santo padroeiro então cultuado, que permanece como padroeiro até os dias atuais. Em 1861 a povoação passou à categoria de Vila, e em 1846, pela Lei Provincial nº 152, foi constituído município autônomo.

Desde então, sua base econômica residia na produção de cana-de-açúcar e na indústria sucro-alcooleira. Após o advento do fenômeno de segunda residência pelas classes sociais abastadas, o lazer e o turismo despontam como novas opções econômicas para a área, incrementando o forte crescimento populacional, sobretudo, a partir dos anos oitenta do século 20.

Fato que repercutiu, por sua vez, na urbanização da zona costeira e das relações de trabalho com o advento da diversificação das formas de ocupação e emprego, formais e informais, suscitando o fenômeno da urbanização turística.

As figuras 8 e 9 retratam a praia e a vila de Porto de Galinhas¹⁷ nos anos de 1969, quando o desenvolvimento do turismo ainda não havia marcado significativamente a paisagem do lugar. Na vila de Porto, apenas na década de 1970 foi implantada a energia

¹⁷ Uma das versões mais divulgadas quanto ao nome da praia, Porto de Galinhas, deve-se ao fato de a região ter sido área de comércio ilegal de escravos africanos. Para mascarar o processo de contrabando, usava-se a expressão “chegaram as galinhas d’Angola” para informar o desembarque dos escravos.

elétrica. Na década de 1980, as opções de hospedagem eram insignificantes: só havia dois hotéis em exercício. Em contrapartida, atualmente constitui o maior polo de hospedagem do estado. Na década de 1990, houve significativa expansão da atividade turística na área, e para possibilitar o acesso a esse polo turístico, houve melhoria das vias de acesso, como o asfaltamento da PE-09.

Figura 8: foto da praia de Porto de Galinhas em 1969



Fonte: PEREIRA, 2005

Figura 9: foto de Ipojuca em 1980



Fonte: PEREIRA, 2005

Segundo Santos (2009, p.136), na formação socioespacial, “os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta”.

Como características regionais do Nordeste brasileiro, a produção de cana-de-açúcar, as culturas alimentares e a pesca, além da indústria e comércio, coexistem com o desenvolvimento do setor turístico na economia do município; e por isso os efeitos do turismo não devem ser estudados sem a sua correlação com os processos de desenvolvimento urbano e os demais setores de ocupação da população, em suas horizontalidades.

Portanto, a urbanização turística não pode acontecer nos lugares fazendo valer apenas os interesses inerentes às verticalidades; mas considerando e dialogando com os interesses inerentes às horizontalidades locais. O que, na prática, não está acontecendo.

6.2 Ipojuca hoje: breve caracterização sociodemográfica e econômica do município para compreensão da importância da área de Porto de Galinhas

Segundo dados do IBGE (2011), em 1940, dos 22.621 habitantes, apenas 3.062 compunham a população urbana do município; em 1980 o total era de 39.456, cuja população urbana era de 16.925. O censo de 2010 confirmou que havia 80.542 habitantes, dos quais 74% compunham a população urbana. O que demonstra, de fato, um forte crescimento progressivo da população, conforme o demonstrado na tabela 6.

Tabela 6: Crescimento populacional no período de 1940 a 2010

ANO	POPULAÇÃO		
	RURAL	URBANA	TOTAL
1940	19.559	3.062	22.621
1950	20.271	3.882	24.153
1960	27.096	7.546	34.642
1970	25.848	10.003	35.851
1980	22.531	16.925	39.456
1991	20.256	25.168	45.424
2000	19.971	40.310	59.281
2007	21.678	48.392	70.070
2010	20.902	59.640	80.542

Fonte: Adaptado IBGE, 2011

Nota: traçamos um recorte temporal a partir da década de 1940 para demonstração da evolução da população no município, porque o crescimento nas décadas anteriores é pouco significativo.

Ipojuca tem passado por um expressivo processo de crescimento econômico, alicerçado no funcionamento do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, de grande importância para a economia do município, bem como na intensificação do turismo na zona litorânea, tal como já anunciamos. Entre as décadas de 1970 e 2000 o Produto Interno Bruto do município cresceu mais de 300%.

De maneira que, segundo a arrecadação do PIB, Ipojuca é considerado um dos municípios mais prósperos de Pernambuco. O citado complexo industrial, a construção e o funcionamento do estaleiro, o pólo petroquímico, o potencial de instalação de novas indústrias, em conjunto com o pólo turístico, são fatores que têm estimulado o crescimento da população fixa e flutuante, pelo número de migrantes e moradores de locais adjacentes.

Fatores que configuram a importância relativa de Ipojuca na economia de Pernambuco. Para evidenciar este fato, a tabela 7 retrata comparativamente o PIB dos cinco maiores municípios do estado.

Tabela 7: Produto Interno Bruto e participação percentual dos 5 maiores municípios de Pernambuco – 2007-2009

Produto Interno Bruto e participação percentual dos 5 maiores municípios de Pernambuco – 2007-2009						
Municípios	PIB (R\$ milhão)			Participação em PE (%)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Recife	20.690	22.452	24.840	33,2	31,9	31,7
Jaboatão dos Guararapes	5.588	6.390	7.056	9,0	9,1	9,0
Ipojuca	5.346	6.251	7.080	8,6	8,9	9,0
Cabo de Santo Agostinho	2.911	3.236	3.826	4,7	4,6	4,9
Olinda	2.160	2.384	2.587	3,5	3,4	3,3
Sub-Total	36.695	40.713	45.396	58,9	57,8	57,9
Pernambuco	62.256	70.441	78.405	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2009

No que tange aos PIB setoriais, até a década de 1980, a agricultura e os serviços eram os setores que mais se destacavam na economia do município (IPOJUCA, 2011). A partir da década de 1990 o setor industrial foi o que mais teve crescimento, respondendo por aproximadamente 50% da arrecadação, enquanto o setor de serviços apresentou variações em alguns pontos percentuais para mais ou para menos, em torno de 30%. E o do comércio, por sua vez, desde então não ultrapassou os 11%.

No setor primário, a agropecuária, através da atividade agrícola concentrada na produção de cana-de-açúcar, é a atividade predominante. A zona rural é constituída por aproximadamente 72 engenhos e duas usinas de açúcar.

As atividades que se destacam no setor secundário são, sobretudo, as seguintes: extrativista, construção civil e de transformação. O extrativismo mineral, atualmente, é realizado apenas por uma empresa de extração de areia.

As atividades comerciais e de prestação de serviços do município são, em geral, de pequeno ou médio porte, e estão de forma direta ou indireta sob influência da capital do estado (IPOJUCA, 2011). Com exceção para as atividades que se vinculam a Suape, bem como os grandes Resorts e a área de Porto de Galinhas, cujo setor de comércio apresenta um crescente dinamismo.

Para sintetizar as características sociodemográficas e econômicas do município de Ipojuca, a tabela 8 expressa os principais dados.

Tabela 8: dados socioeconômicos do município de Ipojuca

Área e População	Ano	Ipojuca	Pernambuco
Área (km ²)	2010	532.644	98.146,315
Densidade demográfica hab/km ²)	2010	151.39	89,63
Taxa de urbanização (%)	2010	74,06	80,17
Taxa de crescimento 2000-2010 (% aa)	2010	3.12	1,06
Desenvolvimento Humano e Renda			
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	2000	0,658	0,705
Renda por capita	2000	101,96	183,76
Valor do rendimento nominal médio mensal domiciliar por capita (1) (R\$ 1,00)	2010	387,54	550,59
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita até ¼ do s.m (1) (%)	2010	15,04	17,81
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita mais de ¼ a ½ s.m (1) (%)	2010	33,40	27,46
Habitação e infraestrutura urbana			
Domicílios particulares permanentes	2000	13.414	1.968,761
Domicílios particulares ocupados	2010	22.065	2.551,317
Total de domicílios	2010	29.018	2.993,825
Finanças municipais (1)			
Receita municipal (R\$ mil)	2010	326.635	10.470.619
Receitas correntes (R\$ mil)	2010	361.974	10.793,970
Receita tributária sobre a receita corrente (%)	2010	24,80	13,69
Receita de transferências correntes sobre a receita corrente (%)	2010	68,19	77,56
Despesa total (R\$ mil)	2010	349.050	10.616,273
Despesas em educação (%)	2010	17,96	21,93
Despesas em saúde (%)	2010	24,71	29,18
Produto Interno Bruto – PIB			
PIB (R\$ mil)	2008	6.250,969	70.440,859
PIB per capita (R\$ 1,00)	2008	84,405	8.065
% da Agropecuária no Valor Adicionado Bruto	2008	0,38	5,38
% da Indústria no Valor Adicionado Bruto	2008	31,13	21,80
% dos Serviços no Valor Adicionado Bruto	2008	68,49	72,82

Fonte: FIDEM, 2011

Ainda segundo a tabela 8, a taxa de crescimento da população foi quase três vezes maior que a do estado, na última década. Mas no que concerne à renda, 33% da população teve um rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo. Este dado somado ao dos que

receberam até $\frac{1}{4}$ do salário, que foi 15,04%, atesta que cerca de 45% da população economicamente ativa recebia até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em 2010.

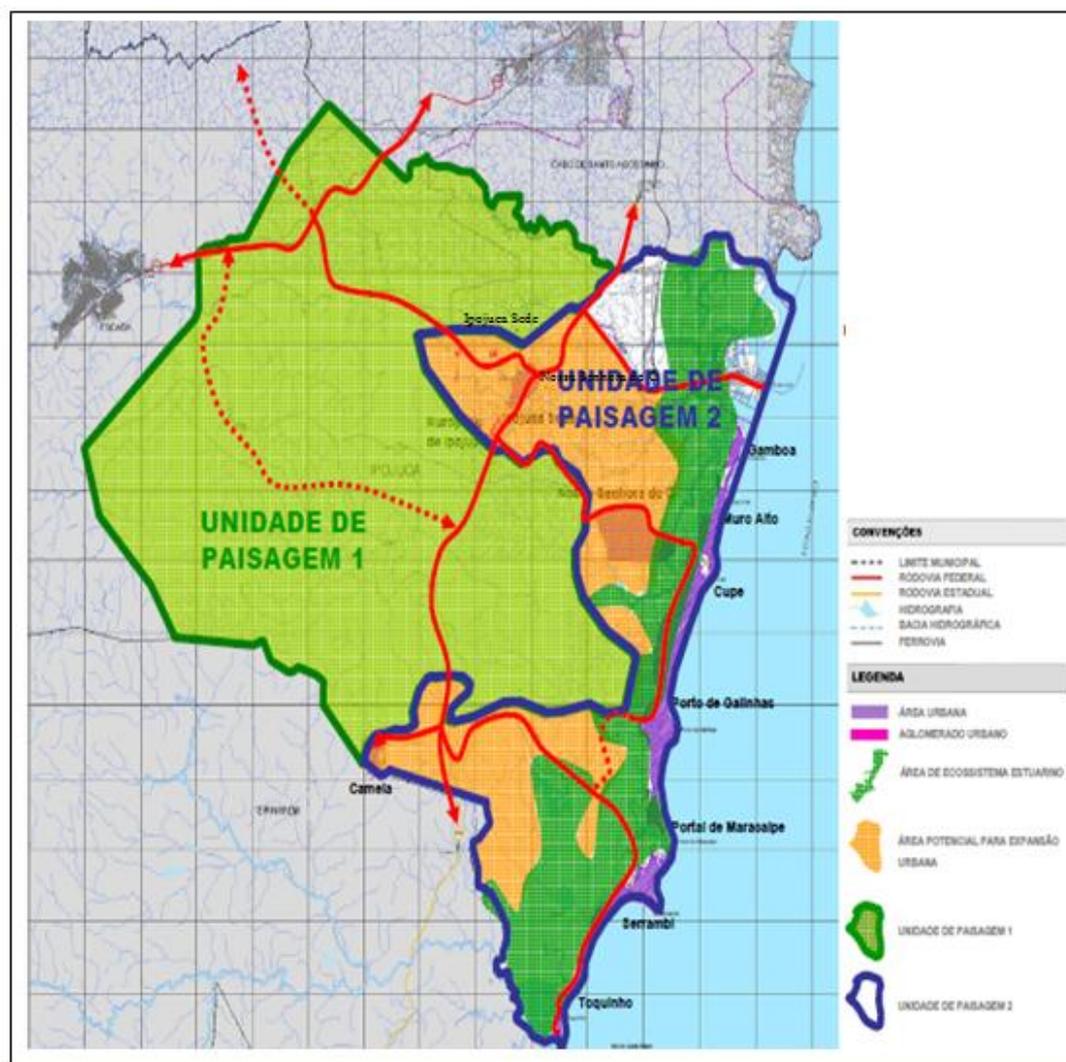
O setor industrial e o de serviços respondem majoritariamente pelo PIB do município. Sendo que este último, que engloba os dados referentes ao setor de turismo, foi responsável por aproximadamente 70%, enquanto o setor agropecuário teve uma participação insignificante.

As atividades diversificaram-se e vários negócios cresceram e expandiram-se: abertura de bares, pousadas, restaurantes, grandes cadeias hoteleiras e resorts, lojas, etc. A orla, antes ocupada em grande parte pela comunidade pesqueira, foi sendo ocupada por casas de veraneio, hotéis e outros estabelecimentos, que atendem às demandas por lazer e por turismo¹⁸.

A análise desse contexto econômico permite o reconhecimento das mudanças ocorridas e das que estão acontecendo no lugar, repercutindo nas formas de apropriação e consolidação do lugar. “A divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (SANTOS, 2009, p.141). Nesta perspectiva, os anexos 15 e 16 demonstram a divisão do município de Ipojuca por áreas e a dinâmica territorial. A figura 10, por sua vez, retrata as divisões estabelecidas no zoneamento do município, cuja área de estudo da presente pesquisa encontra-se na faixa costeira.

¹⁸Tal como foi dito anteriormente, para a presente pesquisa consideramos os deslocamentos de lazer e turismo sem distinção, uma vez que os postos de empregos ligados direta ou indiretamente ao setor turístico são favorecidos por ambos os tipos de deslocamentos.

Figura 10: Zoneamento de Ipojuca-PE



Fonte: IPOJUCA, 2011

Uma nova conformação espacial é estruturada a partir do aparecimento de casas de veraneio, equipamentos de apoio ao setor turístico, intervenções no sistema de infraestrutura básica, melhorias de acesso e ampliação de estradas e rodovias, dentre outros objetos oriundos das ações empreendidas pela sociedade, setor empresarial, órgãos públicos.

As metamorfoses do espaço estudado corroboram a afirmação de Santos (1996) segundo a qual para cada temporalidade, uma nova dinâmica espacial é estabelecida, e novas funções são instituídas no lugar.

Assim, a atividade turística também atuou como dinamizador deste processo de crescimento urbano do município. Por isso, a relação turismo e urbanização, através da

dinâmica socioespacial do trabalho, possui uma relevante significância na reprodução do espaço.

A inserção do turismo é, portanto, um fator da diversificação da economia urbana local, que se configura como uma possibilidade de fortalecimento da cadeia produtiva e de desenvolvimento local.

7. O TURISMO NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO TRABALHO EM PORTO DE GALINHAS-PE

A partir dos dados coletados na pesquisa e do embasamento na literatura revisada, é possível afirmar que o turismo induz, em Porto de Galinhas, uma forma peculiar de urbanização, denominada urbanização turística.

Este processo de urbanização instiga um outro direcionamento para compreender as mudanças que têm ocorrido na sociedade, com o advento da urbanização turística na dinâmica socioespacial, através da análise de como a nova função espacial inserida pelo turismo pode contribuir para o resgate da valorização da vida social e produtiva do homem em seu lugar de moradia.

Bem como para a democratização e o desenvolvimento humanizado da atividade turística, interferindo no processo de formação das destinações turísticas como espaços de fortes contradições e conflitos sociais.

A partir desta perspectiva, foi construído o debate sobre os efeitos causados pelo fenômeno de urbanização turística no que concerne à apropriação do espaço, às mudanças no modo de vida da população e aos impactos na dinâmica socioespacial do trabalho.

Quase todos os moradores que compuseram a pesquisa (78%) elogiam a fase pela qual passa a região no que concernem as oportunidades de trabalho, em especial devido ao Complexo Portuário e Industrial de SUAPE¹⁹, em razão da geração de empregos pelos empreendimentos ali instalados. Contudo, as opiniões mudam quando se fala de qualidade de vida, principalmente em relação ao aumento do custo de vida.

Em Ipojuca, a população flutuante²⁰, que hoje não é apenas de turistas, varia em cerca de 20mil a 25 mil trabalhadores, que devido à falta de vagas nos alojamentos licenciados, acabam recorrendo aos equipamentos turísticos, que normalmente sofriam com a variação das ocupações. Nesta última década, como foi dito anteriormente, uma nova dinâmica espacial do trabalho no turismo e o setor de serviços, em geral, é influenciada pela expansão das atividades do complexo industrial, que soma-se a dinâmica já consolidada do turismo no lugar. De qualquer maneira, a urbanização turística não se sustenta apenas com empregos no turismo, mas em outros segmentos, como construção civil produção agrícola e etc.

¹⁹ Há mais de 100 empresas em funcionamento e outras em processo de implantação, que são responsáveis pela criação de 25 mil empregos diretos e aproximadamente 40 mil no setor de construção civil.

²⁰ População temporária presente no município

Assim, pousadas e casas de veraneio de Porto de Galinhas e arredores acabam servindo a esses trabalhadores vindos de outros lugares, que segundo alguns proprietários e/ou gerentes, o faturamento é mais estável durante o ano, e aumentou quase 70%. E, assim, a disponibilidade para turistas e visitantes fica reduzida, principalmente em períodos de alta temporada, como afirma M.P, proprietário de pousada em Porto de Galinhas.

Algumas pousadas foram arrendadas pelas empresas e servem de alojamento para os funcionários. Já recebi algumas propostas, mas penso na minha clientela antiga. Mas essa falta de vagas tem afastado os turistas.

Segundo o secretário de turismo de Ipojuca, Diego Jatobá, a Prefeitura fiscaliza o uso indevido dos equipamentos de hospedagem de Porto de Galinhas, uma vez que é proibido que sejam definidos usos diferentes de fins turísticos, como alojamento, sem a devida aprovação do órgão municipal e adequação legal. Contudo, ressalta que nada impede que os funcionários possam se hospedar, ou que haja um acordo entre as partes, dificultando a fiscalização.

Visando atender também este novo cenário da região, marcado pela presença dos funcionários do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE em Porto de Galinhas, alguns comerciantes estão tentando adaptar suas atividades. Como o caso de alguns artesãos, que pretendem transformar as lojas de artesanato em bares, já que o perfil da visitação mudou bastante, e é o tipo de lugar mais frequentado por estes novos moradores.

A tabela 9 a seguir retrata a composição dos empregos formais em Ipojuca em comparação com os dados do estado de Pernambuco. Sobre os empregos no setor de serviços, que engloba os empregos no segmento turístico, esse foi o que representou a segunda maior participação do total gerado no estado.

Tabela 9: empregados por atividade no setor formal em Ipojuca e em Pernambuco

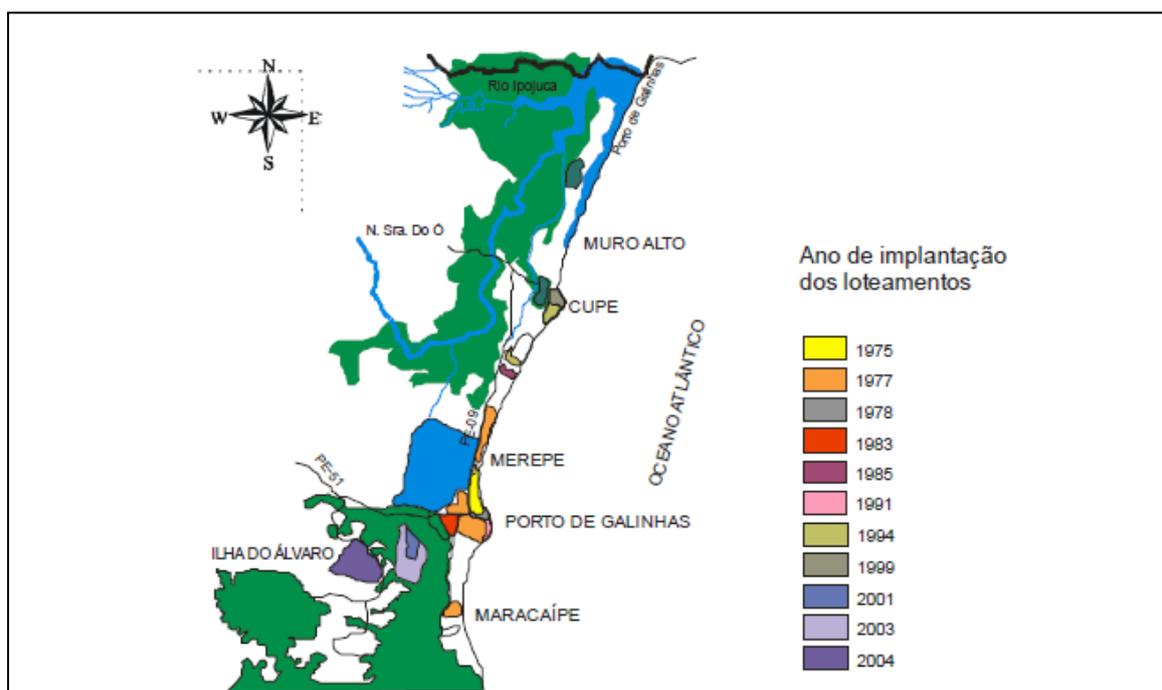
Empregados por atividade no setor formal	Ano	Ipojuca	Pernambuco
Total de empregados no setor formal	2009	27.459	1.399,997
Empregados na atividade da agropecuária	2009	261	42.077
Empregados na atividade extrativa mineral	2009	191	2.415
Empregados na indústria de transformação	2009	9.842	212.081
Empregados na construção civil	2009	4.805	85.480
Empregados nos serviços industriais de utilidade pública	2009	14	16.222
Empregados no comércio	2009	2.544	240.558
Empregados na atividade de serviços	2009	7.196	413.449
Empregados na administração pública	2009	2.606	387.715

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2011

Até a década de 1950, o modo de vida e a dinâmica do lugar estavam vinculados aos pequenos núcleos pesqueiros existentes na área. Para os moradores mais antigos as metamorfoses no espaço e nas formas de trabalho ocorridas nas últimas décadas são extremamente marcantes, já que as configurações atuais contrastam de diferentes formas com os registros guardados na memória deles.

A figura 11 aponta a evolução da implantação dos loteamentos na faixa litorânea do município. Até 1970, o espaço de Porto de Galinhas era caracterizado pela dinâmica dos poucos moradores e da baixa visitação. Nas décadas seguintes, ocorreu uma vertiginosa comercialização turística do espaço, aumentando o fluxo da população flutuante e a instalação de equipamentos ligados à oferta turística. A partir de então, Porto de Galinhas torna-se um produto turístico amplamente difundido e comercializado.

Figura 11: Implantação dos loteamentos



Fonte: LIMA, 2005

A infra-estrutura turística está distribuída em três principais eixos, que detêm respectivamente, 74,2% ,12,3% e 7,2% dos equipamentos de apoio ao turismo, existentes no município:

- a) Porto de Galinhas–Maracaípe;
- b) Cupê–Muro Alto;
- c) Serrambi-toquinho.

A forte concentração dos equipamentos turísticos, principalmente de meios de hospedagem e alimentação, torna evidente que o trecho Porto de Galinhas-Maracaípe é o principal pólo turístico do município. Do total de equipamentos turísticos existentes no município, o eixo detém 51% dos hotéis e resorts, 91% das pousadas e 68% dos bares e restaurantes.

A população total em Porto de Galinhas chega a ter um acréscimo de mais de 50% no período de alta temporada. A população fixa atual é de aproximadamente 8mil habitantes. No que concerne ao número de visitantes, a variação mensal entre os períodos de alta (novembro a fevereiro, e julho) e de baixa temporada (demais meses do ano), chega a ser de 500% (IPOJUCA, 2011).

A tabela 10 demonstra a evolução do emprego na atividade turística em vinte municípios brasileiros, no período 2003-2007. Evidenciando o crescimento anual dos postos de emprego em Ipojuca, cuja evolução foi uma das mais significativas no período estudado.

Tabela 10: evolução do emprego turístico celetista (média anual)

Evolução do Emprego Turístico Celetista (média anual)							
	2003	2004	2005	2006	2007	Δ 2003-2007	%2003-2007
Capitais							
Manaus	7.514	8.289	9.357	10.339	10.610	3.096	41,2
Belém	6.373	6.310	6.449	6.695	7.186	812	12,7
Fortaleza	13.357	13.180	13.678	13.919	14.514	1.157	8,7
Recife	11.458	12.057	12.327	12.873	13.770	2.312	20,2
Salvador	18.775	19.927	20.649	21.700	22.911	4.136	22,0
B. Horizonte	15.910	15.576	16.563	16.491	16.626	716	4,5
R. de Janeiro	44.824	43.288	43.986	43.919	44.981	157	0,3
S. Paulo	58.994	54.625	57.271	59.966	64.764	5.770	9,8
Florianópolis	4.120	4.345	4.792	5.341	5.764	1.644	39,9
Porto Alegre	11.524	11.510	11.599	11.540	11.752	229	2,0
Total	192.851	189.106	196.671	202.784	212.877	20.027	10,4
Outros Munic.							
Ipojuca	1.733	1.835	2.042	2.371	2.592	859	49,6
Mata de S. João	2.162	2.068	2.360	3.010	3.706	1.544	71,4
Portp Seguro	3.183	3.724	3.908	4.209	4.344	1.161	36,5
Ouro Preto	481	493	536	578	633	151	31,4
Angra dos Reis	1.569	1.678	1.755	1.805	1.986	416	26,5
Amaç.. Búzios	1.002	1.151	1.406	1.517	1.446	444	44,3
Foz do Iguaçu	3.449	3.657	4.149	4.291	4.193	744	21,3
Gramado	1.018	1.126	1.221	1.298	1.308	290	28,5
Bonito	260	276	283	251	296	36	13,7
Caldas Novas	1.103	1.109	1.125	1.170	1.258	155	14,1
Total	15.962	17.116	18.785	20.500	21.762	5.800	36,3

Fonte: IPEA, 2008d

Nota: Foram selecionadas dez capitais juntamente com dez outros municípios com representatividade no mercado turístico brasileiro

Devido à falta de dados na Prefeitura do município, não foi possível estabelecer um comparativo entre a capacidade total de empregos nos novos equipamentos turísticos criados e o crescimento da população residente em idade de trabalho.

No que concerne ao comportamento do trabalho formal no setor turístico em Ipojuca, o anexo 17 discorre acerca do número de estabelecimentos e de empregados no município de Ipojuca. Traz uma descrição comparativa entre os setores econômicos, cujas ACT's não são contabilizadas em conjunto isolado, o que dificulta o monitoramento da evolução na relação estabelecimentos/empregados. Outra questão importante é que como a prefeitura local não tem um monitoramento próprio desta relação nas ACT's, os dados fornecidos são de coleta do MTE, de forma generalizada.

O que fica constatado é que o emprego na atividade turística tem sido mais dinâmico nos municípios que ficam próximos às capitais, isto se deve a fatores como a facilidade de acesso aos aeroportos internacionais e às rodoviárias. Dos selecionados, o município de Ipojuca foi o que apresentou o maior crescimento percentual.

Duas perguntas foram formuladas para determinar em que medida o trabalho dos entrevistados relaciona-se ao setor de turismo: a primeira "Descreva o tipo de trabalho que exerce", objetivando a indicação da profissão de cada entrevistado. A partir das respostas, buscou-se estabelecer uma classificação segundo as seguintes categorias: 1) Diretamente relacionado; 2) Indiretamente relacionados; 3) Não relacionados.

A segunda pergunta "Em que medida o seu trabalho tem alguma relação com o turismo?" buscou mensurar a percepção subjetiva dos entrevistados, cujas respostas abordam duas variáveis: "Meu trabalho não tem nada ou muito pouco a ver com o turismo", e "Meu trabalho tem a ver ou muito a ver com turismo".

Para exemplificar, alguns trechos das entrevistas foram transcritos nesta seção:

Trabalho de auxiliar de cozinha há dois anos 'num' restaurante aqui mesmo em Porto. Graças a Deus, de carteira assinada; já trabalhei em outros restaurantes, aqui mesmo, mas era tudo contrato, no período de chuva, eu era dispensada. Antigamente, eu trabalhava só com faxina de casas, ainda faço, mas agora é quando quero um 'dinheirinho' extra. [...] acho que meu trabalho tem muito a ver com o turismo. (F.C.L, 38 anos)

Sou pedreiro numa firma de construção lá no Cabo de Santo Agostinho e também trabalho por minha conta. Pego muitas reformas aqui em Porto, porque já sou antigo daqui e muita gente vai indicando um ao outro, no boca a boca, sabe? Ganho melhor nessas empreitadas nas casas que o povo vem só pra diversão, e também quando faço reparos em hotéis. Nesses hotéis menores, porque naqueles lá de Muro Alto, nunca troquei nem uma lâmpada [risos]. [...] meu trabalho tem muito pouco a ver

com o turismo. (P.G, 33 anos).

Sou operadora de caixa em um mercadinho que fica na Rua Esperança [principal via do centro de Porto de Galinhas]. Quando é época de final de ano e férias, trabalho mais, porque o mercadinho fica aberto até tarde. Porque tem muita gente aqui em Porto. [...] meu trabalho tem a ver com o turismo (M.A.S, 25 anos).

Moro lá em Nossa Senhora do Ó. Vendo caldinho na praia 'fazem' muitos anos, de quinta a domingo. Também trabalho com venda de 'quentinhas', junto com minha esposa. A gente vende para os trabalhadores lá do centro mesmo. [...] meu trabalho como vendedor de caldinho tem muito a ver com o turismo (J.M.F.N, 46 anos) .

A partir da divisão dos grupos, segundo a forma como os entrevistados se veem, deu-se prosseguimento às entrevistas para compreender o papel do turismo na dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas.

7.1 O papel do turismo na dinâmica socioespacial do trabalho e na absorção da força de trabalho local

Buscou-se analisar o papel do turismo na dinâmica socioespacial do trabalho e na absorção da força de trabalho local. Desta maneira, para analisar a relação entre a função espacial turística local e a dinâmica socioespacial do trabalho no local, foram realizadas pesquisas sobre os tipos de empregos formais e informais relacionados ao processo de urbanização turística.

Para compor a amostra (não-aleatória) da fase quantitativa da pesquisa, optou-se por realizar visitas a cem residências, a figura 15 demarca a área central de Porto de Galinhas, campo das pesquisas realizadas. Isto com o intuito de averiguar se e em que medida os membros das famílias participam do setor de turismo, as condições reais do trabalho e as expectativas deles a respeito.

Figura 12: Imagem de satélite do Centro de Porto de Galinhas



Fonte: Google Earth

Após levantamento e delimitação dos postos que compuseram a amostra, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários, a respeito da origem do pessoal ocupado, a função exercida, a média salarial e outras variáveis.

Além da variável renda, foram utilizadas variáveis relacionadas aos trabalhadores: idade; anos de escolaridade; se residente de área urbana; gênero; se chefe de família ou não; a relação com a ocupação (com carteira, sem carteira, conta-própria, empregador, funcionário público ou militar); o setor de atividade (agricultura, indústria, construção, comércio, administração pública ou serviços sociais, serviços e outros);

Para analisar a participação do turismo na absorção da força de trabalho local, foram investigadas a participação da população local na relação demanda/oferta de postos de trabalhos ligados à atividade turística, e às possibilidades de melhoria das condições de vida do pessoal ocupado, através da realização de entrevistas e aplicação de questionários para coleta de dados.

Com intuito de conhecer algumas características dos trabalhos ligados ao setor, foram entrevistados trabalhadores em atividades formais e informais, principalmente neste último, já que não existem dados registrados a respeito da informalidade. Nas palavras do representante

do poder público local “turismo é sinônimo de emprego, e de oportunidades para a população”.

Contudo, esta ideia, apesar de se concretizar de fato no lugar, não possibilita mudanças nas condições de vida dos trabalhadores. O que não concretiza a ideia de que “o turismo promove desenvolvimento”.

Dos moradores entrevistados, apenas 14% tiveram uma ascensão considerável de vida promovidas pela atividade, como exposto na narrativa de F.S.S, uma ex-trabalhadora ambulante

Eu sempre morei aqui em Porto, lá pelos anos 80 comecei a trabalhar como ambulante na praia, vendendo artesanato, como o turismo aqui foi crescendo, transformei minha casa em uma lojinha de artesanato, as coisas ‘foi’ melhorando e, hoje sou proprietária de uma loja com saída boa. O turismo foi muito bom pra mim.

De fato, o turismo tem possibilitado a introdução da população residente nas ocupações que atendem à função turística. Contudo, não proporciona oportunidades de transformação social e a consequente melhoria das condições de vida. Em sua maioria, naquelas que exigem baixa qualificação e oferecem remuneração baixa. As vagas que exigem maior qualificação, por exemplo, nas grandes redes hoteleiras, são ocupadas por pessoas vindas de outros lugares.

De acordo com os gerentes e empresários, há grande dificuldade em encontrar pessoas com qualificação para assumirem cargos administrativos e de recepção, principalmente por não terem domínio de outros idiomas. Por isso, as vagas disponibilizadas são, geralmente, de camareira e serviço geral.

Foi possível, também, constatar a alta rotatividade, principalmente pela instabilidade da oferta, que é composta por um elevado número de vagas temporárias, e a baixa remuneração, no emprego formal.

Nenhum trabalhador, oriundo do lugar, declarou receber mais que dois salários mínimos mensais. Já entre os trabalhadores informais, estes declararam a variação dos rendimentos ligada à sazonalidade da atividade.

[...] trabalho de recepcionista num hotel, e recebo em torno de 1 ½ salário mínimo (L.C, 22 anos).

[...] sou garçom, ganho um pouco mais que 1 salário mínimo, juntando a gorjeta. Acho que o trabalho de garçom é pesado e o salário é baixo. E olhe que o restaurante é bem movimentado e os preços do cardápio são 'bem salgados', dava para pagar melhor (I.S.N., 31 anos).

[...] Na época de sol, nas férias, tiro um dinheiro 'massa' vendendo espetinho e caldinho. Venho a semana toda, tiro só a segunda 'pra' descansar, e é a melhor época para minha família, tira uma faixa de mais de 2 salários mínimos, somando o meu trabalho, o da minha mulher e do meu filho (R.S, 53 anos).

No que diz respeito à carga horária, trabalham mais de 12 horas diárias. Além disso, cerca de 30% dos entrevistados afirmaram que é preciso realizar outras atividades para sustentação da família, pois “só do turismo não é possível viver” (comerciante da orla).

O turismo contribui para a transformação dos objetos espaciais e suas funções, além das relações sociais através deles estabelecidas. Isto, por exemplo, fica evidenciado nos efeitos do desenvolvimento do turismo nas atividades anteriormente existentes ao desenvolvimento do setor, como o caso da pesca.

O estabelecimento de redes multinacionais, com alta padronização de funções em diferentes lugares do mundo e que concentra o poder e o capital fora do lugar que opera, marca significativamente a produção do espaço turístico e a dinâmica socioespacial de Porto de Galinhas.

O que corrobora a constatação de que os interesses da população local são marginalizados e, apesar da atividade gerar empregos, ela é controlada por interesses externos ao lugar, para onde afluem os lucros advindos da atividade. E, assim, um desenvolvimento exógeno aos interesses do lugar.

Além do aumento das taxas de ocupação dos meios de hospedagem, é perceptível a elevação da dinâmica do comércio local, sobretudo nos meses de novembro a janeiro. Isto quando fica mais forte a participação do turismo na geração da renda do município e na absorção da força de trabalho.

No que concerne aos aspectos relativos à segmentação do mercado de trabalho, o diferencial existente nos meios de hospedagem e restaurantes, entre trabalhadores formais e informais, em geral, figura um elevado grau de informalidade e de contratações temporárias dos empregos.

É importante ressaltar que os trabalhadores informais também exercem influência na produção do espaço ao gerarem outras redes e sistemas no mesmo espaço. Moradores e

trabalhadores residentes ou provindos de bairros e cidades vizinhas motivados pelas transformações advindas das dinâmicas e processos ligados ao turismo.

Moro no Cabo de Santo Agostinho e, sempre nos últimos meses do ano, até fevereiro ou março, venho trabalhar aqui [em Porto], comercializando nas praias daqui. O dinheiro que faço quando tem muito turista compensa o gasto que tenho com a 'condução. Melhor que trabalhar nas praias de lá (J.L., 39 anos).

Sou de Caruaru [...] sempre trabalhei com artesanato, aí quando casei, vim para cá e continuei fazendo minhas peças e vendendo lá junto com minha família e aqui; trabalho em casa e entrego para duas lojas de artesanatos. E já vendi em hotéis para decoração. [...] outra 'vez', ofereci para botar a venda em um desses hotéis grandes, chiques, mais não quiseram, aí não fui em outros não (M.F.N., 53 anos).

Com a inserção da atividade turística na área em epígrafe, outras atividades tradicionais foram sendo substituídas. Assim, grande parte dos pescadores ou abandonaram a atividade ou associaram-se a novas ocupações, como caseiros, ambulantes, comerciantes e jangadeiros. Outros setores, por sua vez, foram estimulados com o advento do turismo, como a expansão da construção civil e do setor de serviços.

Faço parte da associação de jangadeiros [...] trabalho com pesca ainda o ano todo também, mas em tempo que tá cheio de turista, o trabalho com passeio de jangada é muito melhor. Dá pra tirar um dinheiro bom (G.P., 40 anos).

Sou catadora de marisco e também trabalho de caseira faz tempo, na casa de praia de um pessoal de São Paulo, que só vem nas férias de julho e de fim de ano. 'No' restante do ano, a família deles de lá do Recife, sempre vem curtir a praia. [...] gosto porque é um dinheiro extra, que viver só do marisco não tinha condições não (A.S., 51 anos).

Antigamente trabalhava vendendo refeições e lanches em casa e na praia, com meus pais. As coisas foram melhorando, Porto foi crescendo [...] mais gente de fora vindo. [...] minha casa como fica nessa parte do centro, eu fiz um 'puxado' e aos poucos fui melhorando, e hoje tenho esse pequeno restaurante (L.N.S., 29 anos).

[...] quiseram comprar minha casa na época que a praia tava ficando mais conhecida. Ainda outro dia ofereceram um valor muito bom viu [...] gosto de viver aqui. E ainda por cima, uns anos atrás, dividi a casa e alugo. Apesar de, 'às vez', me estressar com barulho e farra do povo, é uma renda certa (R.D.F., 57 anos).

Os setores de alimentação e hospedagem empregam uma fração significativa da mão de obra local, cuja característica em comum que, em geral, possuem é a baixa qualificação e baixos salários, apresentando significativo nível de precariedade.

Alguns são moradores do local, mas grande parte mora nos distritos adjacentes e municípios vizinhos. Os cargos de comando, em sua maioria, são ocupados por pessoas oriundas da capital e da região metropolitana e de outros estados do país, e de outros países.

Os funcionários não possuem perspectivas de crescimento profissional, em relação à remuneração, consideram os salários baixos; o que faz diferença é a ampliação da carga horária, para aumentar os extras ou tirar dias de folgas.

[...] trabalho há quatro anos no hotel como camareira, e sei que não passo disso. Mas tô melhor que muita gente, que só pega contrato. Pelo menos tenho carteira assinada. (S.F, 32 anos).

Acho estressante trabalhar em restaurante. [...] sou garçom. Meu salário é baixo, mas alguns clientes dão um bom agrado. Fora isso, quando tenho muitas horas extras, consigo tirar ou em dinheiro ou escolho folgar (E.N.C, 28 anos).

Os que trabalham em hotéis de grande porte concordam com as condições de trabalho no que tange às perspectivas salariais e de crescimento, mas em contrapartida, apontam vantagens não financeiras, como assistência médica e atividades de lazer.

Trabalhei em um hotel menor por 2 anos, e em outro só nas férias, como temporária. [...] tive a oportunidade de conseguir uma vaga na recepção do resort, e mesmo que o trabalho seja parecido com os outros, tipo salário e horário, ganhei um curso avançado de inglês, para melhorar meu inglês. Além de ter direito a plano de saúde e odontológico (S.L, 25 anos).

Sobre o trabalho dos jangadeiros, que antes do advento do turismo circunscrevia-se às atividades pesqueiras, seguindo as novas funcionalidades estabelecidas no local, eles passaram a trabalhar também como guias do equipamento de passeio e visita às piscinas naturais da praia.

Atualmente, cerca de 100 jangadeiros cadastrados na Diretoria de Turismo e Meio Ambiente Municipal prestam o serviço. Todos do sexo masculino com idade entre 25 e 45 anos. A remuneração varia significativamente entre os períodos de baixa e de alta temporada. Em média, cada jangadeiro fatura aproximadamente 800,00 reais por mês no período de

novembro a janeiro e em julho; e não mais que 500,00 reais mensais no restante do ano. Valores referentes à soma dos pagamentos pelos turistas e pelos patrocinadores, que têm sua marca registrada nas velas das jangadas.

Alguns não são proprietários da jangada, alugando-a. A figura 12 mostra o trabalho dos jangadeiros em Porto de Galinhas.

Figura 13: fotos do trabalho dos jangadeiros em Porto de Galinhas



Fonte: PORTAL OFICIAL DE PORTO DE GALINHAS, 2011

As principais queixas dos ambulantes que comercializam produtos variados em todos os trechos das praias referem-se ao pólo Cupe-Muro alto, ou seja, a zona dos resorts e grandes cadeias hoteleiras, pela baixa movimentação de banhistas na praia, o que se deve ao fato de utilizarem os bares dos próprios hotéis.

[...] parei de tentar vender lá pela área de Muro Alto. Perdia parte do dia só me cansando e vendendo quase nada. Os turistas dali ficam dentro do hotel, e quando vão na praia, não compram nada não, só bem de vez em quando (D.M, 36 anos).

Só fico aqui por Porto mesmo, neste trecho que tem mais gente. Ir até Cupe, Muro Alto é pior, ou descer para Maracaípe, 'tem vez', não acho bom negócio não. Pouca gente que compra caldinho por ali (L.V.Q, 41 anos).

A melhor área para vender, vender bem, é esta aqui de Porto. Não adianta ir para onde o povo não quer comprar nada da gente, que olha estranho, com desconfiança (S.S, 29 anos).

A figura 13 retrata a organização segmentada por cores dos guarda-sóis do trabalho dos barraqueiros na orla da praia de Porto de Galinhas.

Figura 14: fotos aéreas do comércio na orla de Ipojuca



Fonte: PORTAL OFICIAL DE PORTO DE GALINHAS, 2011

A maioria dos comerciantes da praia e ambulantes entrevistados faz bicos para complementar a renda familiar, principalmente devido à sazonalidade da atividade turística. A grande maioria reside nos bairros vizinhos ou na periferia da Vila, tem idade entre 20 e 50 anos, e o grau de instrução não ultrapassa o ensino fundamental.

O turismo para muitos é a principal fonte de renda, muitos trocaram suas atividades anteriores, como a pesca, serviços domésticos, feirantes, trabalhos rurais e outras atividades econômicas, para se dedicarem às atividades ligadas ao turismo.

Pois, para muitos, apesar do turismo não ter mudado significativamente suas condições de vida, as atividades anteriormente realizadas ofereciam ainda menos possibilidades de melhorias das referidas condições.

[...] quando só pescava as coisas em casa ‘era’ muito pior. Graças a Deus hoje tenho o dinheiro da jangada, quando não posso ir, alugo ‘pros’ meus colegas. [...] minha

esposa e minha filha também trabalham na praia vendendo espetinho nos fins de semana. [...] com certeza o turismo ajuda a gente (J.O., 44 anos)

[...] se fosse para voltar a viver só da lavagem de roupa e de faxinas, sei nem como eu tava hoje, que não posso mais pegar no pesado. [...] sou cozinheira 'de' um hotel [...] não ganho muito, mas tenho meu trabalho (S.G., 56 anos).

O comércio ambulante da orla é praticado por 519 pessoas de ambos os sexos, cadastrados na Diretoria de Turismo e Meio Ambiente Municipal. Estima-se, entretanto, que o número seja superior, devido à falta de fiscalização sistemática. Os produtos comercializados são bastante diversificados, desde alimentícios, artigos e acessórios pessoais a serviços de massagem e tatuagem temporária.

A minoria dos ambulantes exerce outras atividades durante a semana, e por isso apenas nos finais de semana é que exercem a atividade comercial, isto porque só trabalham na praia nos dias de folga do trabalho principal. Afirmam também que é porque o fluxo de visitantes durante a semana é baixo, e não compensa se dedicar apenas ao turismo.

Se tivesse muita gente, muito turista na praia o ano todo, como no começo e no final do ano, eu largava o trabalho na loja, e vinha todo dia vender meu cachorro quente na praia [...] só vendo no final de semana (T.N, 33 anos).

O setor privado absorve a força de trabalho local em cargos inferiores devido a não-qualificação profissional, mas também não investem na qualificação dos funcionários. Da mesma forma, os programas de qualificação, educação e formação promovidos pelos órgãos públicos, como os programas do SEBRAE e os projetos de capacitação do Ministério do Turismo, como o 'Olá, Turista', atendem uma parcela muito significativa da população.

É possível então afirmar que, com o advento do turismo, a economia é dinamizada de forma direta e indireta, e, deste processo, é gerado um significativo número de ocupações ligadas ao setor. Contudo, vale ressaltar que os benefícios nem sempre são próximos aos propalados nos discursos enaltecidos da atividade.

As formas de trabalho no turismo normalmente servem como fonte de sobrevivência sazonal, e não como fator de desenvolvimento. A figura 14 retrata o exercício do comércio ambulante na orla da praia de Porto de Galinhas.

Figura 15: foto do comércio ambulante na praia de Porto de Galinhas



Fonte: CPRH

Portanto, o turismo é uma atividade que precisa ter uma gestão consequente, isto é, adequada às realidades locais e regionais. A partir de um modelo de desenvolvimento do turismo baseado na valorização do lugar, de maneira que, além de gerar empregos e renda, possibilite a real inserção dos moradores, e fortaleça a articulação entre os setores econômicos.

As metas para o fomento da atividade compatibilizariam o desenvolvimento da atividade com a preservação dos recursos naturais, e o crescimento econômico com o desenvolvimento social.

Pois, ao se desenvolver o setor, pautado em políticas públicas de interesse econômico, um ônus social muito elevado é gerado para as comunidades. Inviabilizando a contribuição do setor para a promoção do desenvolvimento efetivo das pessoas. Neste sentido, ressalta-se a importância de políticas públicas de interesse social, para que novas realidades sejam construídas.

7.2 A percepção dos moradores quanto à melhoria das condições de vida a partir da ocupação na atividade

Nesta etapa da pesquisa, buscou-se analisar a percepção dos moradores que trabalham no setor quanto à melhoria das condições de vida a partir do momento em que se ocupam com a atividade, bem como quanto às variáveis qualitativas do trabalho exercido. Foram abordadas questões como gênero, ocupação, rendimento, sindicalização, entre outros fatores.

Como parâmetro para a pesquisa, a unidade-base de análise escolhida foi o trabalhador. Especificamente, os indivíduos na faixa etária compreendida entre 18 e 60 anos, ativamente exercendo alguma ocupação, seja como empregados, empregadores ou trabalhadores autônomos.

Para analisar a percepção sobre os benefícios socioeconômicos individuais e trazidos para o lugar pelo turismo, foram realizadas entrevistas com moradores que atuam, formal e informalmente, em atividades ligadas ao setor. O que tornou possível mensurar a opinião da população residente e suas percepções acerca dos benefícios trazidos a partir do desenvolvimento do turismo.

A primeira parte da pesquisa de campo refere-se à escolha intencional, por atividades, ligadas ao setor de turismo. Assim foram selecionados funcionários de meios de hospedagem de grande, médio e pequeno porte, bares e restaurantes, locadoras de veículos e lojas. Já em relação aos trabalhadores autônomos e informais, foram entrevistados ambulantes, taxistas, jangadeiros e barraqueiros da orla.

Ficou constatado que as pessoas cujas ocupações relacionam-se diretamente com o turismo vêem o setor como fonte importante do desenvolvimento econômico do município, mas são mais crítica em relação ao desenvolvimento da atividade, no que diz respeito às condições e formas de trabalho.

Acho sim que o turismo trouxe trabalho pra população daqui [...] mas acho que os empregos nos hotéis, restaurantes, pagam pouco e a gente trabalha muito. E também tem o lado ruim de a gente sempre achar que quando chega o tempo que o movimento é fraco, ser demitido, e quem trabalha temporário, sempre é dispensado. É complicado (F.S, 29 anos).

Aqueles que trabalham no setor vêem a atividade turística como uma parte dinâmica da economia local, no que tange à criação de postos de trabalho. Os residentes cujos trabalhos

não se relacionam à atividade atestam a importância da atividade para o lugar. Contudo acreditam que apesar da possibilidade de ascensão social ser restrita, as oportunidades de melhoria de vida são reais, pois mesmo ruim com o turismo, muitas famílias estariam ainda pior se não houvesse a atividade no lugar.

[...] o turismo é importante para Porto. Para Ipojuca, no geral, porque as pessoas podem vir de onde quiserem e trabalhar aqui, comercializar na praia, tentar um trabalho ou um extra. Quantas pessoas hoje não tiram o sustento da família por causa do turismo? Isso é bom. [...] o turismo não enrica o pessoal, claro, mas eu acho que melhora um pouco a vida do povo (P.P, 34 anos).

Ambos os grupos acreditam que o turismo traz impactos negativos aos recursos naturais. Mas, para o primeiro grupo, os malefícios são compensados se pensar nas famílias que tiram o sustento da “exploração dos turistas”. O segundo grupo já se sente mais afetado pelo comprometimento das condições de vida: poluição sonora, excesso de pessoas, superlotação de ônibus, e outros efeitos sobre o cotidiano. Como no dizer de C.B., uma antiga moradora

[...] em época de férias, evito sair, prefiro ficar em casa com minha família. Tudo aqui ficou muito diferente. Quando vamos à praia tenho até a impressão de que os visitantes somos nós. A gente não fica mais a vontade nem em casa, tem que fechar janelas. E fora a barulheira. As piadas que ouvimos desses jovens que acham que a vida é só curtidão.

De modo geral, as pessoas que exercem atividades ligadas ao turismo têm opiniões mais positivas a respeito do setor, mas também se sentem menos seguras sobre o futuro, pois se julgam mais vulneráveis, devido à sazonalidade da atividade, contratos temporários e alta rotatividade.

Acho que o turismo melhorou a vida de muita gente. Porque mesmo que a gente não lucre muito o ano todo, se não tivesse, como é que seria? O problema é que nos meses que o movimento é fraco, a coisa fica feia. A gente se vira como pode. Mas nos meses que a praia fica lotada, dá pra ganhar dinheiro (D.N.L, 42 anos).

Como a população cujo trabalho não se relaciona com o turismo não teria sua renda familiar ameaçada com o crescimento ou declínio da atividade, eles não se sentem afetados quanto às características da atividade, sua expansão ou declínio.

Outra característica apontada é a separação territorial do turismo, traduzida na existência de espaços criados voltados para um grupo abastado, como é visto nas principais ruas de Porto de Galinhas, e como fica evidenciado na figura 16 que se refere ao centro comercial próximo à orla. E isto fica evidente pela desigualdade e exclusão da população local dos benefícios gerados pelo turismo e, por outro lado, na exploração do turista ao máximo. Bem como na quebra da convivialidade, pela relação psicossférica de segregação existente.

Figura 16: centro de lojas em Porto de Galinhas



Fonte: arquivo pessoal

Quanto à relação do trabalho dos entrevistados com o setor do turismo, ambos os grupos de pessoas cujo trabalho está ligado ao turismo e o que não se relaciona, pensam que o turismo causa problemas para os serviços básicos do município, contudo os trabalhadores cujo trabalho não tem nada a ver ou muito pouco a ver com o turismo foram mais severos quanto às críticas. A maioria culpou a falta de planejamento urbano e de planejamento do turismo, e os demais acreditam que a questão ocorre pela busca apenas de benefícios econômicos dos empresários ligados ao turismo.

Não acho que “a gente morador tenha” que pagar pelos transtornos, quando a prefeitura, o governo, deveria cuidar para o turismo não piorar a vida de ninguém. Abastecimento de água, lixo, esgotos, tudo isso deveria ser mais organizado (C.D.S, 40 anos).

[...] tudo tem um lado bom e um ruim. O problema é que os turistas acham que podem tudo. E parece que se faz tudo para eles se acharem donos, para voltar 'né'? Quem fica rico com o turismo 'é' os donos de hotéis, os empresários, e não sofrem os problemas que a gente daqui sofre, tudo fica ruim, água, energia, a 'barulheira', mercado cheio demais [...] Dos meses mais agitados nem falo. Eu que trabalho como plantonista em hospital, sofro para ter sossego em casa (R.P, 25 anos).

A especulação imobiliária, a partir da valorização e venda de terrenos, e apropriação para fins comerciais e recreativos, acabou por ocasionar o afastamento da população mais carente, e o surgimento de uma nova classe de proprietários, muitos dos quais usuários como residências secundárias, cujo serviço caseiro é exercido por pescadores e outros.

Com o encarecimento dos produtos básicos e alimentícios, alguns agricultores passaram a cultivar frutas para comercialização na área turística, e famílias começaram a comprar esses gêneros fora do lugar. Todos gostariam que houvesse uma valorização e investimento para organizar as propriedades rurais para fins de visitação e uso dos turistas.

Mudanças também para a “comunidade” pesqueira, que além da questão de posse da terra, tentam auferir proveitos da atividade turística de outras formas.

Diversos problemas sociais existem no lugar o que não pode ser atribuído única e exclusivamente ao turismo. No caso de Porto de Galinhas, para a maioria dos entrevistados, a atividade além de aumentar naquela parcela do território a mendicância, o trabalho infantil, a degradação urbanística, em relação aos trabalhadores por conta própria, também a exploração dos visitantes como forma de melhorar as próprias condições de vida. O que se deve, mormente, às especificidades de uma formação socioespacial de região subdesenvolvida.

Eu acho que o turismo trouxe emprego, mas trouxe um 'monte' de prejuízo também. Água fica ruim, energia fica dando queda, e os pais que trazem os filhos para trabalhar na praia junto, ou pra ficar pedindo um trocado (E.L, 37 anos).

O que vejo é que como tem muito turista, gente com dinheiro, o pessoal quer tirar dinheiro fácil. Aí 'botam' os preços lá em cima, principalmente quando é turista de fora (B.C, 52 anos).

O discurso otimista sobre os benefícios sociais e econômicos trazidos pelo discurso do desenvolvimento pela atividade turística não condiz com a realidade. E isso, uma vez que o processo de urbanização, pautado na apropriação do espaço e exclusão da força de trabalho,

tem levado a uma relação controversa entre discursos e práticas no que tange aos impactos e benefícios na e para a sociedade.

Portanto, o turismo não tem contribuído para a melhoria do padrão de vida da maior parcela da população empregada no setor, e as ocupações têm baixa qualidade em termos de condições de exercício, não proporcionando o bem estar de todos. Isto acontece uma vez que as oportunidades de avanço socioeconômico disseminadas se dão apenas para uma minoria, em geral para empresários vindos de fora do lugar, que ficam com o lucro da atividade. Portanto, o que fica para a população é pouco significativo para efetivar a mudança social.

Com a valorização das áreas consideradas do ponto de vista da mercadização do espaço pelo turismo, uma grande parcela de moradores sofreu diretamente os efeitos da segregação socioespacial, passando a viver no entorno da vila.

Por este processo de expulsão das classes menos favorecidas economicamente, áreas de mangue passaram a ser ocupadas por diversas famílias, cuja maioria ou liga-se ao setor turístico de maneira informal ou não tem ocupação relacionada à atividade ou está desempregada.

Dentro desse parâmetro de condições de vida adversa e perversa, a realidade para esses moradores retrata a face oculta do desenvolvimento do turismo: pobreza extrema, deficiência de infraestrutura básica, moradia precária.

Deste modo, o desenvolvimento da atividade turística em Porto de Galinhas não tem proporcionado a inserção da população na cadeia econômica e produtiva desencadeada pelo turismo, tampouco possibilitado a melhoria da qualidade de vida no lugar.

A partir das análises expostas é possível afirmar que a atividade turística, apesar de ter contribuído para o crescimento da vila de Porto de Galinhas, e para a conseqüente geração de postos de trabalhos e ocupações variadas, grande parcela dos moradores exerce atividades com rendimentos baixos e sem perspectivas de ascensão profissional ou melhoria substancial das suas condições de vida.

7.3 Ponderações iniciais acerca da necessidade de possíveis relações de articulação entre as atividades turísticas

O intuito desta seção é tecer considerações a respeito das possíveis relações de articulação das atividades turísticas como questionamento de base para estudos posteriores.

Para investigar as articulações setoriais, foram realizadas análise sobre as interrelações entre os setores formais e informais, das atividades econômicas locais que se relacionam com o setor turístico.

Através de entrevistas com os gestores públicos, com os funcionários de nível gerencial dos estabelecimentos ligados às atividades características do turismo (ACT's), e outras ocupações formais e informais. Isto, no intuito de averiguar as possíveis relações entre as atividades para que os produtos e serviços ligados ao setor tenham uma relevante participação na cadeia de circulação do turismo.

Contudo, o que ficou evidenciado, é que o sistema de circulação de bens e serviços ligados ao turismo, caracterizado pela exploração do trabalho e concentração de renda, não propicia uma integração entre as atividades locais, desenvolvendo-se alheio à integração das relações sociais e à gestão de um turismo inclusivo. De forma que não há uma articulação estruturada entre a atividade e os demais setores de ocupação da população.

Apenas algumas categorias profissionais ligadas ao turismo estão organizadas em associações de classe, o anexo 18 apresenta as associações existentes no lugar. Ainda assim não estão bem estruturadas e falta de organização social, cuja maioria se dá em relação ao setor informal, como a de pescadores-jangadeiros e de catadores de material reciclável e de profissionais do setor hoteleiro.

São quase inexistentes as formas de articulação entre comerciantes locais e ambulantes. Algumas lojas de roupas e artigos pessoais e de artesanato têm parceria com os ambulantes para comercialização dos produtos na praia, e com moradores para produção em casa.

Seria necessária a articulação direta da cadeia produtiva do turismo, visando a organização da atividade, diversificação dos produtos, diminuição dos custos de aquisição da matéria-prima e demais insumos para os ambulantes, maior interação entre produtores e bares, restaurantes e hotéis.

A direta articulação da cadeia produtiva possibilita que o conjunto de atores econômicos, políticos e sociais interajam para a organização das atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

Tais medidas colaborariam para o fortalecimento da sociedade local, e assim, a articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística, possibilitaria não apenas a geração de emprego e renda, mas contribuiria para a inclusão social, de fato.

Neste sentido, a falta de gestão para a articulação das atividades turísticas, impossibilita também a articulação, em uma esfera mais abrangente, das demais atividades econômicas locais que possam se relacionar indiretamente ao setor turístico.

Portanto, o conjunto de problemas apontados durante toda a pesquisa funciona como impeditivos às mudanças socioeconômicas efetivas em Porto de Galinhas, através da atividade turística. Porque a urbanização turística contribui para diversificar a economia do lugar, mas não promove o desenvolvimento anunciado nos discursos que estimulam os investimentos no turismo, reproduzindo a lógica capitalista de exploração e precarização do trabalho.

CONCLUSÃO

Em conformidade com os pressupostos teóricos apresentados durante a pesquisa, a urbanização turística é uma nova forma de configuração dos lugares que possuem potencialidades turísticas. Este tipo de urbanização, ao atribuir novas funções aos lugares, promove articulações entre local e global, ressignifica usos e paisagens, e representa uma forma contemporânea de espacialização social, inserida na lógica capitalista que produz lugares como produtos para o consumo e o lazer.

À medida que novos objetos são inseridos no território atendendo aos interesses dos grupos sociais, a dinâmica e a configuração espacial são alteradas. Não diferentemente, na urbanização turística, um novo sistema de objetos é inserido no espaço como resposta a um novo sistema de ações.

As demandas dos grupos sociais dominantes sobre o espaço ocasionam, como verticalidades, o surgimento de novas funções espaciais, como o caso da função turística, e influenciam as expectativas e aspirações socioeconômicas dos habitantes do lugar; modelando-as.

As opiniões dos moradores dependem da sua percepção quanto aos benefícios e custos resultantes do turismo, ou seja, a relação entre o cotidiano dos moradores e sua dependência do turismo. Atualmente, os reflexos da atividade turística em Porto de Galinhas-PE tem evidenciado inúmeros impactos: uso e ocupação desordenada do solo, exclusão social, rede hoteleira em expansão, amplo mercado imobiliário, comércio supervalorizado, concentração da geração de resíduos sólidos, entre outros.

Após o advento da moradia de segunda residência pelas classes sociais mais abastadas, o turismo despontou como forte atividade econômica. Fato que repercutiu na urbanização e na dinâmica socioespacial do trabalho, através da diversificação das formas de ocupação e empregos formais e informais, sem, contudo, representar ganhos significativos para a população do lugar.

Isto porque as principais características da ocupação na prestação de serviços aos turistas são atividades de remunerações baixas, elevada informalidade e alta sazonalidade. De maneira que as novas formas de ocupação surgidas a partir da turistificação do lugar não absorvem a demanda existente, nem possibilitam o aumento do padrão de vida dos empregados.

É possível que a subjetividade do habitante seja suplantada pela subjetividade do visitante, no que diz respeito à configuração das novas representações sociais a partir do conflito entre identidade local e produção do lugar pautado na materialização dos desejos dos turistas.

A partir dos resultados das entrevistas, o que fica constatado é que a população local não possui uma relação de identidade com os espaços de lazer e turismo, e sente negado o direito de acesso ao trabalho como ferramenta para melhoria de vida, como é dito a respeito da atividade.

Assim, apesar da atividade turística contribuir para que haja, em certa medida, aumento e diversificação dos postos de trabalho nos diversos lugares em que acontece, a condição de vida dos trabalhadores não se alterou, no que diz respeito ao aumento da renda familiar.

Apesar do processo de urbanização de Ipojuca ter propiciado a inserção do turismo como fator de diversificação da economia local, o que ficou evidente com a pesquisa é que o desenvolvimento do turismo não está promovendo o avanço social e a integração dos habitantes do lugar na dinâmica socioespacial do trabalho.

Neste sentido, a atividade não proporciona benefícios significativos para a população local, no que diz respeito à geração de emprego e ao aumento e redistribuição de renda. Portanto, sem uma gestão consequente do território e da atividade, o turismo continuará a reproduzir e aumentar as desigualdades à medida que sua efetivação no lugar se dá de forma excludente e não-integrada à dinâmica da sociedade local, causando a desvalorização social do espaço e o agravamento das distorções sociais.

Isso acontece de forma que interpretar as relações entre forças e atores sociais na dinâmica do lugar possa levar à estruturação de políticas para compreensão do valor da vida e da civilidade, através de ações efetivas para a valorização social do espaço e a consequente formação de “lugares para todos”.

Não é possível desenvolver um planejamento eficaz para a atividade de turismo se as atitudes da população residente não são conhecidas e levadas em consideração, enquanto horizontalidades. Em Porto de Galinhas, o turismo desponta como alternativa de rentabilidade, sem uma crítica análise acerca dos impactos e custos sociais gerados no lugar.

Ao tornar o espaço como um produto turístico, os visitantes consomem apenas aquela parcela do lugar cujas novas paisagens são moldadas, não possuindo contato algum com as condições precárias de vida dos moradores que circundam o lugar.

Como os lucros do turismo são frutos da exploração do trabalho, o ideal é que o desenvolvimento do setor esteja pautado não apenas como mero catalisador de emprego e renda, mas que as possibilidades de melhorias sociais econômicas sejam reais. É preciso, também, atenuar as altas taxas de informalidade a partir da inserção e inclusão dos trabalhadores na cadeia produtiva do turismo, com instrumentos e regulamentações legais.

Esperamos que esta pesquisa torne possível dar contribuições que possam orientar as políticas públicas de desenvolvimento urbano e turismo, visando à valorização social do espaço e do trabalho, e à promoção da qualidade de vida no local. Traduzindo-se na promoção do bem-estar social, na medida em que possa garantir a igualdade de direitos e condições aos cidadãos, em todas as esferas da vida humana. Por fim, que seja possível outra forma de turismo que permeie o cotidiano do lugar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquíria Leão. **Lukács, um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

_____. **Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. n. 2, p.p 09-24, 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v2n2.pdf> Acesso em 03 de março de 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

ÁRIAS, Alfonso Rodriguez; BARBOSA, Maria Alice Cunha; ZAMBONI, Roberto Aricó. **Uma leitura da evolução recente do mercado de trabalho do setor de turismo no Brasil com base nos dados da PNAD e da RAIS**. Novembro 2003. IPEA. Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil (SIMT). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/01_Evolucao_novembro2003.pdf Acesso em: 20 de maio de 2011

ÁRIAS, Alfonso Rodriguez; ZAMBONI, Roberto Aricó. **Sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo**. Março de 2009. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/turismo.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas/SP: Papius, 1994.

AULICINO, Madalena Pedrosa. **Turismo e estâncias: impactos e benefícios para o turismo**. São Paulo: Futura, 2001.

AZEVEDO, Abilio Moacir; OLIVEIRA, Livia. Políticas territoriais e padrões urbanos atuais em São José do Rio Preto. In: **Paisagens geográficas e desenvolvimento territorial**. Rio Claro: UNESP, AGETEO, 2005.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

_____. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.

_____. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000

BARROS, Nilson Cortez Crocia. Quatro comentários sobre paisagem e região. In: SÁ, Alcindo J. de; CORRÊA, Antonio C. de B. (Org.). **Regionalização e análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

_____. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1998.

BARROS Jr., Noberto Francisco de. **A Dinâmica Espacial e a Reorganização Territorial do Litoral de Ipojuca: Porto de Galinhas – A Emergência de um Espaço Turístico**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização. As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BAUDRILLARD, J. **La société de consommation**. Paris: Ed. Denoel, 1970.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

BECKER, Bertha K. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=1016&article=3&mode=pdf>. Acesso em: 06 de fev de 2011.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; BITOUN, Jan. Debatendo o espaço geográfico: contribuições a partir do programa de saúde ambiental da cidade do Recife-PE. In: SÁ, A.J. de; CORRÊA, A.C. de B. (Org.). **Regionalização e análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em:

http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/plano_nacional_de_turismo_pnt_2007_2010.pdf
Acesso em: 14 de jan de 2011

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2011/2014**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf Acesso em 20 de jan de 2011

CAMMARATA, Emilce. El turismo como práctica social y su papel en la apropiación y consolidación del territorio. In: Lemos, Amalia; Arroyo, Mónica; Silveira, María Laura (org). **América Latina: cidade, campo e turismo**, Sao Paulo: Universidad de Sao Paulo, 2006

CAMPOS, Antônio Carlos; CAMPOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. IN: **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CÁRCAMO, Carolina; MANTOVANELI JR, Oklinger; et al. **Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/.../turismo/seminarios/.../GT11-A8.pdf>> Acesso em 13 de março de 2010.

CÁRCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Paulo. **Planejamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais**. Disponível em: <www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2010.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. **Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico**. Revista Geografia: Recife: UFPEDCG/NAPA, vol.15, n. 01, jan/dez, 1999.

_____. Turismo e processo de produção do espaço geográfico: prolegômenos a quem deseja fazer uma análise geográfica do turismo. In: SÁ, A.J. de; CORRÊA, A.C. de B. (Org.). **Regionalização e análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

_____. Turismo e espaço geográfico: turismo como uma prática socioespacial reforçadora de uma economia urbana voltada aos interesses do mercado. In: CASTILHO, C.J.M de;

VIEGAS, J.M. (Org.). **Turismo e práticas socioespaciais: múltiplas abordagens e interdisciplinaridades**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CAZES, Georges. **Tourisme et tiers-monde un bilan controversé**. Les nouvelles colonies de vacances? Paris: L'Harmattan, 1992.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

COELHO, Margarida Hatem Pinto. **Distribuição espacial da ocupação no setor de turismo: Brasil e regiões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. IN: **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: Castro, Iná Elias; et al.(org) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, Helena; SAWYER, Donald; NASCIMENTO, Elimar. **Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade**. Revista brasileira de pesquisa em turismo. V.3. n.3. p. 57-79, dez 2009. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/arquivos/f.pdf>> Acesso em 27 de março de 2010

CPRH. **Diagnóstico do turismo de Pernambuco**. Ipojuca. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/PNMA2/diagnostico-turismo/turismo2-ipojuca.pdf>> Acesso em: 27 de março de 2010

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de.; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

DEÁK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias; et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

EMPETUR. **Inventário do Potencial Turístico de Pernambuco**. Recife, 2008.

FIDEM. **Caracterização do município de Ipojuca**. Recife, 2011.

FIGUEROLA, Manuel. **Teoría econômica del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1985

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GEORGE, Pierre. **Populações Ativas**. São Paulo: Difel, 1979.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

_____. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000 – 2005**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.bme.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 de junho de 2011

_____. **Contas regionais do Brasil. 2005 – 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>> Acesso em: 29 de maio de 2010.

IPEA. **SIMT**. Estimativas referentes à dimensão da mão de obra informal nas atividades características do turismo com base nos dados da PNAD 2006, para o Brasil, regiões e estados. Brasília: IPEA, maio de 2008a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/14_estimativas_da_mao_de_obra_informal_do_turismo_maio_2008.pdf> Acesso em: 11 de janeiro de 2010

_____. **SIMT**. Estimativas referentes ao rendimento médio da ocupação formal em atividades características do turismo, com base em dados da GFIP. Brasília, outubro de 2008b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/16_estimativas_do_rendimento_medio_da_ocupacao_formal_outubro_2008.pdf> Acesso em: 11 de janeiro de 2010

_____. **SIMT**. Estimativas da mão de obra formal ocupada em atividades características do turismo, para 20 municípios indutores do turismo dezembro 2002 – setembro 2008. Brasília, novembro de 2008c. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/17_estimativas_da_mao_de_obra_formal_ocupada_emacts_para_20_municipios_novembro_2008.pdf> Acesso em: 11 de janeiro de 2010

_____. **SIMT**. Estimativas da mão-de-obra formal ocupada em atividades características do turismo, para 20 municípios indutores do turismo de dezembro 2002 a setembro 2008. Brasília, novembro de 2008d. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/17_estimativas_da_mao_de_obra_formal_ocupada_emacts_para_20_municipios_novembro_2008.pdf> Acesso em: 11 de janeiro de 2010

IPOJUCA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Ipojuca. **Diagnóstico socioambiental e econômico do município de Ipojuca**. Disponível em <<http://www.ipojuca.pe.gov.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2010.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1993

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEMOS, Amália Ines Geraiges de. Turismo, modernidade e globalização: São Paulo, metrópole mundial. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA, Patrícia Carla Sitônio. **Desenvolvimento local e turismo no pólo de Porto de Galinhas – PE**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2005.

LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. Revista GEOgraphia, Niterói, n.1, p. 71-92, 1999

LOPES Jr., Edmilson. População e meio ambiente nas paisagens da urbanização turística do Nordeste: o caso de Natal. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs.). **População e Meio Ambiente: Debates e Desafios**. SENAC, São Paulo: 2000

LUCHIARI, M^a Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini e LUCHIARI, M^a Tereza D. P. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 2003.

MARX, Karl. **Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

MASCARENHAS, Gilmar. **Cenários contemporâneos da urbanização turística**. Caderno Virtual de Turismo, vol.4, n.4, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=65>> Acesso em 14 de fevereiro de 2010

MATIAS, Karla Cristinne de Oliveira. **Políticas públicas para geração de empregos: considerações sobre o PROGER Turismo**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2008.

MELIANI, Paulo Fernando. **Crítica à estética da mercadoria no turismo: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Inovações Tecnológicas e Novas Formas de Gestão do Trabalho**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.

_____. **As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho**. Revista Geográfica. Bauru, n.20, p.10-13, 2001.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MULLINS, Patrick. **Tourism urbanization**. International Journal of Urban and Regional Research. XV-93, 1991, p. 326-42. Disponível em: <<http://www.ijurr.org/view/index.html>> Acesso em 14 de fevereiro de 2010

NOLETO, Marlova J; WERTHEIN, Jorge. A UNESCO e o compromisso com o desenvolvimento e o combate à pobreza. In: **Pobreza e desigualdade no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2004.

OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES. **Regiões metropolitanas do Brasil**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/download/observatorio_RMs2010.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2011.

OMT. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

_____. **Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais**. Madrid: OMT, 2004.

_____. **World Tourism Barometer**. v. 7, n. 2. Madri, junho 2009.

_____. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

_____. **Barômetro Mundial do Turismo**. Vol. 8 Número 1. Madri: OMT, 2010.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: editora Alínea, 2005.

_____. **Turismo em Florianópolis**: uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis: editora da UFSC, 1998.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. **A cidadania negada**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/educacion/paiva.pdf>> 2001.> Acesso em: 14 de abril de 2010

PEARCE, Douglas G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, Aécio José. **Sustentabilidade turística**: uma análise dos problemas de gerenciamento na faixa de praia em Porto de Galinhas-PE. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2005

PERNAMBUCO. Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. **Diagnostico socioambiental e Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do litoral sul**. Recife. 1999.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. São Paulo: FGV, 1989.

PORTAL OFICIAL DE PORTO DE GALINHAS. **Fotos de Porto de Galinhas**. Disponível em <<http://www.visiteportodegalinhas.com/>> Acesso em: 12 de janeiro de 2010

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço**: Turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001

PRAINHA DO CANTO VERDE. **Turismo comunitário e sustentável**. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.org/>> Acesso em: 30 de março de 2010

RAMOS, Lauro. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. In: **Brasil, o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

_____. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

ROLIM, Zionam Euvécio Lins. Turismo no Brasil: crescimento do turismo doméstico, concentração regional e emergência do pólo nordestino. In: Lima, João Policarpo Rodrigues (org.) **Economia e Região, Nordeste e economia regional: ensaios**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SACK, Robert. **Human territoriality. Its theory and history**. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: editora universitária de São Paulo, 2009.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: editora universitária de São Paulo, 2007.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Ensaio sobre a urbanização Latino-Americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Testamento intelectual**/Milton Santos. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência**

universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; Turismo e Urbanização. In: Rodrigues, Adyr B. (org.) **Turismo, modernização e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SWARBROOKE, Jonh. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2000.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMAZ Jr., Antônio. **Por uma geografia do trabalho!** Reflexões preliminares. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. B. Vol. VI, núm. 119 (5), 1º de agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>> Acesso em 28 de agosto de 2010

TORRES, Rebeca. Cancun's tourist development from a Fordist spectrum of analysis. In: **Tourist Studies**, 2002, v. 2, n. 1, p. 87-116.

ULYSSEA, Gabriel. **Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 03 de março de 2011

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel Sesc, 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 2003.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2009-2010**. Disponível em: <http://www.weforum.org/pdf/GCR09/GCR20092010fullreport.pdf> . Acesso em: 4 de maio de 2011.

Apêndice A – Roteiro de entrevista



Universidade Federal De Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

SÍNTESE ROTEIRO DE ENTREVISTA – Prefeitura municipal de Ipojuca

1. Quais os critérios utilizados para selecionar as áreas prioritárias de investimentos turísticos?
2. Existe algum mecanismo vigente para o monitoramento e análise do mercado de trabalho no turismo local e sua evolução?
3. Que programas existem e se há algum atrelamento entre as políticas locais, estaduais e federais para promoção do trabalho no setor de turismo na localidade?
4. De que forma a prefeitura municipal trabalha para a inserção e inclusão dos moradores locais no mercado de trabalho no setor de turismo?
5. Quais as estratégias presentes no planejamento da atividade turística no município no que concerne a dinâmica do trabalho?
6. O que tem sido efetivado no lugar condizente com o discurso que enaltece o turismo como vetor de desenvolvimento social e econômico?
7. Que melhorias podem ser apontadas à população residente no que concerne o desenvolvimento do turismo e o mercado de trabalho?

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Apêndice B – Questionário aplicado aos trabalhadores locais

Universidade Federal De Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES EM PORTO DE GALINHAS

1. Sexo F M

2. Faixa etária
 18 - 25 42 - 49
 26 - 33 50 - 57
 34 - 41 58 - 65

3. Escolaridade
 analfabeto ensino médio
 ensino básico ensino superior
 ensino fundamental pós-graduação

4. Local de domicílio
 Ipojuca - Porto de Galinhas e adjacências
 Ipojuca – centro e adjacências
 Ipojuca – área rural
 RMR – reside a menos de 50km de Porto de Galinhas
 RMR – reside a mais de 50km de Porto de Galinhas
 Outros

5. Deslocamento para o trabalho
 não há deslocamento (resido e trabalho no mesmo local)
 diário - não necessita utilizar transporte coletivo
 diário – necessita utilizar transporte coletivo/carro

- semanal
 quinzenal
 mensal

6. Profissão/ ocupação

Principal _____
tempo _____
Secundária _____
tempo _____

7. Produção própria? sim não8. Trabalha por conta própria? sim não

9. Carga horária e regime de folga _____

10. Faixa de rendimento

- menos de 1 SM
 mais de 1 SM a 2 SM
 mais de 2 SM a 3 SM
 mais de 3 SM a 4 SM
 mais de 4 SM a 5 SM
 superior a 5 SM

11. Meu trabalho está relacionado ao setor de turismo

<input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente	<input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente
---	---	--	---	---

12. Em períodos de alta temporada, exerço atividades ligadas ao turismo para aumentar minha renda.

<input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente	<input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente
---	---	--	---	---

13. As ocupações ligadas ao turismo apresentam grande perspectiva de melhoria das condições de vida do empregado

<input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente	<input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente
---	---	--	---	---

ANEXO 1 - Subatividades da classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas que compõem os setes grupos de ACTs: Alojamento, Alimentação, Transporte, Auxiliar de Transporte, Agências de Turismo, Aluguel de Transporte e Cultura e Lazer.

Grupo 1: Alojamento, com 2 ACTs:
Código 55.10-8: Hotéis e similares
Código 55.90-6: Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
Grupo 2: Alimentação, com 3 ACTs:
Código 56.11-2: Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
Código 56.12-1: Serviços ambulantes de alimentação
Código 56.20-1: Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada
Grupo 3: Transporte com 16 ACTs:
Código 49.12-4: Transporte metroviário de passageiros
Código 49.21-3: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana
Código 49.22-1: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional
Código 49.23.0: Transporte rodoviário de taxi
Código 49.29-9: Transporte rodoviário de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente
Código 49.50-7: Trens turísticos, teleféricos e similares
Código 50.11-4: Transporte marítimo de cabotagem
Código 50.12-2: Transporte marítimo de longo curso
Código 50.21-1: Transporte por navegação interior de carga
Código 50.22-0: Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares
Código 50.30.1: Navegação de apoio
Código 50.91-2: Transporte por navegação de travessia
Código 50.99-8: Transporte aquaviário não especificado anteriormente
Código 51.11-1: Transporte aéreo de passageiros regular
Código 51.12-9: Transporte aéreo de passageiros não-regular
Código 51.30-7: Transporte espacial
Grupo 4 Auxiliar de Transporte, com 8 ACTs:
Código 52.21-4: Concessionárias de rodoviárias, pontes, túneis e serviços relacionados

Código 52.22-2: Terminais rodoviários e ferroviários
Código 52.23-1: Estacionamento de veículos
Código 52.29-0: atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
Código 52.31-1: Gestão de portos e terminais
Código 52.32-0: Atividades de agenciamento marítimo
Código 52.39-7: Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente
Código 52.40-1: Atividades auxiliares dos transportes aéreos
Grupo 5: Agências de Turismo, com 3 ACTs:
Código 79.11-2: Agências de viagens
Código 79.12-1: Operadores turísticos
Código 79.90-2: Serviços de reserva e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
Grupo 6: Aluguel de Transporte, com 2 ACTs:
Código 77.11-0: Locação de automóveis sem condutor
Código 77.19.5: Locação de meios de transporte, exceto automóvel, sem condutor
Grupo 7: Cultra e Lazer, com 12 ACTs
Código 90.01-9: Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
Código 90.02-7: Criação artística
Código 90.03-5: Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
Código 91.02-3: Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares
Código 92.00-3: Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
Código 93.11-5: Gestão de instalações de esportes
Código 93.12-3: Clubes sociais, esportivos e similares
Código 93.13-1: Atividades de condicionamento físico
Código 93.19-1: Atividades esportivas não especificadas anteriormente
Código 93.21-2: Parques de diversão e parques temáticos
Código 93.29-8: Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Fonte: COELHO, 2008

ANEXO 2 - Mapa turístico de Porto de Galinhas - equipamentos de apoio ao turismo



- HOTELS E RESORTS**
- 01- Mariposa Suites Muro Alto
 - 02- Hotel Narnai Beach Resort
 - 03- Hotel Summerline Beach Resort
 - 04- Hotel Marinho Muro Alto
 - 05- Beach Class Resort Muro Alto
 - 06- Hotel Pontal de Ocupará
 - 07- Hotel Village Porto de Galinhas
 - 08- Hotel Marquês Porto de Galinhas
 - 09- Hotel Resort & Spa Porto de Galinhas
 - 10- Hotel Portal Atlântico
 - 11- Best Western Solar Porto de Galinhas
 - 12- Hotel Armação de Porto
- POUSADAS**
- 13- Pousada Tatuquã
 - 14- Pousada Porto do Colibri
 - 15- Pousada Marambá do Porto
 - 16- Pousada do Galo
 - 17- Pousada Ecoporto
 - 18- Pousada Perda do Porto
 - 19- Pousada Luar das Marés
 - 20- Pousada Real
 - 21- Pousada dos Cocoritos
 - 22- Pousada KI Mar
 - 23- Pousada Recanto Sertões do Porto
 - 24- Pousada Casarão Neves
 - 25- Pousada Renascer
 - 26- Pousada Tatuajuba
 - 27- Pousada Recanto dos Corais
 - 28- Pousada Maracaipe
 - 29- Pousada Maracaipe
 - 30- Pousada Koiá
 - 31- Pousada dos Beliz-Flores
 - 32- Pousada Capelães de Areia
 - 33- Pousada Bore Koko
 - 34- Pousada Aco-iris
 - 35- Pousada Aldeia dos Ventos
 - 36- Pousada Aldeia dos Anjos
 - 37- Pousada A Casa Branca
 - 38- Mirante Hotel Pousada
 - 39- Pousada Chales Quatro Estações
 - 60- Pousada Doce Cabana
- BARES, RESTAURANTES E OPERADORES DE ATRAÇÕES TURÍSTICAS**
- 40- Bar do Edson da Labrega
 - 41- Zona Aventuras
 - 42- Assoc. Prop. e Condutor de Buggy
 - 43- Catamarã Cavalinho Marinho
 - 44- Casa do Lazer
 - 45- Pe no Marquês
 - 46- Alca Diving
 - 47- Recanto do Cavalo Marinho
 - 48- Filtro da Praia
 - 49- Frutos do Mar do Cunha
 - 50- Restaurante Dona Rosa
 - 51- Café do Brasil
 - 52- Restaurante Peixe na Trelha
 - 53- Restaurante Murganga Barão
 - 54- Carne de Sol do Cunha
 - 55- Capelão dos Mares
 - 56- Restaurante Picanha do Tio David
 - 57- Projeto Hippocampus
 - 58- Restaurante Beljeirú
 - 59- Restaurante Domingos

ANEXO 3 - Distribuição dos equipamentos de apoio ao turismo do município de Ipojuca, segundo o tipo e o pólo

TIPO DE EQUIPAMENTO	PÓLO TURÍSTICO			SEDE MUNICIPAL E VILAS	TOTAL
	Porto de Galinhas-Maracaípe	Cupe-Muro Alto-Nossa Sra. do Ó	Serrambi-Toquinho		
Hotel/Resort	12	8	2	-	22
Pousada	62	2	1	1	66
Chalé/Privê	14	-	1	-	15
Bar/Restaurante	29	3	7	5	44
Posto telefônico	1	1	1	1	4
Hospital	-	1	-	1	2
Posto médico	2	-	1	-	3
Banco	2	-	-	2	4
Clube social/local de espetáculo	1	3	-	1	5
Locação de bugg/aeronaves/equipamentos esportivos ou de lazer	3	2	-	-	5
Passeios de jangada/barco	5	2	-	-	7
Serviço de salva-vidas	1	-	-	-	1
TOTAIS	132	22	13	11	178

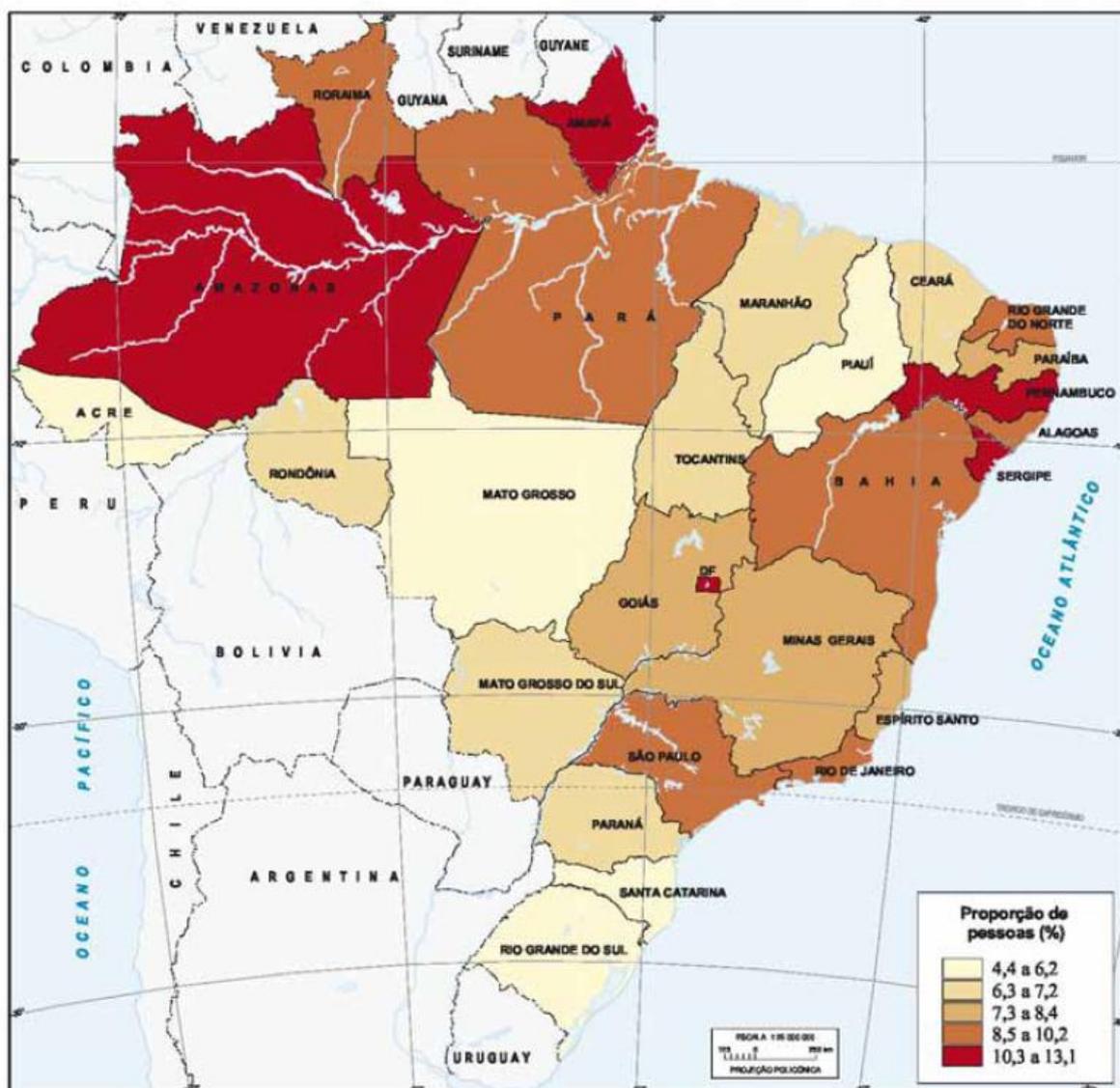
Fonte: EMPETUR, 2008

ANEXO 4 - Proporção de empregados com carteira assinada no total de empregados, com 10 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação – 2009



Fonte: IBGE, 2010

ANEXO 5 - Taxa de desocupação, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação – 2009



Fonte: IBGE, 2010

**ANEXO 6 - Estimativa do emprego turístico celetista – Município de Ipojuca (dez. 2002
- set. 2008)**

	ALQJ	ALIM	TRANSP	AUX.TRANSP	AG.TUR	ALUG.TRANSP	CULT/LAZER	TOTAL
Dezembro 2002	1.606	103	38	0	2	7	7	1.763
Janeiro 2003	1.646	110	55	0	2	8	7	1.827
Fevereiro	1.649	103	65	0	2	8	6	1.832
Marco	1.606	31	61	0	2	8	4	1.712
Abril	1.606	30	61	0	2	7	4	1.709
Maió	1.543	29	60	0	2	7	3	1.644
Junho	1.561	43	53	0	0	7	3	1.667
Julho	1.584	120	50	0	0	8	4	1.766
Agosto	1.588	36	47	0	0	7	3	1.681
Setembro	1.589	37	46	0	0	8	2	1.682
Outubro	1.588	38	44	0	0	7	2	1.679
Novembro	1.633	39	38	0	0	7	2	1.719
Dezembro	1.704	132	37	0	0	8	2	1.883
Janeiro 2004	1.728	148	29	0	0	8	2	1.916
Fevereiro	1.733	145	23	0	0	9	2	1.912
Marco	1.681	47	23	5	1	8	2	1.767
Abril	1.627	43	24	8	1	9	2	1.714
Maió	1.623	43	24	8	1	11	2	1.711
Junho	1.612	62	25	8	1	19	1	1.728
Julho	1.674	173	17	8	2	24	2	1.900
Agosto	1.696	55	19	8	2	21	2	1.803
Setembro	1.671	56	20	8	2	14	2	1.773
Outubro	1.712	58	22	10	4	13	2	1.822
Novembro	1.763	60	23	20	4	14	2	1.886
Dezembro	1.818	203	26	25	5	12	3	2.092
Janeiro 2005	1.831	204	27	31	15	14	3	2.124
Fevereiro	1.813	191	29	31	16	13	3	2.095
Marco	1.843	54	30	25	19	13	2	1.986
Abril	1.860	50	31	21	19	12	2	1.995
Maió	1.823	50	43	19	13	13	2	1.963
Junho	1.797	69	44	19	14	9	2	1.953
Julho	1.837	186	39	18	19	10	3	2.112
Agosto	1.841	58	38	11	22	11	2	1.983
Setembro	1.857	57	36	11	25	13	3	2.001
Outubro	1.893	56	41	13	24	14	3	2.043
Novembro	1.900	59	40	12	26	14	3	2.054
Dezembro	1.909	190	39	11	27	13	4	2.193
Janeiro 2006	1.977	203	44	34	32	13	4	2.308
Fevereiro	1.979	194	43	45	33	13	4	2.311
Marco	1.972	56	45	51	28	17	3	2.171
Abril	1.957	53	42	55	24	25	2	2.159
Maió	1.979	54	42	58	24	27	2	2.187
Junho	1.984	81	42	64	25	30	1	2.228
Julho	2.038	222	40	75	25	33	0	2.432
Agosto	2.138	76	39	81	25	35	0	2.395
Setembro	2.170	80	42	84	28	39	0	2.443
Outubro	2.188	84	43	111	30	39	0	2.494
Novembro	2.214	80	46	116	32	40	0	2.528
Dezembro	2.295	275	43	116	32	40	0	2.802

	ALOJ	ALIM	TRANSP	AUX.TRANSP	AG.TUR	ALUG.TRANSP	CULT/LAZER	TOTAL
Janeiro 2007	2.337	303	46	151	34	42	0	2.913
Fevereiro	2.308	277	39	145	38	38	0	2.846
Marco	2.302	78	39	119	33	34	0	2.605
Abril	2.239	69	41	99	34	33	0	2.514
Maiio	2.205	68	36	99	31	28	0	2.466
Junho	2.179	95	39	99	31	25	0	2.468
Julho	2.186	249	41	99	32	26	0	2.633
Agosto	2.174	79	41	98	34	25	0	2.450
Setembro	2.152	77	38	99	36	26	0	2.428
Outubro	2.154	75	30	119	37	24	0	2.438
Novembro	2.221	78	30	117	38	22	0	2.506
Dezembro	2.372	254	35	116	40	23	0	2.840
Janeiro 2008	2.358	273	35	157	46	26	0	2.895
Fevereiro	2.280	246	34	163	46	24	0	2.793
Marco	2.265	75	33	128	44	24	0	2.568
Abril	2.297	71	33	105	43	24	0	2.573
Maiio	2.200	70	32	102	41	18	0	2.464
Junho	2.175	102	32	101	41	18	0	2.468
Julho	2.286	277	33	106	43	18	0	2.763
Agosto	2.164	87	34	107	43	20	0	2.456
Setembro	2.211	84	35	112	41	22	0	2.505

Fonte: IPEA, 2008c

ANEXO 7 - Comparativo das principais fontes secundárias passíveis de utilização nas estimativas da dimensão e do perfil ocupacionais nas ACTs.

CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	FONTES			
	RAIS	CAGED	PNAD	PAS ²
NATUREZA DA PESQUISA	Registro administrativo	Registro administrativo	Pesquisa Socioeconômica	Pesquisa econômica
EXECUTOR	MTE ³	MTE	IBGE	IBGE
PERIODICIDADE	Anual	Mensal	Anual	Anual
DEFASAGEM	1 ano ou mais	45 dias	1 ano	2 anos
DADOS RELATIVOS A OFERTA				
Identificação da atividade	CNAE ⁴ reduzida	CNAE reduzida	CNAE reduzida	CNAE reduzida
Desagregação espacial	Municipal	Municipal	Estadual e Regiões Metropolitanas	Estadual
Dimensão da unidade econômica	SIM	SIM	NÃO	SIM
DADOS RELATIVOS A DEMANDA				
Sexo	SIM	SIM	SIM	NÃO
Faixa Etária	SIM	SIM	SIM	NÃO
Raça/cor	SIM	SIM	SIM	NÃO
Grau de instrução	SIM	SIM	SIM	NÃO
Tempo no emprego	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Carga horária contratual/efetiva	SIM	SIM	SIM	NÃO
Ocupação	SIM	SIM	SIM	NÃO
Salário	SIM	SIM	SIM	SIM
Décimo terceiro	SIM	SIM	SIM	SIM
Outros tipos de vencimentos	SIM	SIM	SIM	SIM
Nacionalidade	SIM	SIM	SIM	NÃO
Tipo de contrato	SIM	SIM	SIM	NÃO
Ocupação formal	SIM	SIM	SIM	SIM
Ocupação informal	NÃO	NÃO	SIM	NÃO

Fonte: ARIAS e ZABONI, 2009

ANEXO 8 – Síntese dos procedimentos metodológicos e principais mecanismos de coleta de dados

- **Relação Anual de Informações Sociais (Rais)**

Teve sua implantação em 1976, é um registro administrativo com elevada abrangência e por isso bastante utilizada para fins estatísticos, por fornecer informações qualitativas e quantitativas acerca do emprego formal no país, até o nível municipal. Todos os estabelecimentos e pessoas físicas, que empregam mão-de-obra com vínculo na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), servidores públicos, devem apresentar a declaração anual, bem como os extintos ao longo do ano de referência.

Em 1995, a cobertura, no conjunto dos setores da economia, ficou em torno dos 95%, os avanços e a evolução na coleta de dados se deu devido, principalmente, à automatização pela internet e outros meios magnéticos.

Como em qualquer registro administrativo, os dados podem ser subestimados, seja por atraso, ou omissão de informações. Apesar das restrições, o registro é uma importante fonte do ponto de vista estatístico acerca dos empregos no país, fornecendo variáveis importantes, como a localização, a natureza jurídica, o tamanho do estabelecimento, o tipo de vínculo empregatício, os salários e horas contratuais, dentre outros.

- **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**

Administrado pelo MTE, o Caged é um registro complementar à Rais, portanto, também de cobertura nacional. Através deste documento, as admissões e demissões celetistas são mensuradas mensalmente, de forma que torna possível conhecer a conjuntura ocupacional do mercado de trabalho formal do país, e compreender as questões referentes à sazonalidade do emprego.

Contudo, apresenta índices de omissão de respostas superiores a Rais, e os dados referentes às admissões são superiores aos das demissões, acabando por superestimar as informações sobre a geração mensal de empregos.

- **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**

Constitui-se em um levantamento de dados anual por amostragem domiciliar, realizado no mês de setembro. Os dados são referentes aos domicílios, às famílias e às pessoas, assim, destacam-se variáveis tais como, as questões demográficas, migração, trabalho, educação e rendimentos, para pessoas com idade superior a 10 anos. Adota uma amostra probabilística de cobertura nacional, em mais de 100 mil domicílios. Com exceção da área rural de Tocantins, as demais áreas rurais da região Norte são excluídas da pesquisa.

As frações de amostragem adotadas geram tamanhos de amostra bastante divergentes entre os estados, o que acaba comprometendo em parte a representatividade dos resultados em cada um deles, no que tange à precisão estatística. O que implica em uma produção de resultados qualitativamente distintos entre si.

No que concerne à questão trabalho, desde 1992, a Pnad passou a considerar no grupo de ocupados, as pessoas que mesmo sem receber remuneração, exerceram algum trabalho por no mínimo uma hora na semana de referência. Assim como aquelas pessoas que trabalharam na produção de bens e serviços voltados para a alimentação de algum membro familiar, ou na construção da própria residência.

Fonte: COELHO, 2008

ANEXO 9 - Comparação entre o turismo e as demais atividades (médias por variáveis) - Brasil

Variáveis	1993	1998	Todos setores
idade	34,02	33,95	35,77
Experiência (anos)	20,56	19,69	22,96
Educação (anos)	7,47	8,26	6,81
Remuneração real/hora	3,21	3,94	3,08
Tempo no emprego	5,05	4,97	6,88
SEXO			
Masculino	60,50	59,63	61,92
Feminino	39,50	40,37	38,08
ANOS DE ESTUDO			
0	6,61	4,36	10,54
1 a 4 anos	22,03	16,27	27,20
5 a 8 anos	30,34	29,28	27,24
9 a 11 anos	30,83	38,20	23,40
12 ou mais anos	10,19	11,89	11,62
TIPO DE OCUPAÇÃO			
Empregado	65,64	60,97	69,88
Conta própria	25,21	28,39	25,34
Empregador	9,15	10,65	4,78
FAIXA DE REDIMENTO			
0 a 1 SM	15,03	14,11	22,77
1 a 2 SM	36,17	24,16	26,20
2 a 3 SM	15,81	16,07	14,87
3 a 6 SM	18,06	22,76	19,83
6 a 10 SM	7,29	11,85	8,85
10 a 15 SM	4,21	4,53	2,77
15 SM ou mais	3,43	6,52	4,73

Fonte: adaptado de ARBACHE, 2001

Nota: o autor sistematizou os dados a partir das informações do PNAD (IBGE).

ANEXO 10 - Remunerações médias nominais (em reais) segundo regiões brasileiras e grupos de ACTs 2002-2007

Remunerações médias nominais em R\$ segundo regiões e grupos de ACTs-2002-2007								
	Alojamento	Alimentação	Transporte	Aux.Transporte	Ag.Turismo	Alug.Transp.	Cult.e Lazer	Total
dez.2002								
Norte	408,9	326,1	669,9	1.117,7	437,1	528,8	509,4	568,1
Nordeste	414,5	287,4	668,4	913,5	483,5	431,2	426,6	498,6
Sudeste	559,7	429,8	1.044,4	1.024,7	810,5	798,5	718,7	737,3
Sul	474,5	363,3	806,4	995,4	613,0	717,7	576,8	586,1
C-Oeste	454,6	344,7	633,5	1.180,4	577,5	693,1	564,3	519,1
Total	498,5	393,7	908,9	1.019,6	698,3	657,2	650,1	658,9
dez.2004								
Norte	485,6	420,4	768,0	1.402,3	553,8	599,9	602,5	660,7
Nordeste	466,6	330,1	748,3	1.107,7	540,0	493,7	458,3	557,2
Sudeste	666,1	524,3	1.246,1	1.221,1	977,2	944,3	838,4	866,8
Sul	564,1	441,6	956,4	1.113,6	753,3	842,4	726,0	686,6
C-Oeste	533,7	426,1	775,9	1.517,3	696,3	1.061,1	876,8	658,3
Total	589,9	479,7	1.082,3	1.227,8	839,3	817,3	779,3	776,0
dez.2006								
Norte	520,7	499,6	910,8	1.773,1	669,2	665,0	739,6	758,9
Nordeste	598,5	459,1	910,3	1.433,6	690,1	638,5	547,5	678,8
Sudeste	764,1	595,9	1.405,6	1.368,5	1.149,9	1.027,4	922,4	953,4
Sul	649,0	531,8	1.081,9	1.276,4	879,3	949,3	845,5	778,1
C-Oeste	620,7	521,4	913,6	2.110,9	891,2	737,4	792,8	747,7
Total	684,9	559,4	1.225,9	1.416,3	992,3	868,1	850,1	863,1
dez.2007								
Norte	555,7	546,6	960,3	2133,8	740,2	790,9	765,2	815,1
Nordeste	616,4	489,1	971,7	1598,0	735,9	729,0	631,7	721,7
Sudeste	798,9	634,4	1504,3	1546,5	1213,2	1250,9	1033,8	1024,3
Sul	702,2	576,1	1145,7	1334,5	961,6	1066,0	924,6	829,9
C-Oeste	672,1	564,5	923,9	2325,2	927,6	795,9	894,7	788,4
Total	721,3	585,2	1229,8	1582,2	1052,9	1035,6	951,4	914,0

Fonte: IPEA, 2008a

ANEXO 11 – Salários médios relativos ao emprego turístico no Brasil (2002 a 2007)

	SALARIOS MEDIOS RELATIVOS AO EMPREGO TURISTICO-DEZ.2002 - DEZ.2007							Total
	Alojamento	Alimentação	Transporte	Brasil		Agên.Turismo	Alug Transporte	
				Aux.Transp.				
Jan-2002	465,9	370,3	873,6	993,3	641,1	611,8	622,1	630,2
Fev	463,9	363,3	850,5	948,5	634,6	597,8	613,6	615,8
Mar	457,6	362,5	849,9	938,5	622,5	612,6	597,5	613,0
Abr	464,1	367,7	867,1	952,3	631,6	598,9	617,4	623,8
Mai	469,4	372,8	874,4	947,8	641,9	603,5	619,6	630,3
Jun	472,7	376,2	948,4	970,1	649,3	608,1	627,6	661,3
Jul	476,4	376,2	951,2	1.017,1	652,1	612,6	630,2	664,8
Ago	484,3	382,6	897,5	959,1	658,8	634,1	607,1	642,7
Set	488,3	386,5	951,1	965,6	659,5	647,1	621,6	664,5
Out	490,3	389,8	958,8	1.016,8	662,0	648,9	654,7	675,4
Nov	503,2	398,1	913,0	1.032,2	685,5	649,5	646,7	661,4
Dez	498,5	393,7	908,9	1.019,6	698,3	657,2	650,1	658,9
Jan-2003	502,7	398,1	930,1	1.028,5	699,3	677,3	646,0	663,4
Fev	492,1	388,6	912,1	972,3	689,5	664,1	636,5	649,6
Mar	497,1	393,4	914,2	965,0	685,5	668,3	641,2	652,4
Abr	511,4	410,8	920,9	980,9	690,6	686,3	660,4	666,3
Mai	511,1	411,4	964,4	1.000,3	714,0	678,2	679,1	684,2
Jun	517,6	416,9	974,8	992,2	718,1	707,1	687,9	691,8
Jul	514,8	417,2	997,6	1.071,3	736,8	743,9	689,4	703,1
Ago	525,6	420,8	975,9	1.033,6	726,6	719,2	673,5	694,7
Set	527,0	428,3	975,0	1.053,3	727,4	708,8	682,3	698,5
Out	542,0	436,4	977,0	1.062,7	732,3	720,0	681,9	704,0
Nov	551,3	441,7	987,7	1.083,6	788,4	726,3	696,0	713,2
Dez	549,3	441,4	994,4	1.101,0	776,8	728,9	702,1	716,4
Jan-2004	559,1	446,8	1.013,7	1.155,0	780,6	749,7	714,3	727,1
Fev	552,4	444,8	999,7	1.172,6	780,5	746,8	702,2	721,3
Mar	563,2	447,7	1.010,7	1.104,0	766,7	748,7	700,4	724,4
Abr	564,7	458,0	1.025,6	1.163,9	778,1	757,6	720,9	739,9
Mai	564,2	460,2	1.041,5	1.145,8	795,4	761,6	745,8	748,0
Jun	566,3	462,4	1.063,9	1.155,0	787,7	782,4	741,1	756,4
Jul	567,0	462,8	1.050,8	1.160,4	806,6	785,7	749,9	753,6
Ago	572,3	466,2	1.063,2	1.134,3	795,7	789,8	728,4	754,5
Set	581,8	480,1	1.068,9	1.219,7	795,7	792,8	743,4	768,3
Out	580,4	477,5	1.058,2	1.177,4	802,8	791,8	742,9	760,0
Nov	593,5	484,6	1.076,7	1.198,7	828,1	796,4	751,2	772,1
Dez	589,9	479,7	1.082,3	1.227,8	839,3	817,3	779,3	776,0
Jan-2005	606,7	476,6	1.109,5	1.305,9	852,0	776,7	759,3	786,7
Fev	596,7	469,3	1.082,9	1.264,7	846,4	775,3	739,4	769,8
Mar	600,3	471,7	1.070,8	1.236,9	835,3	780,1	736,3	765,1
Abr	600,4	479,1	1.087,5	1.249,1	838,9	781,8	751,4	776,4
Mai	612,4	487,9	1.121,3	1.253,2	850,2	801,4	769,7	795,2
Jun	614,5	488,0	1.084,3	1.333,3	864,2	834,3	798,1	789,3
Jul	621,6	495,1	1.103,1	1.311,9	864,6	832,8	795,6	797,0
Ago	622,5	497,7	1.108,6	1.295,0	875,9	826,0	782,5	797,9
Set	626,7	503,9	1.099,4	1.302,1	868,0	838,7	789,7	798,7
Out	618,2	502,1	1.156,1	1.305,0	870,5	843,9	763,0	804,1
Nov	630,4	510,3	1.185,1	1.334,5	880,2	854,4	774,0	816,4
Dez	623,7	508,0	1.181,6	1.350,5	904,3	857,6	788,4	818,2
Jan-2006	639,9	512,5	1.186,9	1.394,7	925,9	859,7	783,2	824,4
Fev	628,1	505,8	1.164,9	1.361,3	898,6	850,5	788,5	810,5
Mar	636,2	505,0	1.175,5	1.334,8	897,3	825,1	793,2	816,7
Abr	654,7	528,2	1.193,4	1.333,5	927,7	842,9	809,2	833,3
Mai	652,0	529,1	1.206,3	1.348,1	933,2	836,9	820,7	839,5
Jun	652,8	533,3	1.201,7	1.360,1	930,5	838,4	830,5	843,2
Jul	659,6	539,2	1.211,7	1.367,8	950,2	854,9	817,8	847,4
Ago	664,6	539,5	1.188,8	1.351,3	955,6	862,4	821,0	839,1
Set	672,1	546,4	1.183,9	1.467,1	954,1	889,7	825,1	848,1
Out	674,3	551,1	1.199,4	1.440,2	960,6	875,9	830,9	852,6
Nov	689,5	559,7	1.233,9	1.441,7	964,9	868,2	837,4	868,5
Dez	684,9	559,4	1.225,9	1.416,3	992,3	868,1	850,1	863,1
Jan-2007	688,5	546,3	1.143,0	1.517,4	993,5	869,9	861,7	852,8
Fev	673,1	540,5	1.126,1	1.459,1	983,2	868,5	853,2	839,8
Mar	673,6	539,8	1.115,1	1.446,8	977,4	882,6	852,8	836,2
Abr	688,6	557,9	1.141,3	1.463,2	1.002,6	913,6	883,2	858,1
Mai	691,2	556,4	1.150,6	1.490,4	1.001,3	889,0	878,4	860,5
Jun	695,2	562,1	1.157,7	1.471,7	1.011,4	918,9	868,6	865,3
Jul	701,1	562,0	1.165,0	1.558,1	1.004,6	911,4	894,5	875,3
Ago	705,8	568,9	1.174,8	1.478,1	989,0	946,6	892,4	877,2
Set	709,7	574,8	1.179,2	1.497,4	1.006,9	975,8	904,0	884,0
Out	712,9	577,8	1.184,5	1.484,1	1.000,1	966,2	912,2	886,1
Nov	726,1	588,9	1.211,4	1.535,9	1.018,8	975,5	909,2	901,4
Dez	721,3	585,2	1.229,8	1.582,2	1.052,9	1.035,6	951,4	914,0

Fonte: IPEA, 2008b

ANEXO 12 – Salários médios relativos ao emprego turístico no Nordeste (2002 a 2007)

SALARIOS MEDIOS RELATIVOS AO EMPREGO TURISTICO-DEZ.2002 - DEZ.2007

	Nordeste							Total
	Alojamento	Alimentação	Transporte	Aux.Transp.	Agên.Turismo	Alug Transporte	Cult.e Lazer	
Jan-2002	390,3	271,2	647,2	899,6	462,1	406,8	405,1	479,4
Fev	388,4	268,4	627,8	862,2	451,5	398,9	416,0	470,0
Mar	384,8	266,0	621,0	850,6	448,7	398,9	387,2	463,8
Abr	392,2	273,1	634,3	860,4	463,7	397,7	398,2	473,7
Mai	394,5	275,4	654,3	847,5	470,4	396,2	402,5	483,8
Jun	395,2	275,7	665,6	889,5	474,7	407,7	400,0	489,9
Jul	399,4	276,2	693,4	951,6	447,0	402,7	405,6	503,5
Ago	407,6	277,2	668,5	863,2	483,6	413,4	403,8	491,1
Set	405,4	279,1	692,8	904,5	478,8	434,4	430,3	504,3
Out	408,0	284,8	670,8	915,9	480,0	421,0	420,8	497,8
Nov	422,8	289,3	680,9	911,5	485,3	428,1	432,8	505,9
Dez	414,5	287,4	668,4	913,5	483,5	431,2	426,6	498,6
Jan-2003	422,3	289,5	689,0	967,6	492,5	469,8	436,1	506,8
Fev	419,7	292,8	670,6	970,1	484,9	440,6	403,2	497,6
Mar	423,1	295,3	669,6	940,4	476,0	447,1	408,6	498,9
Abr	441,0	312,4	679,1	955,5	495,5	476,4	439,2	515,1
Mai	440,4	316,6	720,0	1.022,1	508,3	445,5	445,1	534,6
Jun	443,9	317,4	732,1	1.014,0	505,4	460,3	419,9	538,6
Jul	441,4	318,0	747,7	1.079,4	531,9	480,5	431,4	547,0
Ago	449,3	316,5	735,3	1.066,0	527,8	477,3	447,1	543,9
Set	450,9	320,7	743,2	1.077,7	532,4	482,1	464,6	549,8
Out	463,8	323,4	739,2	1.080,0	527,7	484,6	468,5	551,6
Nov	472,2	329,1	758,5	1.105,5	531,0	486,6	448,0	560,3
Dez	466,6	330,1	748,3	1.107,7	540,0	493,7	458,3	557,2
Jan-2004	473,1	332,1	762,2	1.154,8	546,2	502,9	463,9	564,9
Fev	469,0	329,9	750,6	1.163,2	533,5	492,4	468,7	558,0
Mar	474,5	335,2	750,5	1.099,9	533,4	494,9	472,5	559,0
Abr	477,9	336,9	757,2	1.101,1	562,5	500,4	469,7	563,3
Mai	483,1	349,4	773,2	1.113,1	565,1	511,1	490,0	575,5
Jun	484,9	350,6	788,6	1.145,3	563,7	520,1	489,2	582,7
Jul	479,6	346,6	786,4	1.151,9	579,7	536,0	510,3	581,5
Ago	487,5	346,4	799,2	1.118,1	580,5	530,6	488,9	583,4
Set	486,3	347,9	794,3	1.184,0	567,9	538,1	480,0	583,6
Out	490,3	354,2	804,9	1.147,6	571,9	541,2	485,2	587,8
Nov	494,6	354,9	802,7	1.190,7	567,6	539,4	487,9	590,8
Dez	491,5	357,5	818,4	1.211,6	579,9	552,7	493,7	597,6
Jan-2005	508,1	359,4	821,0	1.242,0	586,2	548,4	498,8	599,0
Fev	506,2	356,3	810,2	1.219,1	584,1	554,7	498,4	592,9
Mar	503,5	363,5	793,0	1.186,2	578,1	556,6	500,8	587,1
Abr	510,2	364,6	808,0	1.185,6	596,7	567,4	502,2	595,8
Mai	528,6	388,4	832,9	1.199,6	607,2	591,1	525,9	617,8
Jun	536,1	388,4	834,9	1.316,5	613,5	589,3	530,1	623,7
Jul	526,4	389,2	859,0	1.289,0	617,3	590,9	533,1	628,8
Ago	533,6	389,8	878,0	1.297,5	635,4	597,9	536,2	639,7
Set	538,9	391,4	857,8	1.281,6	626,3	598,7	522,7	632,7
Out	508,0	388,8	860,0	1.277,4	625,9	621,3	507,5	621,6
Nov	521,0	402,4	879,0	1.281,1	631,7	613,0	518,1	632,2
Dez	512,5	399,4	869,9	1.258,1	624,8	628,6	509,7	627,3
Jan-2006	551,4	400,6	896,0	1.397,7	637,5	603,2	507,6	642,5
Fev	542,0	397,6	866,9	1.332,2	629,8	613,0	526,0	629,0
Mar	545,7	401,7	869,9	1.308,3	627,4	592,2	516,9	631,9
Abr	566,1	433,8	882,6	1.305,1	665,9	623,0	534,4	652,1
Mai	579,6	436,9	902,4	1.335,9	674,5	607,9	548,4	661,8
Jun	572,6	437,2	895,0	1.331,2	666,3	605,7	551,3	658,2
Jul	570,4	437,7	896,5	1.370,8	668,0	619,5	555,9	661,3
Ago	583,5	446,5	905,9	1.355,5	678,3	629,6	550,5	669,1
Set	588,6	444,8	918,0	1.466,1	682,6	635,1	564,4	678,3
Out	590,4	446,0	905,2	1.421,0	688,0	645,0	565,2	672,2
Nov	597,7	450,5	923,2	1.429,7	679,8	641,3	561,4	681,3
Dez	598,5	459,1	910,3	1.433,6	690,1	638,5	547,5	678,8
Jan-2007	596,0	453,6	945,4	1.479,4	681,5	618,0	560,7	690,6
Fev	588,0	450,7	906,8	1.376,1	681,5	642,1	580,1	674,3
Mar	587,1	452,2	901,3	1.406,7	680,1	649,1	570,7	672,9
Abr	602,8	472,7	925,0	1.422,4	801,8	667,9	597,2	695,8
Mai	606,7	473,9	933,5	1.452,0	698,7	652,6	577,4	694,6
Jun	605,1	477,8	932,0	1.465,9	705,3	680,4	594,8	698,3
Jul	610,1	477,1	956,7	1.563,9	652,0	678,3	615,3	709,6
Ago	608,1	479,1	974,9	1.482,1	655,6	707,6	616,4	711,8
Set	618,7	480,4	965,0	1.504,0	673,8	719,9	603,6	711,2
Out	626,6	487,6	966,4	1.546,5	675,0	717,0	627,8	717,2
Nov	631,3	489,9	1.006,6	1.626,6	706,4	729,8	628,5	733,4
Dez	616,4	489,1	971,7	1.598,0	735,9	729,0	631,7	721,7

ANEXO 13 – Salários médios relativos ao emprego turístico em Pernambuco (2002 a 2007)

SALARIOS MEDIOS RELATIVOS AO EMPREGO TURISTICO-DEZ.2002 - DEZ.2007

	Pernambuco							Total
	Alojamento	Alimentação	Transporte	Aux.Transp.	Agên.Turismo	Alug Transporte	Cult.e Lazer	
Jan-2002	407,0	286,2	685,5	1.245,2	588,9	423,8	388,2	501,8
Fev	391,4	282,4	680,3	1.124,4	577,2	417,5	389,7	484,2
Mar	387,4	281,8	665,6	1.135,7	576,7	404,2	393,8	487,8
Abr	397,0	285,6	669,2	1.141,0	621,0	428,1	406,1	493,9
Mai	390,9	285,4	671,0	1.117,8	617,9	422,9	406,9	492,4
Jun	385,6	287,1	694,0	1.170,4	618,6	417,1	412,8	501,6
Jul	395,4	288,3	776,0	1.284,3	484,1	427,3	406,0	534,6
Ago	401,1	288,5	731,6	1.123,6	620,1	443,7	407,7	513,0
Set	406,9	288,8	716,9	1.153,0	615,0	467,7	402,1	513,4
Out	415,3	305,0	705,5	1.217,7	624,9	451,3	412,9	518,9
Nov	444,4	323,7	736,0	1.178,4	653,0	461,0	421,5	538,1
Dez	425,2	309,2	726,6	1.170,1	630,6	456,8	397,4	526,0
Jan-2003	432,9	309,8	734,4	1.241,3	637,8	596,3	487,4	538,0
Fev	409,3	305,7	721,6	1.184,9	640,3	536,1	437,8	523,4
Mar	417,7	308,8	712,8	1.197,9	622,2	548,5	465,3	524,4
Abr	425,4	318,5	724,3	1.222,6	630,9	595,9	464,5	536,1
Mai	423,3	318,8	732,3	1.268,8	633,1	494,3	498,0	540,7
Jun	417,9	318,9	737,1	1.220,0	624,5	501,2	479,8	539,9
Jul	430,7	322,7	794,9	1.327,7	685,4	510,0	497,4	569,7
Ago	434,6	322,1	762,7	1.284,3	688,7	520,5	483,0	558,4
Set	433,6	323,0	790,7	1.334,9	696,4	522,8	532,4	574,8
Out	465,0	347,2	783,3	1.299,0	662,7	528,9	549,2	584,1
Nov	475,3	356,3	824,8	1.379,7	668,7	520,3	489,3	603,5
Dez	462,9	348,6	799,0	1.301,6	671,2	531,1	493,2	588,2
Jan-2004	476,0	346,1	811,6	1.454,8	669,5	525,4	497,5	597,3
Fev	459,3	345,1	806,1	1.400,8	670,0	528,5	524,2	589,3
Mar	454,5	348,4	789,6	1.294,7	655,4	519,3	536,1	580,8
Abr	467,2	351,0	811,3	1.318,8	706,4	539,3	500,7	595,2
Mai	462,2	353,9	808,8	1.306,5	687,8	530,0	519,0	590,4
Jun	458,0	351,2	807,1	1.364,0	692,9	532,8	511,6	588,1
Jul	458,9	350,9	829,6	1.286,0	712,5	556,1	550,9	602,1
Ago	468,8	353,7	856,3	1.306,5	690,4	575,3	502,2	608,0
Set	472,4	353,5	845,9	1.486,1	704,2	566,5	503,8	611,5
Out	508,3	383,8	868,1	1.381,6	707,2	581,4	518,5	632,0
Nov	499,7	376,0	837,5	1.379,8	710,1	561,0	526,8	617,2
Dez	494,4	375,3	882,3	1.387,8	695,6	572,0	528,9	627,7
Jan-2005	503,6	380,3	883,6	1.444,5	719,4	589,7	602,3	639,3
Fev	492,9	373,7	913,3	1.358,5	693,7	585,8	587,7	640,8
Mar	497,6	374,6	845,0	1.309,9	690,9	605,1	592,8	619,3
Abr	499,8	376,2	852,6	1.373,8	739,9	598,9	567,6	622,8
Mai	496,7	394,0	873,4	1.349,5	732,1	624,6	544,2	631,7
Jun	512,9	393,5	866,9	1.503,7	736,4	627,7	552,4	638,5
Jul	507,0	397,2	943,6	1.480,6	739,6	629,1	532,8	656,8
Ago	511,4	399,6	923,7	1.494,1	752,5	633,6	530,3	656,2
Set	531,8	396,3	928,4	1.479,1	750,8	648,4	529,7	658,9
Out	522,0	398,6	927,1	1.430,5	755,4	610,3	530,8	657,6
Nov	557,2	445,1	956,0	1.456,6	763,5	599,8	548,6	682,2
Dez	549,9	431,5	965,0	1.449,2	760,1	692,3	515,7	686,4
Jan-2006	572,3	428,3	1.015,3	1.534,3	768,1	596,1	460,4	686,1
Fev	546,1	421,9	955,2	1.516,5	761,5	595,7	510,5	671,0
Mar	540,2	424,0	952,8	1.482,2	767,2	614,9	463,2	657,4
Abr	556,8	449,0	959,6	1.483,5	821,2	654,1	478,5	677,0
Mai	565,4	450,1	983,7	1.551,8	851,1	636,8	479,1	681,0
Jun	544,0	433,9	963,3	1.528,2	836,1	638,2	499,4	675,5
Jul	551,9	439,6	965,6	1.599,8	814,9	640,1	511,5	679,4
Ago	546,7	438,7	1.006,9	1.545,3	823,5	656,4	509,9	691,7
Set	562,1	439,2	984,0	1.766,9	821,3	661,7	525,6	693,5
Out	575,7	444,3	989,1	1.665,3	854,7	685,5	530,3	698,4
Nov	599,0	455,4	989,6	1.669,0	844,1	653,2	530,1	703,8
Dez	621,5	499,2	1.000,3	1.672,1	839,1	638,1	513,9	728,2
Jan-2007	603,8	473,6	1.052,7	1.767,3	843,7	637,0	580,9	740,9
Fev	579,3	469,3	978,2	1.612,9	831,3	661,6	574,3	709,8
Mar	569,0	468,0	964,2	1.581,7	837,2	659,0	564,0	701,1
Abr	587,4	479,5	994,5	1.578,6	850,0	680,2	585,2	717,2
Mai	599,2	480,8	980,3	1.593,3	862,1	653,2	529,6	706,7
Jun	592,9	480,6	983,7	1.582,1	871,8	704,2	530,7	707,4
Jul	604,0	475,6	1.013,6	1.791,6	926,7	668,5	613,7	739,6
Ago	594,9	477,7	1.107,1	1.658,3	867,8	788,9	603,3	756,8
Set	606,5	485,3	1.036,8	1.681,0	882,7	800,4	598,4	741,8
Out	632,7	507,4	1.027,4	1.766,1	892,8	786,4	669,6	758,4
Nov	655,6	520,8	1.031,6	1.765,4	975,2	813,1	672,9	770,6
Dez	622,2	517,4	1.033,2	1.863,2	899,4	784,9	712,2	767,3

Fonte: IPEA, 2008b

ANEXO 14 - Ranking de Competitividade no Setor de Viagens e Turismo

	2007		2008		2009	
	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação
Suíça	1°	5,66	1°	5,63	1°	5,68
Áustria	2°	5,54	2°	5,43	2°	5,46
Alemanha	3°	5,48	3°	5,41	3°	5,41
França	12°	5,23	10°	5,23	4°	5,34
Canadá	7°	5,31	9°	5,26	5°	5,32
Espanha	15°	5,18	5°	5,3	6°	5,29
Suécia	17°	5,13	8°	5,27	7°	5,28
Estados Unidos	5°	5,43	7°	5,28	8°	5,28
Austrália	13°	5,21	4°	5,34	9°	5,24
Singapura	8°	5,31	16°	5,06	10°	5,24
Brasil	59°	4,20	49°	4,29	45°	4,35

Fonte: WORLD ECONOMIC FÓRUM, 2011

ANEXO 15 - Participação da ocupação e das remunerações turísticas no conjunto das atividades econômicas formais privadas

BRASIL

	Vínculos CLT em 31-dez	Remun. Media dez.	Massa de Salários dez.
Todos os setores	RAIS	GFIP	R\$ mil
2002	21.953,360	824,2	18.094,478
2003	22.596,269	910,7	20.578,906
2004	24.269,801	964,5	23.407,314
2005	25.655,005	1.019,6	26.156,629
2006	27.132.903	1.092,7	29.648,564
7 ACTs	Estimativas SIMT	GFIP	
2002	683.790	658,9	450.549
2003	677.943	716,4	485.678
2004	712.195	776,0	552.663
2005	746.570	818,2	610.844
2006	783.411	863,1	676.192
% Turismo nacional			
2002	3,11	79,9	2,49
2003	3,00	78,7	2,36
2004	2,93	80,5	2,36
2005	2,91	80,3	2,34
2006	2,89	79,0	2,28

Fonte: IPEA, 2008b

ANEXO 17 - Número de estabelecimentos e de empregados no setor formal em Ipojuca – 2007

Setores de atividade	Estabelecimentos		Empregados	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Administração pública direta e autárquica	3	0,17	5.170	21,10
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal e pesca	25	1,42	375	1,53
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos e profissionais etc.	130	7,41	2.472	10,09
Comércio atacadista	42	2,39	708	2,89
Comércio varejista	719	40,97	1.291	5,27
Construção civil	78	4,44	2.329	9,50
Ensino	56	3,19	59	0,24
Extrativa mineral	5	0,28	107	0,44
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústria diversas	1	0,06
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabão, velas e material plástico	11	0,63	888	3,62
Indústria da madeira e do mobiliário	5	0,28	1	0,00
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	38	2,17	5.762	23,52
Indústria de produtos minerais não metálicos	6	0,34	98	0,40
Indústria do material de transporte	1	0,06
Indústria do material elétrico e de comunicações	4	0,23	1	0,00
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	6	0,34	299	1,22
Indústria mecânica	3	0,17
Indústria metalúrgica	3	0,17	11	0,04
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	10	0,57	8	0,03
Instituições de crédito, seguros e capitalização	8	0,46	45	0,18
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, televisão etc.	446	25,41	3.487	14,23
Serviços industriais de utilidade pública	9	0,51	13	0,05
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	9	0,51	18	0,07
Transportes e comunicações	137	7,81	1.361	5,55
Total	1.755	100,00	24.503	100,00

Fonte: MTE

ANEXO 18 - Associações de classe ligadas ao turismo em Porto de Galinhas

NOME	LOCALIZAÇÃO
A.H.P.G.- Associação de Hotéis de Porto de Galinhas	Granja São Judas Tadeu, Área A3, Merepe III - Porto de Galinhas. Fone: 3552-1038.
A.P.C.B.I. - Associação de Proprietários e Condutores de Buggys de Ipojuca	Rua Beira Mar, s/ n - Porto de Galinhas Fone: 3552-1930.
APORTO - Associação de Pousadas e Privês de Porto de Galinhas	Rodovia PE-009, Km 7,5 - Porto de Galinhas.
Associação dos Barraqueiros de Porto de Galinhas	Porto de Galinhas. Fones: 9141-5899 e 9153-6235.
Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas	Cabine dos Jangadeiros. Praça das Piscinas Naturais - Porto de Galinhas. Contato: Armando Ferreira Júnior.
Associação Comercial de Porto de Galinhas	R. Manoel Cavalcante Uchoa (ao lado da Carne do Sol do Cunha). Porto de Galinhas. Fone:3552-2763.
Associação dos Comerciantes de Maracáipe	Contato: Sra. Nilma. Fone: 3252-2095.
Associação de Surf de Ipojuca	Contato: Amaro Cosme. Fone: 8813-3093.
Associação dos Moradores do Pantanal, Socó e Salinas	Porto de Galinhas. Contato: Marinês Neves Fones: 3552-1238/9989/2801.
Associação dos Artesãos de Porto de Galinhas	Porto de Galinhas. Contato: Valter. Fone: 3552-1079.

Fonte: IPOJUCA, 2011